



Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
Campus de Laranjeiras do Sul
Programa de pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento
Rural Sustentável

LUIZ CARLOS HARTMANN

AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE
PROCESSOS JUNTO A GRUPOS DE FAMÍLIAS DO NÚCLEO OESTE
DO PARANÁ DA REDE ECOVIDA

Laranjeiras do Sul - Paraná
2017

LUIZ CARLOS HARTMANN

**AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE PROCESSOS JUNTO
A GRUPOS DE FAMÍLIAS DO NÚCLEO OESTE DO PARANÁ DA REDE
ECOVIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para aprovação no Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

Laranjeiras do Sul – Paraná

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Hartmann, Luiz Carlos
AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE
PROCESSOS JUNTO A GRUPOS DE FAMÍLIAS DO NÚCLEO OESTE DO
PARANÁ DA REDE ECOVIDA/ Luiz Carlos Hartmann. -- 2017.
178 f.:il.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável -
PPGADR, Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Agroecologia. 2. Materialismo histórico e
dialético. 3. Políticas públicas. 4. Contradições. I.
Christoffoli, Pedro Ivan, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEDICATÓRIA

Para os meus amores, Josy e Josué, que alicerçam o entusiasmo ao estudo.

Ao meu pai pela sua determinação histórica e compromisso por justiça social.

AGRADECIMENTOS

Aos movimentos sociais, em especial ao MST, que constroem cotidianamente processos sociais e produtivos, alicerçados em um projeto popular, que nos desafiam ao estudo.

Aos professores/as do curso de Mestrado que pela sua disposição e dedicação nos diálogos e estudos, nos mantêm ativos em nossa jornada de pesquisadores.

Ao meu orientador, Prof. Pedro, que pelo seu compromisso e dedicação com a luta da classe trabalhadora, com sua enorme capacidade dialética, sempre ativo na qualificação das práticas para evoluir nos processos materiais, nos induziu ao grande esforço de teorizar para melhor interpretar as contradições existentes na luta Agroecológica, possibilitando crescimento profissional e militante.

Aos demais Professores que participaram da banca, Prof. Paulo e Prof. Valdemar, que constroem cotidianamente uma luta em defesa da Agroecologia e que se transformam em referências para continuamente nos desafiar a uma prática transformadora.

Ao CAPA, pela sua capacidade de ser uma entidade transformadora de realidades, construída ao longo de seus 40 anos de história, firmadas em uma base filosófica de justiça social e ambiental, focada principalmente aos povos do campo.

RESUMO

Compreender a partir do real existente a dinâmica social constituída é o objetivo principal do materialismo histórico dialético. Assim, desenvolvemos a partir deste método, um estudo para interpretar os fenômenos que ocorrem junto às famílias camponesas da Rede EcoVida do Oeste do Paraná, que se desafiam cotidianamente em construir Agroecologia. Apoiamo-nos em alguns autores que discutiram esse tema em outros momentos históricos para trazer um conjunto de elementos, para refletirmos sobre a prática atual existente. Desta forma, interpretar com maior clareza os processos materiais existentes e suas contradições, que por sua vez, embasam e fundamentam o planejamento de novas ações capazes de superar os limites impostos pelo real. A maior capacidade de análise contribui para a determinação de novas práticas mais consistentes e propulsoras, agregando maior intensidade no desenvolvimento. Permeando essa base material instituída, temos um conjunto de políticas públicas que interferem diretamente neste ritmo e rumo a ser desencadeado. Estas, por sua vez, cumprem com um papel de organização social e produtiva, conforme os interesses do estado Brasileiro. Optamos em discutir no trabalho algumas destas que se relacionam e interferem diretamente sobre esse real, trazendo elementos para discussão e que nos possibilitaram um melhor entendimento destas e seu potencial de transformação. Estudamos as políticas de Reforma Agrária, Pronaf, PNAE e PAA. Constatou-se, principalmente, a não efetividade do Pronaf para a Agroecologia. Apresentamos, na sequência, os elementos históricos, materiais e dialéticos de três grupos de famílias agricultoras da Rede Ecovida e apontamos de forma sintética as suas principais contradições existentes nos processos e que emperram o desenvolvimento da base material, sendo elas: “A comercialização para o desenvolvimento da produção”; “Desenvolvimento das Forças produtivas”; “Acesso à políticas públicas”; “Carência no desenvolvimento de novas relações sociais de produção: as cooperativas camponesas e os Grupos de base da Rede Ecovida”; “Entidades de apoio”; “disponibilidade de força de trabalho”. Identificamos que as políticas públicas voltadas ao fomento da agroecologia deveriam concentrar nesse elo da cadeia (organizar o processo mercado-produção), de forma a propiciar demanda crescente e desencadear o desenvolvimento da produção dos grupos agroecológicos já existentes. Por último, destacamos também a importância de qualificar e ampliar os estudos sobre essa metodologia de análise por outros pesquisadores, a partir do Materialismo Histórico e Dialético, contribuindo para avançarmos no projeto popular da Agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia, Materialismo histórico e dialético, Políticas públicas, Contradições.

ABSTRACT

Understanding from the existing real the constituted social dynamics is the main objective of dialectical historical materialism. Thus, we developed from this method, a study to interpret the phenomena that occur alongside the peasant families of the EcoVida Network of the West of Paraná, who daily challenge themselves to build Agroecology. We support some authors who have discussed this theme in other historical moments to bring a set of elements, to reflect on the current practice. In this way, to interpret with greater clarity the existing material processes and their contradictions, which, in turn, underpin and support the planning of new actions capable of overcoming the limits imposed by the real. The greater capacity of analysis contributes to the determination of new practices more consistent and propulsive, adding more intensity in the development. Permeating this established material base, we have a set of public policies that directly interfere in this rhythm and towards being triggered. These, in turn, fulfill a role of social and productive organization, according to the interests of the Brazilian state. We opted to discuss in the work some of these that relate and interfere directly with this real, bringing elements for discussion and that enabled us to better understand these and their transformation potential. We studied the policies of Agrarian Reform, Pronaf, PNAE and PAA. It was verified, mainly, the non-effectiveness of Pronaf for Agroecology. We present, then, the historical, material and dialectical elements of three groups of farming families of the Ecovida Network and we summarize their main contradictions in the processes and that hamper the development of the material base. development of production "; "Development of productive forces"; "Access to public policies"; "Lack of development of new social relations of production: peasant cooperatives and the Base Groups of the Ecovida Network"; "Supporting entities"; "Availability of workforce". We have identified that public policies aimed at the promotion of agroecology should focus on this chain link (organize the market-production process) in order to foster increasing demand and trigger the development of the production of existing agro-ecological groups. Finally, we also emphasize the importance of qualifying and expanding studies on this methodology of analysis by other researchers, based on Historical and Dialectical Materialism, contributing to the advancement of the popular Agroecology project.

Keywords: Agroecology, Historical and dialectical materialism, Public policies, Contradictions.

LUIZ CARLOS HARTMANN

TÍTULO: "AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE PROCESSOS JUNTO A GRUPOS DE FAMÍLIAS DO NÚCLEO OESTE DO PARANÁ DA REDE ECOVIDA".

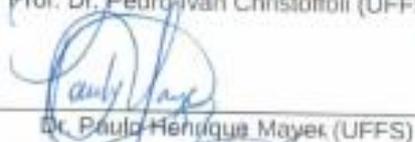
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, defendido em banca examinadora em 01/09/2017

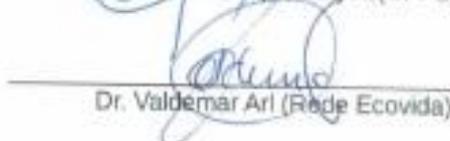
Presidente da banca: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

Aprovado em: 01, 09, 2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli (UFFS)


Dr. Paulo Henrique Mayek (UFFS)


Dr. Valdemar Ari (Rede Ecovida)

Laranjeiras do Sul/PR, setembro de 2017

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

AF – Agricultura Familiar

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APROMIS – Associação dos Produtores Orgânicos de Missal

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia

CI – Compra Institucional

COAFASO – Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPERCAM – Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa

DECOM – Departamento de Apoio à aquisição e à comercialização de Produção Familiar

ECOVIDA – Certificação Participativa de Agroecologia

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional

GGPAA – Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITEPA – Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MHD – Materialista Histórico e Dialético

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PGPAF – Programa de Garantia de preços da Agricultura Familiar

PNAE – Política Nacional de Alimentação Escolar

PROAGRO – Programa de garantia da atividade agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRV – Pastoreio Racional Voisin

RL – Reserva Legal

SAF – Sistema Agroflorestal

SESA – Secretaria de Saúde do Estado do Paraná

SESAN – Secretaria Nacional de segurança Alimentar e Nutricional

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Urbana e rural – Brasil

Tabela 2 - População da Região Oeste do Paraná

Tabela 3. Área cultivada com as principais culturas no Brasil em mil hectares

Tabela 4. Produtividade das principais culturas e variação, em Kg/ha.

Tabela 5 - Comércio e uso de agrotóxicos no Brasil.

Tabela 6 - N° de estabelecimentos no Brasil, por unidade estabelecidas, 2006

Tabela 07 - Principais atividades de uso das áreas da AF no Brasil

Tabela 08 - Assentamentos da região Oeste do Paraná

Tabela 09 - Aplicação do Pronaf Agroecologia, itens financiados e valores - Período de Julho2015/ junho2016 - em todo o Brasil

Tabela 10 - Principais produtos investidos na linha de Pronaf Agroecologia

Tabela 11 - Aplicação de recurso pelo PRONAF safra 2015/ 2016

Tabela 12 - Montante de recurso de aplicado e n° de contratos de Pronaf por região

Tabela 13 - Aplicação total anual do PAA de 2003 a 2016

Tabela 14 - valor total aplicado no PAA - CI - Federal e estadual

Tabela 15 - Valor Total transferido pelo FNDE e valor das aquisições realizadas pela Agricultura Familiar - Brasil

Tabela 16 - Valor Total transferido pelo FNDE e valor das aquisições realizadas pela Agricultura Familiar - Paraná

Tabela 17 - Área Total Certificada, produção e renda bruta por atividade nos grupos Antonio Tavares, Esperança Agroecológica e APROMIS.

Tabela 18 - Média de Produção e renda Líquida da área de hortaliças e remuneração da hora trabalhada, considerando o último ano safra.

Tabela 19 - Rentabilidade da cultura do Feijão Orgânico

Tabela 20 - Média de produção e renda bruta das áreas Certificadas – GAT, APROMIS e GEA

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área total cultivada com grãos no Brasil – em Mil Hectares

Gráfico 02 - Aplicação total anual do PAA de 2003 a 2016 Variação (%)

Gráfico 03 –Variação do Valor total Aplicado no PAA – CI em (%)

Gráfico 4 - Percentual de compra da AF no Brasil em %.

Gráfico 5 - Percentual de compra da AF no Paraná em %

Gráfico 6 – Principais Objetivos de participação nos Grupos de agroecologia em %.

Gráfico 07 – Objetivos de participação nas Cooperativas da Agricultura Familiar, em %.

Gráfico 08 – Objetivos de desenvolver a Produção Agroecológica

1. Introdução	16
1.1 Agroecologia e sociedade	18
CAPÍTULO I – ELEMENTOS SOBRE A CONCEPÇÃO MATERIALISTA HISTÓRICA E DIALÉTICA À PESQUISA EM AGROECOLOGIA	21
1. A Dialética	22
2. O desafio de construir um método adequado para a pesquisa em Agroecologia	25
3. As contradições e a transformação da base material	28
4. O material em Movimento.....	31
5. A construção de conhecimentos.....	33
6. O desenvolvimento Material	36
7. As forças produtivas e relações sociais de produção	38
CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS À AGROECOLOGIA.	40
1. Modelo de desenvolvimento agrícola Brasileiro	40
1.1 Alimentação humana e as contaminações	45
1.2 Os agrotóxicos.....	47
1.3 Dados da Agricultura Familiar no Brasil	48
2. Assentamentos da Reforma Agrária e estratégias de desenvolvimento	49
2.1 Caracterização dos Assentamentos na Região Oeste do Paraná.....	52
3. Paradigma da questão Agrária: desafios para a Agricultura Camponesa	58
4. Políticas públicas e Agroecologia	62
4.1 Pronaf e sua incapacidade de promover a Agroecologia.....	65
4.2 O PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.....	74
4.3 Política Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	78
4.4 A construção da política nacional de Agroecologia e produção orgânica – PNAPO	83
CAPÍTULO IV - CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE AGROECOLOGIA	86
1. Grupo Antônio Tavares - Assentamento Antônio Companheiro Tavares.....	86
1.1 Luta pela Terra e Agroecologia	86
1.2 Caracterização geral	89
1.3 A Constituição do Grupo de Agroecologia.....	89
1.4 A cooperativa regional	90
1.5 Os desafios da Produção em Agroecologia	91
1.6 A transição Agroecológica.....	92
1.7 O desafio da agroindustrialização.....	93

1.8 A Certificação Participativa	94
1.9 Processos de comercialização e produção: contradições principais	94
1.1.1 Políticas públicas e sua interferência	98
1.1.2 Perspectivas e desafios em construção	99
2.0 APROMIS – Associação dos Produtores Orgânicos de Missal	101
2.1 Sua constituição.....	101
2.2 A necessidade de alternativa.....	101
2.3 Os desafios iniciais.....	103
2.4 A certificação Orgânica.....	104
2.5 Políticas de incentivo Municipal.....	107
2.6 Comercialização Direta de produtos orgânicos	108
2.7 A política pública de Pronaf e o Desenvolvimento da Agroecologia	109
2.8 Efeitos da Deriva de Agrotóxicos	110
2.9 APROMIS 15 anos: grandes desafios.....	111
3. Caracterização dos grupos de Agroecologia - Análise a partir da base material constituída.	114
3.1 - Caracterização Edafoclimáticas.....	115
3.1.1 - Grupo Esperança Agroecológica e APROMIS	115
3.1.2 Grupo Antonio Tavares.....	117
3.2 Objetivos de participação dos membros de Grupos de Agroecologia	117
3.3 A Inserção em Cooperativas.....	120
3.4 A produção Agroecológica	122
3.5 Sistema de fruticultura	125
3.6 Sistema de hortaliças.....	126
3.7 Sistema produção de culturas Anuais	128
3.8 Sistemas Agroecológicos de produção	129
3.9 Processos de comercialização Agroecológica.....	130
CAPÍTULO V – SÍNTESE DIALÉTICA.....	132
1. Contradições principais	132
1.1 A comercialização para o desenvolvimento da produção.....	132
1.2 Desenvolvimento das Forças produtivas	133
1.3 Acesso à políticas públicas	134
1.4 Carência no desenvolvimento de novas relações sociais de produção: as cooperativas camponesas e os Grupos de base da Rede Ecovida.....	135

1.5 Entidades de apoio	136
1.6 Disponibilidade de Força de trabalho	136
REFERÊNCIAS	138
ANEXO 1 Roteiro de entrevista Gravada	146
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO – SEGUNDA FASE	1

1. Introdução

Compreender a partir do real existente a dinâmica social constituída é o objetivo principal do materialismo histórico dialético (STÁLIN¹, 1938). Pretendeu-se assim, a partir deste método, estudar e interpretar os fenômenos que ocorrem junto às famílias camponesas que se desafiam cotidianamente em construir agroecologia. Desta forma, entender os processos, caracterizando as suas fases de desenvolvimento, assim como seus limites e desafios a luz de uma prática desalienadora, construtora de processos consistentes e emancipadores.

Partimos da concepção marxista de que a idéia vem do real, ou seja, a partir das ações, experiências construídas pelos indivíduos e grupos de famílias em sua base material é que se fundamentam novas idéias. Assim, é a capacidade de construir ações que dá consistência aos processos e que por sua vez impulsiona a criação de novas ideias a fim de melhorar o que está posto e construído.

Cornforth (1976) menciona que considerando a filosofia como uma visão de mundo materialista dialética, afirma-se que as idéias refletem as relações sociais constituídas, portanto não são fabricadas. Conforme essa dinâmica real, praticada e refletida pelos indivíduos, é que se formulam novas idéias, podendo dar condição de planejamento de novas ações que visam qualificar os processos já existentes. Quanto melhor se compreenda a verdade, a partir de um método dialético, do real constituído, maior será a capacidade de fortalecer a construção de novas ações neste contexto.

Sendo assim, entende-se que os indivíduos ou mesmo grupos que mais evoluem são aqueles com capacidade intensiva de fazer as leituras mais apropriadas da realidade e a partir disso construir ações que correspondam aos desafios e contradições deste material constituído, superando os limites impostos e promovendo assim a evolução dos processos.

O objetivo do estudo que ora apresentamos buscou fundamentar uma metodologia de análise dos processos de Agroecologia, firmado no Materialismo Histórico e Dialético. O esforço foi dialogar com alguns autores que discutiram esse

¹ O uso desse autor como referência, tem como objetivo refletir sobre a questão metodológica, num esforço de construir uma proposta adequada à análise da Agroecologia.

tema em outros momentos históricos e trazer esse conjunto de elementos para refletirmos sobre a prática atual de Agroecologia, aplicando-a a uma análise da realidade que vem sendo construída por famílias camponesas na região Oeste do Paraná.

Destacamos ainda, que este foi um ensaio inicial de análise a partir deste método. Portanto, considerando a complexidade do tema posto, assim como a sua relevância histórica, fica evidente a necessidade de aprofundamento teórico sobre o tema. Da mesma forma, tendo como base seus fundamentos e princípios, aplicá-lo à análise de diferentes processos em Agroecologia que estão materializados em distintas realidades.

Esse aprofundamento teórico realizado, exigiu leituras e reflexões a partir de escritos de Marx, que fundamentou e aplicou essa metodologia em seus estudos, entre outros autores que a usaram como referência em outros momentos históricos e a partir daí agregaram maior capacidade de entender o real vivido, suas contradições e tendências, fundamentando o planejamento e construção de novas ações.

Essa concepção Materialista Dialética desenvolvida por Marx, guiou muitas experiências, focadas principalmente, nos processos de revolução socialista ocorridas no século passado e que resultaram em momentos históricos importantes, capazes de superar realidades caóticas na época e levar a sociedade a novas bases materiais. Ou seja, a partir deste método foi possível arquitetar um conjunto de iniciativas impulsionando o desenvolvimento social da época.

Constatamos que em Agroecologia, não há aplicação de uma análise dos processos a partir deste método sob a base material que está constituída, buscando interpretar estes fenômenos e suas contradições, oportunizando melhores condições de organizar as práticas potenciais de desenvolvimento, qualificando os processos existentes. A maior capacidade de análise contribui para a determinação de novas práticas mais consistentes e propulsoras do real.

Construímos um capítulo do trabalho buscando fundamentar essa concepção metodológica a fim de entendê-la, dando condição de aplicá-la à realidade de

processos de construção da Agroecologia. Ressaltamos que este constitui um esforço inicial e que precisa ser melhor desenvolvido em estudos sequenciais.

É importante também entender os processos de Agroecologia dentro do conjunto da sociedade. Suas inter-relações que estão constituídas e que interferem diretamente no potencial de desenvolvimento do material. Não há como fazer uma análise compartimentada sem considerar um conjunto de outros processos sociais e produtivos que estão organizados e sendo construídos pela sociedade.

O Capítulo III organiza elementos de análise sobre o conjunto de processos, impulsionados pelas políticas públicas que interagem e induzem diretamente o desenvolvimento da base material. Estas cumprem com um papel de organização social e produtiva, conforme os interesses do estado Brasileiro. Optamos em discutir no trabalho algumas políticas públicas que se relacionam diretamente sobre esse real, trazendo elementos para discussão e que possibilitem um melhor entendimento destas e seu potencial de transformação do real. Pesquisamos as políticas de Reforma Agrária, Pronaf, PNAE e PAA.

Realizamos um esforço inicial de conhecer e interpretar a base material constituída entre três grupos de famílias que trabalham com Agroecologia da Região Oeste do Paraná, sendo o Antônio Tavares, Apromis e Esperança Agroecológica, identificando as contradições principais e tendências dos processos constituídos. A partir dessa análise, realizamos um esforço de sintetizar as principais contradições existentes e que precisam ser orientadoras de novas práticas a fim de superar as limites atuais que emperram seu avanço. Esses resultados e discussão, organizamos no decorrer dos capítulos IV e V.

1.1 Agroecologia e sociedade

Agroecologia constitui-se como um projeto popular para toda a sociedade (Sevilla Guzman, 2006; González de Molina, 2009). Não se caracteriza como uma proposta somente para a população Camponesa, mas para a urbana também, visto a importância desta inter-relação, agregando elementos de caráter holístico para a superação de desafios comuns. A participação dos diferentes setores do conjunto da

sociedade é fator relevante para qualificar os processos em construção, agregando maior consistência e intensidade nas ações.

Considera-se, que além de mudarmos as bases técnicas de produção é preciso também construir relações sociais e ambientais diferenciadas, firmadas em concepções de maior equilíbrio dinâmico entre sociedade e natureza (FOSTER, 2000). Na construção de processos em Agroecologia, o foco não pode ficar somente na questão técnica produtiva, mas sim perpassar sob as questões sociais e ambientais, permeando esse debate com capacidade de planejar e promover ações conjunturais.

Para Sevilla Guzmán (2006), é necessário construir um enfoque holístico da Agroecologia considerando uma aproximação globalizadora ao analisar os recursos naturais, visto que tem como demanda produzir alimentos para toda a sociedade. A agricultura deve ser contemplada como uma intercessão de sistemas de natureza ecológica, social e econômica. Há uma evolução integrada e conjunta. A produção agrária é resultado também de uma pressão sócio econômica.

A Agroecologia se desenvolve em três dimensões, conforme destaca Sevilla Guzman (2013). A primeira está relacionada ao ecológico, onde se considera os aspectos técnicos e produtivos. A segunda dimensão é o caráter socioeconômico e cultural que está relacionado ao desenvolvimento local, endógeno e a terceira refere se a dimensão política, caracterizado pela transformação socioambiental. Assim, pensar e fazer Agroecologia nos remete a esta capacidade de entender e interagir com essas múltiplas dimensões, conforme a nossa base material constituída.

Há que se considerar que as práticas desenvolvidas pelos grupos estão inseridas dentro dessas dimensões. A partir daí podemos fundamentar uma análise consistente do nível em que cada indivíduo ou grupo de famílias se situa. Essa caracterização, leitura da realidade seria a base concreta de análise realizada. Destaca se ainda que todas essas práticas estão carregadas de um contexto histórico, ou seja, tem toda uma trajetória histórica até as práticas atuais que devem ser consideradas.

A Agroecologia constitui se a partir do protagonismo popular, se desafiando em construir um novo processo de desenvolvimento para o campo, centrado em

uma ação estratégica de ser instrumento de luta pela transformação social, construindo novos valores que alicerçam novos hábitos de vida e de práticas produtivas (Arl, 2016). Destacando ainda que é preciso valorizar e respeitar a diversidade cultural, exercitar valores como a solidariedade, equidade, igualdade na concepção de mundo, sendo fatores básicos para conceber novos valores para a sociedade.

Esse protagonismo remete a responsabilidade a cada indivíduo, que a partir de suas práticas, desenvolve a capacidade de transformação material do espaço em que vive e da sociedade que o rodeia. Também as organizações podem ser protagonistas no desenvolvimento e intensificação de processos em Agroecologia, contribuindo de forma gradativa na evolução material. Esse desafio exige o compromisso a exercer um papel transformador da realidade de forma intensa, conforme as condições possíveis.

A Agroecologia é uma proposta pluriépistemológica (SEVILLA GUZMÁN, 2006) partindo da incorporação do conhecimento local, sobre o manejo dos recursos naturais e o popular construído nas lutas, tanto dos movimentos sociais, quanto de outros atores que se desafiaram a construir essa experiência no decorrer dos anos. Caracteriza-se como uma construção conjunta do conhecimento.

À medida que se desafia no desenvolvimento de um conjunto de iniciativas capazes de desenvolver a base material, constroem-se novos conhecimentos, transformando a realidade local. É uma responsabilidade conjunta dos sujeitos envolvidos e que não necessariamente precisa estar focada somente na atividade de produção, mas sim de forma holística, atender todas as demandas organizadas pelo grupo social.

Estes conhecimentos acumulados precisam ser dinamizados na sociedade. González de Molina (2009) chama a atenção que a maioria das experiências em sistemas agrícolas sustentáveis não ultrapassa seu âmbito local e apenas mantêm conexões entre si. Afirma que é preciso superar o “localismo” das experiências agroecológicas e construir um movimento agroecológico. Argumenta ainda que faltam análises e reflexões de caráter regional sobre a questão alimentar do mundo, fundamentando uma estratégia de desenvolvimento comum e integrado. A

Agroecologia tem seu papel para a superação mundial da crise alimentar, consistindo seu enfoque agrônomo e socioeconômico, incrementando produção e rendimentos.

O estudo em Agroecologia nos remete a um debate complexo e dialético visto que aporta a necessidade de considerarmos além de fatores produtivos, tecnológicos, que são importantes e determinantes, mas também outros aspectos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, como aspectos ambientais, ecológicos, sociais, culturais, éticos e econômicos. Todos estes são fatores de análise e que norteiam ações e práticas a serem planejadas e desenvolvidas na agricultura (CAPORAL, 2011).

CAPÍTULO I – ELEMENTOS SOBRE A CONCEPÇÃO MATERIALISTA HISTÓRICA E DIALÉTICA À PESQUISA EM AGROECOLOGIA

A partir da base material constituída é que pode-se analisar e caracterizar a Agroecologia. Da mesma forma, é a partir da intensidade das ações praticadas que se pode medir o ritmo de desenvolvimento. Assim, quanto maior for a intensidade destas práticas capazes de alterar e avançar no processo material, maior poderá ser, conseqüentemente, seu desenvolvimento. Isso se caracteriza como parâmetro de análise para avaliação dos processos, a partir do que está posto e materializado.

Mas, como entender e conhecer a base material dos processos? Superar o entendimento visual e fácil dos fenômenos que acontecem e interpretar o que é a essência da realidade, suas contradições, relações e tendências? Isso se caracteriza e nos remete a um grande desafio, exigindo um parâmetro metodológico para análise dos fatos. Sem uma metodologia clara e objetiva de análise, corre se o risco de termos uma visão compartimentada e parcial dos fatos, prejudicando assim o plano de ações para superar as dificuldades do real.

Nos desafiamos a estudar e discutir com mais elementos uma metodologia de análise para entender esse real vivenciado pelas famílias agroecologistas da região Oeste do Paraná, visto que é partir desse real que surge as novas ações e se avança no processo. Mas é também, na capacidade de entender esse real que se

trabalha para superar suas contradições, ou seja, quanto maior for a capacidade de análise, entendendo os limites que emperram o avanço material, maior será a clareza de quais são as ações mais adequadas para cada processo.

Traremos neste capítulo elementos teóricos desenvolvidos por um conjunto de autores que se debruçaram a aplicar e aprimorar uma metodologia de análise revolucionária, firmada nas escritas de Marx, que a fundamentou e instituiu o Materialismo Histórico e Dialético. Assim, em diferentes momentos históricos vivenciados por diferentes sociedades, contribuíram de forma qualitativa na compreensão e transformação desta realidade e no desenvolvimento do método.

1. A Dialética

A concepção Materialista dialética, descrita por Cornforth (1976), baseada nos escritos de Marx e Engels, afirma que esta se constitui como método para compreender o mundo como um objeto para transformá-lo. Por sua vez se caracteriza pelo reconhecimento das contradições internas e as tendências opostas em conflito que interferem em todos os processos. Isso é possível somente através da aplicação da dialética.

O termo dialética vem do grego *Dialego*, que significa debater, discutir. O melhor método para conhecer e alcançar a verdade é o de discutir a questão entre todos os ângulos em um debate de oposição e contradição entre diferentes pontos de vista. A sua meta principal é traçar os câmbios e interconexões reais e a pensar sempre nos resultados de seu movimento e suas interconexões. O método dialético configura-se como uma análise detalhada dos processos em toda a sua concretização (CORNFORTH, 1976).

O método dialético Marxista, segundo Stalin (1938), não considera os fenômenos da natureza desconectados entre si, não podendo ser compreendido se focados isoladamente. Todos os fenômenos podem ser compreendidos e explicados quando analisados considerando as suas relações e conexões com os demais fenômenos existentes. A dialética não considera a natureza como um conglomerado casual de objetos e fenômenos, desligado e isolados uns dos outros e sem nenhuma relação de dependência entre si, mas como um todo articulado e único, no qual os

fenômenos se acham organicamente vinculados uns aos outros, se interpedem e se condicionam mutuamente.

Por isso, a leitura e análise da realidade local, não pode se dar a partir do isolamento dos fatores, mas sim da capacidade de identificação das suas conexões e relações existentes. Entender como se constituiu e se relacionam as diferentes práticas existentes é um importante passo para entender os processos evolutivos constituídos, sabendo que, num processo dialético, tudo está em movimento constante. A natureza se move em última instância pelos canais dialéticos (STÁLIN, 1938). Há um constante processo de movimento da natureza e da sociedade, que determina as inovações e desenvolvimento.

Debater com capacidade dialética é fundamental para entender os detalhes do processo material, buscando compreender as diferentes opiniões sobre o assunto, que agregam os elementos de construção deste processo conforme a sua construção. O que está posto se consolidou a partir de uma série de movimentos constituídos. Não surge ao acaso, sem nenhuma ligação com o que está ocorrendo, se movimentando. Da mesma forma esse movimento é o responsável por gerar resultados futuros e aí a importância da dialética, visto que busca entendê-los a fim de definir a melhor ação a ser trabalhada, agregando os melhores resultados possíveis.

Cornforth, (1976), destaca quatro aspectos principais do método dialético marxista que vamos descrever sequencialmente, sendo primeiro, todas as coisas estão conectadas, dependentes e determinadas uma pelas outras. Consequentemente nada pode ser compreendido separadamente. Deve se sempre entender sua conexão inseparável com outras coisas e condicionado por elas. O que está posto é resultado de uma série de relações de dependência. Não ocorre ao acaso, desconectados deste conjunto que os cerca.

Segundo tópico destacado, é que todas as coisas se encontram em um estado contínuo de movimento e mudanças, de renovação e desenvolvimento. Algo sempre está surgindo e desaparecendo, desintegrando e morrendo. É um processo gradativo e sequencial. À medida que surgem coisas novas, coisas velhas vão

desaparecendo. Considera-se o ponto de vista desde seu movimento e mudanças de forma contínua.

Terceiro tópico destacado é o desenvolvimento que passa de mudanças quantitativas para qualitativas e vice-versa. À medida que se aumenta a intensidade de práticas, processo quantitativo, há uma forte tendência de qualificação do processo. O desafio de praticar leva muitas vezes a inovar, a repensar o que está posto e assim os qualifica. Da mesma forma, o ato de qualificar o que está posto leva a inovação, resultando no aumento da intensidade de ações quantitativas.

Por último destaca o quarto tópico, sendo o processo de desenvolvimento do inferior ao superior, conforme o descobrimento das contradições ligadas às coisas e a luta das tendências opostas que atuam na base destas contradições. A partir das contradições principais estabelecidas é que se organizam ações de superação, de mudança. As ações a serem trabalhadas devem ser de forma articuladas, conforme as forças das contradições existentes no processo e suas tendências.

A dinâmica de relações sociais do grupo de famílias pode ser assim, uma ferramenta que possibilita ampliar o planejamento e construção de novas iniciativas. Quanto mais intensa as relações sociais de seus membros, através da realização de práticas coletivas, seja de reuniões, mutirões, implementações de novas tecnologias, entre outras, maior será a probabilidade de ter novas ideias, assim como melhor entendimento do real vivido. A capacidade de discutir e entender o real gera condição de inovação com qualificação. O grupo de famílias que não se desafia a construir uma dinâmica organizativa, dificilmente se qualifica e progride. Por isso, a importância da intensidade de dinâmica grupal.

Essas relações constituídas partem desde a ação local desenvolvida pelo agricultor e sua família, junto à unidade de produção agroecológica ou mesmo ao grupo de famílias em que participa, que são a base real que promovem as ações de transformação da realidade, mas também, constitui-se relação com as distintas experiências desenvolvidas em outras localidades, mesmo que muito distantes e que orientam e motivam a eventual construção de ações individuais ou mesmo coletivas. Assim, uma experiência construída pode servir de base e motivação para

transformação local, mas somente o será, se os indivíduos tiverem a capacidade de interpretar o real existente e sua necessidade de transformação.

Neste contexto, destacamos a importância do exercício de identificar o *real existente, suas principais relações e sua influência* na vida destes indivíduos. O que é que os caracteriza? Qual é a base material constituída, que interage entre seus membros, que os motiva e que gera processos? Quais as suas principais relações estabelecidas? Quais seriam as contradições principais estabelecidas e suas tendências? Esse consistiria em um primeiro esforço para a partir destas condições reais estabelecidas, construir ações de transformação, superando as contradições.

2. O desafio de construir um método adequado para a pesquisa em Agroecologia

A fonte do desenvolvimento do conhecimento humano, está relacionado às atividades de produção orientadas para a solução dos problemas relativos a sua vida material (Tse-Tung, 1999). A medida que se desafia em construir ações que visam superar as dificuldades existentes nas relações sociais de produção, construindo atividades que geram conhecimento, é possível promover desenvolvimento do real vivido. Dessa forma a sociedade evolui e as condições reais de sobrevivência também. Quanto maior a intensidade de exercitar a prática, maiores conseqüentemente, serão as oportunidades e condições para superar as dificuldades reais vivenciadas.

Esse planejamento e exercício prático demanda ainda uma capacidade intelectual, visto que se fundamenta na capacidade de entender o real vivido, seus problemas e suas contradições. Vislumbra-se que quanto maior essa capacidade, maior será a oportunidade de construir conhecimento e promover o desenvolvimento de determinadas realidades.

Cornforth (1976), destaca que a teoria do marxismo-leninismo é uma filosofia que busca compreender o mundo para transformá-lo. Não basta somente interpretar, é preciso transformá-lo. A partir do real existente, das condições e relações constituídas, que se constrói uma dinâmica de ação para superar os limites e transformar a realidade existente. Quanto melhor se interpreta o real vivido, tanto

mais se fortalece a capacidade de ação consequente com os objetivos, no caso agroecológicos.

Esse exercício de interpretar o real pode-se considerar como uma prática constante a ser trabalhada. À medida que os fenômenos se constituem, estabelecendo novas relações, superando as contradições, emergindo novas tendências, promove-se a mudança da base material. Com isso surge a necessidade de interpretação desta, do que está constituído e suas relações e a partir daí estruturar o planejamento de novas ações. Caracteriza-se como um processo contínuo de interpretação e planejamento para transformação.

Considerando em parâmetros mais gerais, a Agroecologia já teria uma base filosófica constituída, fundamentada e que forneça um conjunto de elementos de análise? Essa base de reflexão teórica seria fundamental a fim de embasar a interpretação do real constituído. Ou seja, a interpretação do real só é possível através de um esforço teórico. Sem isso não o seria possível.

Ao que parece, em Agroecologia, já tem um bom acúmulo de reflexão desenvolvida, partindo das mais diferentes práticas que estão sendo constituídas e que foram construídas, que resultou em um esforço e acúmulo teórico por parte de alguns pesquisadores, mas ainda insuficiente para termos clareza do real existente e das suas relações e interconexões. Ou seja, tem-se a necessidade de avançar na base teórica e no método de análise em Agroecologia a fim de dar maior consistência de análise dos processos constituídos. Esse seria um desafio ao qual estamos se propondo em contribuir, sabendo da importância de entendermos melhor a base material constituída e a partir daí, das suas contradições principais, construir estratégias e planos de ação.

Destacamos que o objetivo não é fundamentar que Agroecologia é um novo modo de sociedade não Capitalista, apesar de ser antagônica ao modo de produção do Agronegócio. A Agroecologia está carregada sim de valores e práticas de vida e de sociedade diferenciados que se contrapõe ao modelo hegemônico capitalista de desenvolvimento da agricultura, como por exemplo, a preservação da vida do planeta, a produção de alimentos livres do uso de agrotóxicos e outros contaminantes, livrando a sociedade dos males destas contaminações que podem

gerar inúmeros problemas de saúde, a conservação da biodiversidade como elemento central para o equilíbrio biológico, a cooperação para desenvolvimento social, produtivo e econômico, entre um conjunto de outras práticas.

Por isso a importância do trabalho constante dos grupos de famílias para que se apoiem e estabeleçam uma prática contínua de ajuda entre si, para a construção de um conjunto de outras práticas que caracterizam valores antagônicos ao modelo capitalista do agronegócio, que é hegemônico em nossa agricultura e sociedade.

Todas estas práticas e valores são um esforço de inovar e superar as contradições impostas pelo sistema capitalista, como por exemplo, o individualismo, a competição, a degradação ambiental, entre outros, que acabam interferindo e prejudicando o desenvolvimento social, econômico e ambiental das famílias agricultoras. De qualquer forma, existe uma contínua relação entre estes dois modos de vida que se diferenciam pelos seus valores e que podem impulsionar ou mesmo retrair determinadas práticas, conforme a capacidade de superação de cada indivíduo ou mesmo grupo de família.

Cabe também, no caso de não alcançar os resultados esperados, tirar as devidas lições, de entender os motivos que os provocaram. Há a necessidade de compreender os motivos que os fez chegar a determinado lugar e situação, agregando elementos para replanejamento. Tse-tung (1999) afirma que “a derrota é a mãe da vitória” e “a cada fracasso nos torna mais experimentados”.

Essa concepção ainda fundamenta a necessidade contínua da prática social, repetindo a constituição de fenômenos. É a partir daí que se produz na consciência humana um salto no processo de conhecimentos, embasando o surgimento de conceitos (Tse-tung, 1999). Destaca-se que nestes, já ocorre um processo diferenciado considerando a capacidade de entender a essência dos fenômenos e suas ligações externas e relações.

Seguindo princípios do materialismo dialético, Cornforth (1976), afirma que nossas teorias precisam corresponder às condições reais da existência material. Essa afirmação nos remete a duas reflexões, sendo primeiro que é a partir do real existente que nos constituímos e que precisamos conhecê-lo em detalhes e segundo que as nossas teorias é que determinam a nossa capacidade de superação e que

constroem as perspectivas de mudanças, se elas estiverem coerentes com a realidade.

Somos aquilo que fazemos. Não se pode ser solidário se não praticar atos de solidariedade. Da mesma forma, não se pode ser agroecologistas se não praticar ações agroecológicas. Essa capacidade de ação é que nos caracteriza. O Que é desenvolvido esta condicionado também as condições reais estabelecidas. As mudanças não são bruscas, espontâneas ou mesmo surgem ao acaso. Elas partem do que é material e evoluem conforme a capacidade de intervenção dos atores.

3. As contradições e a transformação da base material

Dentro deste processo materialista-dialético, configura-se uma lei chamada “contradição” (Tse-tung, 1999). Esta por sua vez está relacionada à essência da dialética, ao racional na construção do conhecimento que aplicado sobre a prática surge como capaz de superar contradições existentes. Esse seria o motor das mudanças qualitativas do processo. À medida que se identifica na essência dos fenômenos as suas contradições, se avança qualitativamente na construção de práticas que configuram-se capazes de superar os problemas reais vivenciados.

Essa concepção ainda considera o desenvolvimento dos fenômenos como sendo o seu movimento próprio, interno e as suas ligações e interação com os fenômenos que os rodeiam (Tse-tung, 1999). Assim não se analisa de forma individualizada somente as contradições internas de cada fenômeno, mais sim, essa interferência externa pode estar ocorrendo e interferindo. Ou seja o desenvolvimento não se dá de forma isolada e específica, mesma sendo a base inicial de análise, mais pode sofrer interferência de fatores externos aos fenômenos.

Para Cornforth (1976), a contradição, tendências opostas unidas em luta constante, é que conduzem às mudanças qualitativas. O movimento está intrinsecamente ligado à matéria e é resultado das contradições internas. Configura-se como a força motriz do desenvolvimento. A identificação destas forças opostas é passo importante a ser desenvolvido e que pode contribuir na promoção rápida e eficiente no avanço material. Além disso, oportuniza a condição de possível indução dos processos. Sem as contradições não há movimento novo, não há mudanças.

Cornforth (1976) destaca ainda a universalidade e particularidade das contradições. Para cada caso particular constatam-se as suas contradições específicas. Da mesma forma configuram-se as contradições universais, que não necessariamente podem produzir o mesmo resultado em casos particulares.

O importante neste contexto é identificar nos fenômenos, as suas implícitas contradições internas (STÁLIN, 1938). São essas contradições que movimentam o processo progressivo de desenvolvimento. Toda base material tem suas contradições e são estas que determinam ou norteiam as ações a serem desenvolvidas. O esforço teórico de interpretar a contradição principal é que possibilita planejar a ação prioritária a ser desenvolvida. Este seria um critério de hierarquia que pode ser trabalhado a fim de dar consistência à evolução dos processos de base material.

É possível afirmar também que quanto maior a capacidade de entender as contradições, maior condição os indivíduos terão para superá-lo, construindo novas ações qualitativas, possibilitando evolução. O esforço teórico de interpretação é fundamental. Sem ele, a dialética perde a capacidade de interpretar os diferentes pontos de vista sobre a base material. Conseqüentemente, diminui a capacidade de entender as verdades e de forma concomitante, perde com isso potencial de qualificar o planejamento das ações a serem desenvolvidas.

As mudanças acontecem somente quando se constrói nova base material. À medida que se transforma a realidade, a partir da prática, construindo novas ações, vai transformando-se. A prioridade pertence à matéria, conforme destaca Cornforth (1976). Ela é a base de qualquer processo de transformação. Somente transforma-se a realidade se mudar a base material. Ou seja, o Material que constitui a realidade objetiva, independente do que se pensa e reflita sobre ela. Ou mesmo, o objetivo principal é a transformação material dos processos em Agroecologia. Mesmo que se tenham distintas idéias, reflexões, debates, discussões, o que transforma a realidade é a construção de práticas que transformam a base material.

Destaca-se que as motivações para a mudança da base material vêm da força das ideias, pois são elas que dirigem e norteiam a ação transformadora do real. Essa força das ideias advém da capacidade intelectual dos indivíduos ou

mesmo de grupos, que a partir disso constituem ideias dominantes que dirigem a execução das práticas. Assim, o esforço de teorizar, de constituir base teórica é uma necessidade para a partir disso qualificar o planejamento de novas práticas transformadoras da base material e conseqüentemente evoluir gradativamente.

Como planejar a melhor prática a ser trabalhada, considerando o momento atual e seu contexto, buscando os melhores resultados? Cornforth (1976), descreve que se não compreender o real e seus limites, não se saberá a forma de lutar. Ou seja, para se construir novas ações consistentes, parte-se da capacidade de conhecer o real constituído e suas contradições. Esse seria um esforço base primordial de qualquer grupo de Agroecologistas que é o de conhecer a base material que encontram-se inseridos. Quais são os processos de produção, comercialização, relações sociais, entre outras práticas que estão sendo trabalhadas pelos indivíduos e o grupo?

A partir deste parâmetro de reflexão, teorização sobre o material, identificar suas contradições principais e tendências opostas. A qualidade e consistência da ação a ser desenvolvida estão diretamente relacionada a estes fatores. O desenvolvimento de uma ação descontextualizada, mesmo que seja importante, perde a sua consistência e pode ser desperdiçada.

O que gera essa base material é o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção (CORNFORTH, 1976), firmado nos estudos de Marx. A medida que se avança na intensificação da estruturação produtiva, inclusão de novas tecnologias, promove o desenvolvimento material do processo e que acaba por constituir uma nova base. O Material constituído que provoca a necessidade de novas mudanças. É um processo contínuo, progressivo que conforme constrói-se novas bases materiais, de forma simultânea oportuniza-se a construção de novas ações de transformação. Ou seja, o que move o processo de mudanças é a própria base material constituída.

Assim, seguindo a teoria materialista dialética, as mudanças não ocorrem de forma espontânea, ao acaso. Elas surgem a partir da própria base material, de sua constituição básica, das forças que atuam e promovem o movimento, sua evolução, e de suas contradições internas. Ou seja, a realidade de cada indivíduo, família

agricultora, que é a base para as mudanças. É aí que situam-se as forças com capacidade de inovação e qualificação dos processos.

Há que considerar que o grupo pode ter ação direta neste processo de mudança, visto que pode influenciar diretamente no material constituído individualmente, visto que temos hoje por exemplo a realizações de mutirões de agroecologia em que as famílias se unem a fim de se ajudar no desenvolvimento de práticas e tecnologias entre outras. É a partir desta transformação real que vai ocorrendo é que acabam por surgir novas oportunidades de desenvolvimento do processo material existente. Assim evolui-se gradativamente.

Não há como planejar um projeto de Agroecologia ideal para estes grupos ou mesmo para determinados assentamentos, sem considerar o que está constituído. É muito comum vermos hoje justificativas do porque não se constrói Agroecologia, visto que se tem em mente uma base ideal do que ela seria, mas ao mesmo tempo não se conhecem as condições reais existentes e o que pode ser feito para transformar essa realidade. Mesmo que sejam ações “pequenas” ou pontuais, são estas que podem oportunizar o surgimento de novas ações. Ou seja, a construção de processos agroecológicos, necessariamente deve partir do que se tem materializado e em cima disso planejam-se novas práticas considerando as condições reais existentes.

4. O material em Movimento

Cornforth (1976) destaca que o mundo é um complexo de processos e que a matéria é inseparável ao movimento. As coisas surgem e desaparecem através de processos. Da mesma forma o movimento é o modo de existir da matéria. Não há movimento sem matéria e não há matéria sem movimento. Toda matéria sofreu um processo de movimento de transformação. E esse processo de desenvolvimento, segundo o autor, é produto das forças internas da própria matéria. A sociedade se desenvolve à medida que as forças sociais de produção se desenvolvem.

Para Germer (2009), o materialismo significa que a realidade material é a única realidade existente e a dialética materialista implica que a matéria está continuamente em movimento, por ser o movimento uma propriedade intrínseca a

esta. Movimento da matéria significa transformação, de forma e de conteúdo. Sendo assim, não existe outra realidade fora da matéria e esta se transforma continuamente, por isso se entende que o movimento é autogerado. Considerando que na dialética o que provoca as mudanças são as contradições internas à matéria, fica então claro que para conhecer as causas de cada movimento é necessário identificar as contradições que as impulsionam.

A análise deste movimento, que está intrínseco a matéria, para entender o que está constituído em Agroecologia, a partir do trabalho individual das famílias e mesmo dos grupos, sugere-se que sejam dois momentos, sendo primeiro parâmetro de análise, os movimentos mais diretos relacionados ao desenvolvimento produtivo, atividades trabalhadas, níveis de produtividade, geração de renda obtida, entre outros fatores neste processo. Ou seja, uma caracterização das forças produtivas constituídas na unidade familiar, ou mesmo, se for o caso, grupal.

Um segundo parâmetro se constituiria da análise dos movimentos mais complexos, relacionados as relações sociais de produção. Aqui caberia a base constituída em cooperação para o desenvolvimento da produção, ações de agroindustrialização, acesso a mercados para comercialização dos produtos, participação em associações e cooperativas, grupos de estudo e trabalho, entre outras. Todo este processo deve considerar as contínuas interações e relações constantes entre os níveis mais simples e complexos. Vale destacar que conforme os processos constituídos em cada família ou grupo é o nível de complexidade, podendo variar significativamente.

Cornforth (1976), chama a atenção para a necessidade de análise dialética dos processos. “o todo é determinado pelas partes, mas também as partes são determinadas pelo todo”. Há presente um conjunto de inter-relações no processo material constituído. São as relações mútuas constituídas pelas partes que constituem e determinam o todo do processo. Assim, para entender o real existente, sabendo da sua complexidade, é preciso conhecer as suas distintas relações estabelecidas entre o conjunto de partes e que constituem o todo do processo.

O Materialismo dialético entende o mundo como um complexo de processos, nos quais todas as coisas estão submetidas a mudanças ininterruptas,

(CORNFORTH, 1976). O processo de desenvolvimento está relacionado aos impulsos internos que provocam movimento. Por isso a necessidade contínua de compreender as relações e interconexões da matéria.

5. A construção de conhecimentos

Considerando elementos de base marxista, Tse-tung (1999), destaca que a prática social pode constituir o critério da verdade dos conhecimentos sob determinada realidade. Determinado conhecimento torna-se verdadeiro somente quando age, produz os resultados esperados, sob determinada realidade. Cabe aqui duas interpretações complementares, sendo primeiro, que cada realidade é específica e pode gerar distintos resultados que, por consequência, colocam à prova o conhecimento acumulado; e segundo, é necessário o contínuo exercício de proceder sobre a realidade, conforme seus ideais, conhecimentos acumulados, correspondendo às leis do mundo exterior.

No desenvolvimento Agroecológico, mesmo tendo um acúmulo teórico, firmado na constituição de distintas experiências desenvolvidas em diferentes locais, é preciso sempre coloca-los à prova da nova realidade vivenciada, constituída pela família. Somente desta forma que se evolui. A execução prática dos conhecimentos acumulados sob a realidade constituída, colocando-os à prova, testando resultados esperados, proporciona condições para a evolução. Não há como evoluir em processos agroecológicos, fracassando na prática e não constituindo essas bases reais.

Da mesma forma, constitui-se como um processo gradativo, visto que conforme a realidade local, é que se planeja a implementação de práticas e que vai gerar condições reais posteriores de planejamento e implementação consecutiva de novas e diferentes práticas. A medida que esse real vai evoluindo, sendo construído, vai se constituindo a base para novas ações. Destaca-se ainda que não se constitui dessa forma um processo linear, visto que nem sempre os resultados esperados se constituem.

Por isso, o materialismo histórico e dialético, como método do conhecimento, está sustentado na prática e a coloca em primeiro lugar (Tse-tung, 1999). Não pode-

se em nenhum momento ignorar a prática ou desliga-la do conhecimento sobre ela. Afirma ainda que a verdade de um conhecimento ou de uma teoria está nos resultados da prática social objetiva. É a prática que possibilita a verificação dos resultados esperados e são eles que comprovam, se de fato, o conhecimento acumulado é verdadeiro para determinada realidade constituída.

Germer (2009), afirma que segundo Marx, as leis de movimento estão caracterizadas no materialismo histórico. Essa teoria consiste no movimento histórico da sociedade e contém as correspondentes leis de movimento. Exemplifica que ao longo da história o ser humano transformou a sociedade por sua própria ação direta, mesmo que sem intencionalidade. Cada indivíduo tem um potencial de transformar a sociedade, estando condicionado, segundo a teoria de Marx, às leis da teoria do conhecimento e do processo de trabalho.

Dessa forma, o trabalho constitui-se como fonte do conhecimento e conseqüentemente do desenvolvimento social, construindo uma nova sociedade. O trabalho exercido pelos seres humanos através da sua prática é que gera conhecimento. Assim, uma sociedade agroecologista, parte desta capacidade. O desenvolvimento das forças produtivas que gera o desenvolvimento social, está na capacidade do ser humano em gerar conhecimento, que o faz através da sua prática cotidiana que permite inovar.

A consistência dos grupos de família em Agroecologia, pode se afirmar que esta firmada no nível de conhecimento acumulado e na sua capacidade de construção de novos. O conhecimento promove desenvolvimento material que por sua vez resulta em desenvolvimento social. Considerando que é um processo cumulativo e progressivo, esta em constante evolução. Assim, a base para se construir Agroecologia e a por em desenvolvimento esta na capacidade de gerar conhecimento, através do trabalho e que resulta na evolução das forças produtivas.

O que é planejado executar, está firmado em uma base de conceitos que foi constituído. Opera-se intelectualmente usando conceitos a fim de fazer julgamentos e a proceder propostas de ações (Tse-tung, 1999). Ou seja, é a capacidade intelectual de entender os fenômenos e constituir conceitos a partir desse real, que qualifica a execução de práticas.

Seguindo princípios do materialismo histórico e dialético, entende-se que o conhecimento se desenvolve na prática, promovendo um movimento de evolução. A evolução das condições reais vividas pelas famílias, grupos ou assentamentos passa pela intensidade na construção e reflexão sobre as práticas. É a prática que transforma. Por sua vez a constituição de conceitos, caracteriza-se como um segundo passo, visto que agrega capacidade intelectual de entender a essência dos fenômenos e suas relações. Assim agrega-se maior capacidade de sucesso na implementação prática, ou seja, quanto maior a capacidade intelectual para entendimento da essência dos problemas, maior será a eficiência na implementação de práticas com condições de resolver determinada situação, transformando a realidade.

Mao Tse-tung (1999) destaca ainda dois elementos que se constituem como a base para entender a realidade e planejar ações, que os intitula como conhecimento sensível e conhecimento racional. O primeiro se relaciona ao grau de sensações aos fenômenos existentes e o segundo é a capacidade de síntese dos dados fornecidos pelas sensações, sua ordenação e elaboração, ou seja, este caracteriza-se pelo esforço intelectual de formular conceitos. Destaca ainda a dependência do conhecimento racional ao conhecimento sensível, visto que é a base material constituída, que é o ponto de partida de qualquer análise e elaboração.

A dialética da teoria do conhecimento está na necessidade de passar do conhecimento sensível ao conhecimento racional (Tse-Tung, 1999). Há um movimento neste processo que se caracteriza como dialético, contraditório e dependente, que permite provocar constantemente mudanças e inovações. O movimento do materialismo histórico e dialético é a constante relação do conhecimento sensível ao racional, da interpretação dos fenômenos e da sua essência, desde processos mais simples, locais, até processos mais complexos e maiores.

Configura –se a necessidade contínua de relação da prática com a teoria para se constituir assim como um processo consistente e com capacidade de inovação. A prática é a base da construção do conhecimento, mas sem uma base teórica, fica incompleta (Tse-tung, 1999). A prática sem base teórica fica vulnerável e subjetiva.

Da mesma forma a teoria descolada da prática, fica inconsistente. Essa unidade da prática e teoria, configura-se como um dos alicerces do materialismo histórico e dialético.

6. O desenvolvimento Material

Para se entender o processo contínuo de desenvolvimento é preciso conhecer as tendências contraditórias, mutuamente exclusivas, opostas em todos os fenômenos e processos. Isso constitui-se como a chave da transformação, a destruição do velho e surgimento do novo. Em seu significado real, a dialética é o estudo da contradição dentro da essência mesma das coisas. É o desenvolvimento da luta dos contrários, conforme descrito por Lenin, Apud Cornforth (1976).

É preciso então, identificar essa luta dos contrários. O que os caracteriza e qual a força motriz que impulsiona essa transformação interna da matéria. As forças de desenvolvimento vêm da essência da matéria. Mesmo havendo uma pressão externa, o que promove mudanças são as contradições internas presentes na matéria e que possibilitam a sua transformação.

Cornforth (1976), assinala ainda que existe a *unidade e a luta dos contrários*. Ao considerar as propriedades das coisas, suas relações, seus modos de ação e interação e os processos que as sofrem, se dividem de forma geral em contrários fundamentais. Não pode se entender esses processos separados um do outro, mas sim somente com suas conexões indissolúveis em todos os campos da investigação.

Para Cornforth (1976), a base do método dialético, seu princípio mais essencial é o estudo e a compreensão das coisas, da sua interconexão e movimentos concretos. A verdade sempre é Concreta. Por isso a necessidade de analisar profundamente as condições concretas. Uma análise detalhada e material dos processos existentes, formulando um esquema de inter-relações, identificando quais as forças que atuam, vão surgindo e crescendo. Esse enfoque, oferece condições de construir plano de ações estratégicas para seguir em frente.

O desafio dos grupos de Agroecologia é avançar na construção material de uma nova realidade. É isso que caracteriza seu desenvolvimento, à medida que se

constroem novas práticas e relações. Quanto maior é a capacidade do grupo, mais intenso, mais material, mais prático, maior será seu avanço e consistência. Não é possível que um indivíduo ou grupo tenha consistência em Agroecologia somente com uma boa capacidade de debate, ou com um bom discurso da importância deste projeto, mas sim da sua capacidade de materializar processos, compatível com a realidade das forças produtivas ou mesmo das relações sociais de produção em que se inserem.

O desenvolvimento caracteriza-se como um processo de mudanças quantitativas para qualitativas (CORNFORTH, 1976). A medida que surgem coisas novas, que crescem e se transformam isso é desenvolvimento. Não basta somente crescer, aumentar quantitativamente, mas sim é preciso transformar se, agregar aspectos qualitativos. É um processo gradual.

Esse processo de desenvolvimento, conforme descreve Cornforth (1976), é resultado da luta das tendências opostas que atuam com base nas contradições ligadas a todas as coisas e processos. Isso promove a transformação de mudanças quantitativas para qualitativas. A base da explicação do desenvolvimento está na unidade e luta dos contrários. Este caracteriza-se como elemento base para entender o processo de desenvolvimento. Portanto, na medida em que entendemos e identificamos as tendências e contradições estabelecidas no material que está constituído, nas ações que estão sendo trabalhadas, é possível interpretar o processo de desenvolvimento e suas perspectivas.

A unidade e luta dos contrários (tendências opostas), são parâmetros de análise a serem considerados nos processos de desenvolvimento, visto que são esses aspectos que guiam o próprio desenvolvimento concreto da realidade em que estamos situados. Conhecendo e interpretando esses fatores, pode se intensificar a construção material quantitativa e conseqüentemente qualitativa dos processos constituídos, avançando na construção de práticas consistentes. A verdade sempre é concreta (CORNFORTH, 1976). Por isso qualquer avanço necessariamente é constatado no material constituído.

7. As forças produtivas e relações sociais de produção

Germer (2009), argumenta que, segundo Marx, no caso da sociedade, a contradição que move é a que ocorre entre as forças produtivas e as relações de produção e sua causa reside no desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas é responsável pelo desenvolvimento social.

Esses dois aspectos, contribuem para uma análise mais consistente e detalhada da realidade e seus movimentos. À medida que a base material evolui, construída pela capacidade prática do ser humano em transformar sua realidade, a sociedade evolui. Não há outra realidade fora da matéria (GERMER, 2009). Assim é possível conhecer a realidade e o grau de desenvolvimento de cada grupo a partir da caracterização das forças produtivas. Este se constitui como um parâmetro de análise para os grupos em agroecologia.

Há que se considerar que para o desenvolvimento das forças produtivas há a contínua influência das relações sociais de produção. Há presente neste processo, contradições entre a sociedade e natureza que resolve-se pelo método do desenvolvimento das forças produtivas (Tse-Tung, 1999). Caracteriza-se assim a relação que existe neste processo.

Entende-se que as relações sociais existentes estão condicionadas as forças produtivas. Assim, necessariamente, para se avançar nas relações sociais, primeiro é preciso avançar no desenvolvimento das forças produtivas, visto que é a base material que dá consistência ao processo, por mais que são dependentes das relações sociais de produção.

Cohen (2010), define que as forças produtivas são as edificações e os meios utilizados no processo de produção. Considera – se como meio de produção os recursos produtivos físicos que são as ferramentas, máquinas, matérias primas, espaço físico e a força de trabalho, considerando a força física e as habilidades e conhecimento técnico aplicados quando trabalham. Esse conceito pode ser facilmente aplicado à realidade das famílias agroecologistas, sendo este um parâmetro de caracterização e de determinação de níveis de desenvolvimento.

Germer (2009) ainda argumenta que as causas do desenvolvimento das forças produtivas, estão nos elementos materialistas objetivos e não intencionais do

ser humano. Está relacionado à sociedade visto que é ela que determina o sujeito. Existe ainda um segundo enunciado materialista que a sociedade se transforma pela própria ação do ser humano, ou seja é o próprio ser humano que produz a sociedade. Isso caracteriza-se como contraditório, visto que ao mesmo tempo em que afirma que o ser humano reflete a sociedade, afirma também que é o ser humano que constrói a sociedade, sendo esta afirmação caracterizada pelo materialismo dialético.

Assim, em síntese, pode se afirmar que é a nossa capacidade de intervenção no real constituído que faz a sociedade evoluir a partir do avanço material. Da mesma forma sofre interferência externa a partir do desenvolvimento material de outros processos construídos por outros indivíduos, estando interligados, constituindo assim uma força conjunta de evolução da sociedade. Existem sim conexões que se estabelecem e que interferem impulsionando a realidade local. De qualquer forma depende do indivíduo a capacidade prática ou não.

O indivíduo reflete a estrutura das relações sociais ao qual está inserido. Assim, as relações sociais constituídas pelo grupo, ou mesmo núcleo da rede EcoVida de agroecologia, influi diretamente sobre os indivíduos induzindo-os a determinadas práticas. Lembra-se, que essa relações sociais partem da base material constituída.

Da mesma forma, a interpretação e conhecimento do real vivido, suas contradições e tendências opostas é a base da mudança, constituindo processos materiais consistentes. Assim, mesmo tendo vários níveis de interferência sobre o local, a base da mudança está nesta capacidade local de interpretação.

Germer (2009) ressalta que a sociedade não é construída simplesmente por indivíduos, mas pela teia de relações recíprocas que os conectam uns aos outros. O desenvolvimento da sociedade consiste no movimento e na mudança dessa teia de relações. Destaca ainda que esse movimento não ocorre de forma esporádica, avulsa, mas sim depende das condições objetivas constituídas e são estas que condicionam a mudança destas relações sociais.

As relações sociais de produção como uma combinação de trabalhos individuais diferenciados e interligados, visando a sobrevivência do coletivo social.

Essas ocorrem independentes das vontades individuais e são impostas por uma necessidade objetiva irresistível, existindo uma relação definida entre as forças produtivas e as relações de produção. Descreve ainda que a apropriação dos meios de produção é determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas (GERMER 2009).

Assim, considerando os sistemas produtivos dos camponeses, caracterizando o desenvolvimento das forças produtivas, é possível identificar o grau de subordinação deste ao poder econômico, considerando a relação de dependência deste, que por sua vez influencia diretamente nas forças produtivas.

CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS À AGROECOLOGIA.

1. Modelo de desenvolvimento agrícola Brasileiro

A intensificação do modelo capitalista de agricultura, subordinado aos interesses da indústria, ocorrido no Brasil de forma mais intensa, principalmente nas últimas décadas, desencadeou um processo ofensivo de contaminação, exploração, degradação e apropriação da terra e dos recursos naturais, levando muitas famílias ao êxodo rural, em busca de melhores condições de vida. Quanto maior a subordinação e dependência a este pacote tecnológico, maior também os riscos de exclusão (PLOEG, 2006).

Agricultura Camponesa constitui se como um processo de resistência ao desenvolvimento e progresso da agricultura capitalista, intitulado de “Agronegócio”, contrapondo a sua lógica de desenvolvimento (GORGEN, 2004). Esse processo tem se mobilizado continuamente, criando novas bases, grupos de famílias que se alicerçam na construção de iniciativas, superando, mesmo que de forma parcial, a subordinação ao modelo predominante.

No Brasil, constata-se uma forte atuação da política de estado sobre esse modelo, determinando seu desenvolvimento. Delgado (2012), afirma que está arquitetada uma estratégia privada e estatal de apropriação da renda fundiária, seja

das terras rurais, jazidas de mineração e petróleo. Com isso, geram-se implicações de médio e longo prazos, sendo caracterizado pela dependência dos mercados externos, que produzem má distribuição funcional da renda e induzem um progresso técnico enviesado na exploração intensiva dos recursos naturais. Isso trará consequências sociais, econômicas e ambientais para toda a sociedade. Esse sistema de desenvolvimento apresenta grandes riscos e armadilhas, visto que é demandado e conduzido pelas grandes potências econômicas mundiais.

Cabe ressaltar que no Brasil, desde a implantação do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, 1965, o estado Brasileiro, injetou expressivas quantidades de recurso a fim de promover a agricultura Capitalista que perdura até os dias de hoje, mesmo passando por diferentes fases ao longo desse período. O SNCR cumpriu a função de cimentar as relações técnicas entre agricultura e indústria. Esse processo conhecido como “revolução verde”, desencadeou uma série de impactos ao setor rural brasileiro, gerando problemas sociais e ambientais, principalmente (DELGADO 2012).

No Brasil, de acordo com dados do IBGE, censo demográfico realizados nos anos 2000 e 2010, constata-se uma diminuição crescente da população do campo, conforme descrito na tabela 01.

Tabela 1 - População Urbana e rural – Brasil

Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	% Rural	% Urbana
1991	110.990.990	35.834.485	146.825.475	24,41	75,59
2000	136.978.588	31.471.905	168.450.493	18,68	81,32
2010	160.925.804	29.829.995	190.755.799	15,64	84,36

IBGE, censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

O crescimento populacional neste período foi de 13,24%. Já para o Campo a situação é inversa, temos uma redução contínua da população e esta lógica segue até os dias atuais. Entre os dez anos, 2000 A 2010, a redução populacional no campo foi de 5,22%, considerando o total da população rural. Seguindo essa tendência proporcional de diminuição, chegaremos em 2020, com um percentual de população rural, por volta de 13,08%.

Se considerarmos os dados do Oeste do Paraná, que é intitulado como “celeiro” em produção de grãos e que tem uma expressiva contribuição, levando o

estado ao segundo colocado em produção de grãos do país, (CONAB 2017), este percentual de população rural é ainda menor. Ou seja, a medida que se expande a produção de grãos, conseqüentemente, tem se proporcionalmente menor população rural, o que caracteriza um processo de geração de desemprego no meio rural, provocado pela expansão do modelo agrícola atual.

A região Oeste Paranaense, conforme os dados do censo demográfico 2010, possui uma população de 1.219.558 (Hum milhão duzentos e dezenove mil quinhentos e cinquenta e oito). Destes, residem no campo 175.467 (cento e setenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e sete) pessoas, contabilizando 14,39 % da população, ou seja, 1,25% pontos percentuais menos que a média nacional.

Tabela 2 - População da Região Oeste do Paraná

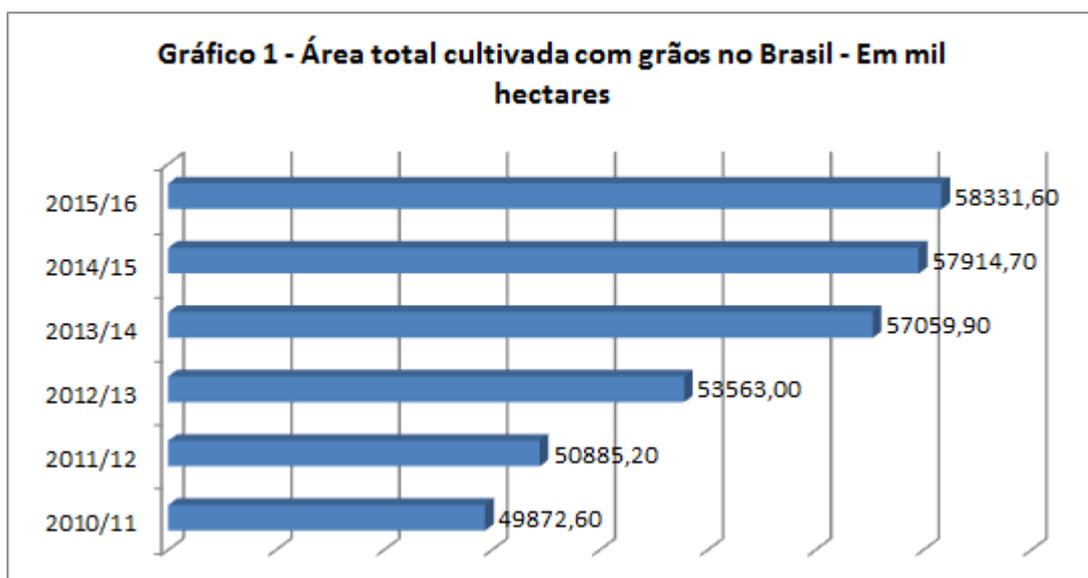
Região	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	% Urbana	% Rural
Oeste Paranaense	1219558	1044091	175467	14,39	85,61

Adaptado, Censo Demográfico 2010, IBGE

Ou seja, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que temos um aumento populacional, que pressupõe maior demanda de alimentos, temos uma significativa redução da população rural, acompanhado de sucessivos aumentos na produção agrícola de commodities para exportação. Além disso, soma-se aos índices de concentração fundiária, sendo que 1% do total de estabelecimentos detêm 44% da área cultivada e por outro lado 47% do total de estabelecimentos, que possuem uma área menor que 10 ha, detêm 2,4% da área rural (CARVALHO, 2010).

Essa alta desigualdade histórica da questão fundiária no Brasil, tem provocado um processo gradativo de exclusão do meio rural como espaço de sobrevivência. Considerando duas décadas, 1986 a 2006, a diminuição do pessoal ocupado no meio rural foi 6,8 milhões de pessoas, baseado em dados do IBGE (CARVALHO, 2010). É um dado muito significativo, que demonstra um processo massivo de saída das pessoas do meio rural, resultando em alteração da base de produção desenvolvida, indo em direção da formação de “desertos verdes”.

No gráfico 1, apresentamos os dados da Conab (2017), que quantifica o total de área plantada nas últimas safras de grãos no Brasil, considerando o período da safra 2010/11 até a safra 2015/16. Houve um crescimento de 16,96% em áreas cultivadas, contabilizando 8.459.000 (Oito milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil ha) de novas áreas com grãos no Brasil. É um número significativo e que demonstra o tamanho da expressão de crescimento deste sistema agrícola. Na safra 2015/16 foram 58.331.600,0 (cinquenta e oito milhões trezentos e trinta e três mil e seiscentos) hectares cultivados. Esse dado se caracteriza como uma síntese do potencial de evolução do Agronegócio Brasileiro, firmado principalmente do cultivo de commodities para exportação.



Fonte: Conab 2017

Ao mesmo tempo em que tem uma diminuição significativa da população rural, êxodo rural, tem se um aumento no cultivo das principais culturas do agronegócio. Ou seja, essa ampliação de área e produção é acompanhada pela não geração de emprego, visto que há uma diminuição crescente da população rural.

Na tabela 3, apresentamos as principais culturas que foram cultivadas e sua área de plantio e sua respectiva variação durante os anos safras de 2010/11 a 2015/16.

Tabela 3. Área cultivada com as principais culturas no Brasil em mil hectares

CULTURA	2010/11	2015/16	Varição em %
ÁREA TOTAL	49.872,60	58.331,60	16,96
ARROZ	2.820,30	2.007,80	-28,81
FEIJÃO	3.990,00	2.837,50	-28,88
MILHO	13.806,10	15.922,50	15,33
SOJA	24.181,00	33.251,90	37,51
TRIGO	2.149,80	2.116,60	-1,54

Fonte: Conab 2017, adaptado pelo autor

O crescimento da área de grãos no Brasil é puxada pela cultura da Soja, que assume destaque neste cenário. Neste mesmo período (2010 a 2015) a área destinada a esta cultura cresceu 37,51%, aumentando sua área de plantio em 9.070.900 (nove milhões setenta mil e novecentos) de hectares. Significa uma média de evolução de quase dois milhões de hectares ao ano. Outro detalhe importante é que nos níveis de produtividade por área, das principais culturas houve uma diminuição. No caso da principal cultura cultivada hoje, a soja, a produtividade diminuiu em 7,86%, sendo que a média foi de 3115 kg por há na safra 2010/11, passando para 2870 kg por há em 2015/16.

Por outro lado, a importante cultura destinada ao consumo alimentar dos Brasileiros, o feijão, perdeu sua área de plantio. Diminui-se em 28,88% a sua área, considerando o total das três safras que são realizadas por ano safra. No total é mais de um milhão de ha de feijão que deixaram de ser cultivados. Essa redução expressa um impacto na cultura alimentar, visto que por sua vez, acaba por diminuir a oferta deste alimento e conseqüente resulta em diminuição do consumo e traz riscos de aumento da insegurança alimentar.

Outra cultura de importância para a alimentação da população Brasileira é o Arroz. Sua área de plantio segue proporção similar de diminuição da ocorrida com o Feijão. Neste mesmo período houve uma redução da área de cultivo em significativos 28,81%. Uma observação a ser destacada nesta cultura é que atualmente tem-se uma contínua diminuição da área de arroz de sequeiro e aumento das irrigadas que são mais produtivas. A conab (2017) divulgou dados da safra 2016/17, sendo que reduziu 10,8% a área de sequeiro e aumentou em 3,5% a

área irrigada. Mesmo assim os índices de produtividade média por área são sofreram alterações significativas, conforme descrito na tabela abaixo.

Tabela 4. Produtividade das principais culturas e variação, em Kg/ha.

PRODUTO	2010/11	2015/16	Varição em %
ARROZ	4.827	5.281	9,41
FEIJÃO	935	886	-5,24
MILHO	4.158	4.181	0,55
SOJA	3.115	2.870	-7,87
TRIGO	2.736	3.164	15,64

Fonte: Conab 2017, adaptado pelo autor.

Esse avanço expressivo da cultura da Soja sobre as demais culturas, dentre estas muitas de interesse alimentar nacional da população, configura-se como um fator que prejudica a soberania alimentar e ainda pode ser promotora de situações de insegurança alimentar . Ou seja, se não temos produção suficiente de alimentos para a garantia do direito humano de alimentar-se diariamente, estamos sujeitos aos interesses mercadológicos, controlado por grandes empresas e da disposição de oferta do produto por outros países. Esta situação de insegurança alimentar pode levar a situações caóticas de escassez de alimentos.

1.1 Alimentação humana e as contaminações

Esta alteração das bases produtivas, acaba por provocar, conseqüentemente, um impacto em toda a sociedade, visto que altera a oferta de alimentos conforme essa nova dimensão estrutural e produtiva no campo. Ou seja, a diversidade de produtos ofertados para a população consumidora acaba se alterando por uma questão lógica que é a alteração das atividades de produção que estão sendo desenvolvidas.

Pinheiro (2005), denuncia que está sendo arquitetado um novo modelo de agricultura, sendo denominado de o “complexo agro-alimentar-industrial-financeiro”. Neste, o controle sobre as bases de produção e comercialização passa a ser

exclusivamente das grandes empresas transnacionais conforme seus interesses de desenvolvimento econômico. Destaca ainda que para o agricultor ficará apenas os riscos “in situ” e uma subordinação social e econômica.

Assim, a dieta alimentar das populações sofre um processo de padronização global, baseados nas quatro principais culturas produzidas atualmente, sendo a Soja, Milho, Trigo e Arroz. O conjunto de contaminantes utilizados nesta agricultura e demais processos convencionais acabam tendo um efeito acumulativo. Com isso, os efeitos de toxicidade deste sistema agroalimentar moderno que é absorvido pela sociedade consumidora, resulta em uma série de perigos e consequências, como algumas repercussões teratogênicas, neurológicas, gástricas, ósseas, alergias, intoxicações agudas e alguns tipos de câncer (Azevedo, 2012).

Outro fator que merece destaque, conforme destacado por Pinheiro (2005) é a Co-evolução do ser humano e com o ambiente em que vive convive. Existe aí uma ligação direta de transformação que está condicionada. O ser Humano evoluiu na natureza a partir da sua base alimentar durante alguns milhares de anos. A grande regressão atual na base alimentar tem provocado impacto direto sobre a saúde, assim como a contaminação e descontrole ambiental, seja por agrotóxicos ou mesmo algumas pragas provoca uma série de efeitos na sociedade.

A qualidade alimentar e nutricional da população acaba sendo afetada visto que deixa de ingerir um conjunto de nutrientes, vitaminas e sais minerais que não estão presentes nestes quadro de alimentos principais disponível para a maior parte da população. Em muitos casos, mesmo estando de “barriga cheia” as pessoas encontram-se fisiologicamente com fome, mal nutridas.

Constata-se um processo contínuo de padronização alimentar global. Assim, os produtos encontrados nas prateleiras dos supermercados do Sul do País, são similares aos produtos disponíveis nos supermercados no Norte do País, ou mesmo em outros países. Isso é promotor também de uma similitude entre os principais problemas de saúde global. Por exemplo, Obesidade, diabetes, colesterol, Hipertensão, entre outras, tem se tornado problemas comuns.

1.2 Os agrotóxicos

Atualmente o Brasil é campeão mundial no consumo de agrotóxicos. Desde o ano de 2009, ultrapassamos os Estados Unidos em Consumo e estamos liderando até hoje esse ranking. Esse alto índice de uso, que além de contaminar os alimentos contamina a atmosfera, água do solo, tem sido um grande provocador de uma série de problemas ao ambiente e a sociedade Brasileira. A publicação do Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde (2015), tem alertado para uma série de questões.

Dentre estas informações, está a de que 64% dos alimentos estão contaminados por agrotóxicos (Anvisa, 2013). Ou seja, os alimentos disponíveis para consumo humano nas gôndolas, estão envenenando gradativamente a população brasileira. Outro dado importante publicado pela Sindag é que houve um aumento de 288% no uso de agrotóxicos entre os anos 2000 e 2012. A intensidade de uso é muito maior, visto as culturas que estão sendo trabalhadas e problemas ambientais (CARNEIRO, 2015). A tabela abaixo nos mostra alguns dados.

Tabela 5 - Comércio e uso de agrotóxicos no Brasil.

Ano	Vendas (toneladas de produto comercial)	Crescimento anual	Crescimento Acumulado desde 2000	Vendas (bilhões de US\$)	Crescimento anual	Crescimento Acumulado desde 2000
2010	708.593	-2,34%	125,79%	7,304	10,24%	192,16%
2011	730.628	3,11%	132,81%	8,488	16,21%	239,52%
2012	823.226	12,67%	162,32%	9,71	14,40%	288,41%
2013	902.409	9,62%	187,55%	11,454	20,40%	368%
2014	914.220	1,31%	191,31%	12,248	4,20%	388%
2015	887.872	-2,90%	182,92%	9,6	-21,56%	284%

Fonte: SINDAG/Sindiveg; Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

1.3 Dados da Agricultura Familiar no Brasil

Apresentamos os dados referente ao número de estabelecimentos agropecuários e suas principais áreas de exploração, conforme dados do último censo Agropecuário realizado no ano de 2006, descritos na tabela abaixo.

Tabela 6 - N° de estabelecimentos no Brasil, por unidade estabelecidas, 2006

	Estabelecimentos	Área total (ha)
Total	5 175 489	329 941 393
Agricultura familiar - Lei 11. 326	4 367 902	80 250 453
Não familiar	807 587	249 690 940

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Esse quadro configura que apesar da agricultura familiar constituir 84,40% dos estabelecimentos, detêm apenas 24,32% das áreas. Já as caracterizadas como não familiar, de posse da agricultura patronal, e que se encontra em expansão contínua, conforme dados mencionados acima, concentra 75,68% das terras mesmo sendo somente 15,6% dos estabelecimentos.

A tabela 07 mostra que entre as principais atividades trabalhadas pelas famílias agricultoras, em suas áreas de produção, destacam-se as pastagens, caracterizando que a produção animal, é a principal atividade produtiva desenvolvida, totalizando 41,9% da área total. Já as lavouras temporárias ocupam 14,97% da área total, sendo que nestas se enquadram as atividades de produção de hortaliças, grãos entre outras culturas anuais. Com esse dado, pode-se afirmar que a Agricultura Familiar não influencia no crescente aumento do cultivo de área de soja plantado no Brasil, visto que seu desenvolvimento está configurado em outras bases de desenvolvimento produtivo.

Tabela 07 - Principais atividades de uso das áreas da AF no Brasil

Atividade	Estabelecimentos	Área Há	%
Pastagens Naturais	1.361.035	14.575.542	18,16
Pastagens plantadas em boas condições	1.171.043	19.052.869	23,74
Lavouras temporárias	2.719.571	12.012.792	14,97
SAFs	250.252	2.898.493	3,61

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, adaptado.

Um destaque neste cenário é para a atividade de Sistemas Agroflorestais que ocupam 3,61% da área produtiva. Esta pode ser uma atividade crescente, configurando um indicativo de novo cenário produtivo para a agricultura familiar. Este tipo de sistema, que do ponto de vista técnico pode ser muito eficiente e que integra diferentes culturas e cultivos, caracterizando um sistema diversificado e sustentável.

2. Assentamentos da Reforma Agrária e estratégias de desenvolvimento

A política de reforma agrária, que consiste desde a constituição de assentamentos rurais até a implementação de ações de apoio para o desenvolvimento produtivo e econômico das famílias, pode ser considerada como uma das políticas prioritárias para o fortalecimento de uma proposta de Agroecologia Nacional com expressividade.

Além deste, a implantação de assentamentos é uma importante política do ponto de vista social, pois reduziria a migração contínua de trabalhadores rurais do campo para as grandes cidades. Destaca-se ainda que é uma das formas mais baratas e eficientes de gerar empregos, conforme dados divulgados pelo INCRA (2011).

Estes espaços produtivos, podem se constituir ainda em uma importante ferramenta para potencializar a produção de alimentos agroecológicos, contribuindo para a disponibilização de produtos saudáveis para a sociedade. Por isso é uma ação de interesse para toda a sociedade, visto que os seus possíveis benefícios

para o meio em que vão estar inseridos, independente de ser um município pequeno ou grande, é notório e significativo.

Os assentamentos são uma importante ação que promove o desenvolvimento local, por um conjunto de fatores econômicos, ambientais e sociais. Um destes seria que a maior parte da renda das famílias movimentada no mercado local, promovendo a economia local, gerando renda, empregos dentro de seu próprio município. Além disso teria também um conjunto de valores sociais, como por exemplo a disponibilização de alimentos diversificados e com base agroecológica para a população, valorização da cultura alimentar local, entre outras práticas possíveis.

Caporal (2011) descreve que precisamos defender e constituir um plano nacional de transição Agroecológica, sendo nosso compromisso com as atuais e futuras gerações. Dessa forma, superar, pouco a pouco, a crise socioambiental gerada pelo atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura, denominado de agronegócio, que impacta negativamente o ambiente e a sociedade.

Uma das ações prioritárias destacadas por Caporal (2011), é a implantação da política de Reforma Agrária de forma Integral, superando minifúndios e latifúndios. Assim democratiza o acesso à terra, implantando alguns milhões de novos sistemas produtivos familiares. Essa ação proporciona grande impacto produtivo e social, por isso é caracterizada como sendo a primeira prioridade.

Stedile (2005) destaca que o latifúndio é uma propriedade rural, independente da sua extensão, explorada de forma inadequada e irracional, não alcançando seus limites produtivos os quais as condições edafoclimáticas e de localização permitam. O latifúndio também pode ser considerado como as áreas exploradas por parceiros e arrendatários das quais o proprietário obtém renda sem empregar a sua força de trabalho nas atividades.

Empregando esse conceito, teríamos no Brasil, um número expressivo de áreas sendo consideradas de latifúndio, que se caracteriza como prejudicial para uma proposta de desenvolvimento local-regional e até mesmo nacional.

Mas, o que seria uma reforma agrária integral? Como desenvolver essa ação, visto as enormes limitações públicas de governo? Como fortalecer uma ação que vai contra os objetivos do modelo do agronegócio, detentor da grande maioria das terras férteis e com potencial produtivo do Brasil e das políticas públicas de incentivo? Não há dúvida que a política de reforma agrária, que não seja somente

distribuição de terras, é um grande desafio a ser superado, que somente conseguirá êxito, partindo de uma grande capacidade de mobilização social. Se caracteriza como uma ruptura da política agrícola atual.

A construção de um plano nacional de reforma agrária tem mobilizado, entre outros, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que tem publicado algumas propostas para debate e promoção da reforma agrária e uma nova política agrícola. Stedile (2005), destaca a necessidade de combinar a distribuição massiva de terras em conjunto com uma nova política agrícola, contribuindo para a consolidação de um novo modelo de desenvolvimento nacional.

A proposta ainda agrega distintos objetivos, entre eles destaca-se: a) garantia de trabalho para os trabalhadores Rurais Sem Terra; b) produzir alimentação farta, barata e de qualidade para toda a sociedade brasileira; c) garantir o bem estar social; d) buscar permanentemente a justiça social; e) difundir a prática de valores humanistas e socialistas; f) participação igualitária das mulheres na sociedade; g) preservar e recuperar os recursos naturais e; h) implementar agroindústrias e indústrias como principal meio de desenvolver o interior do Brasil.

Destaca-se ainda a necessidade de implementação de um conjunto de iniciativas para alcançar os objetivos descritos. A mudança tecnológica dos sistemas produtivos é uma das prioridades, superando a alta degradação socioambiental provocada pela utilização de insumos sintéticos e de agrotóxicos. Para isso, o desenvolvimento de pesquisas adequadas à realidade de cada região, parcerias com órgãos de pesquisa, formação técnica, acadêmica e extensão pública, assim como um programa de assistência técnica pública e gratuita qualificada para os assentamentos rurais é fundamental.

O INCRA (2012) divulgou um balanço geral dos dados da reforma agrária no Brasil. Foram contabilizadas todas as ações executadas, desde os primórdios do programa. Ao total são 8.865 (oito mil oitocentos e sessenta e cinco) projetos de assentamentos, agregando 931.730 (novecentos e trinta e uma mil e setecentos e trinta) famílias assentadas em uma área de 87.559.858 (Oitenta e sete milhões quinhentos e cinquenta e nove mil oitocentos e cinquenta e oito ha).

Os dados são expressivos e demonstram o potencial produtivo, econômico e social existente. São alguns milhões de pessoas que vivem e constroem a sua

existência em áreas de reforma agrária, produzindo alimento, gerando renda, fortalecendo a constituição de práticas sustentáveis e a cultura camponesa.

Os dados refletem também a necessidade de ter uma política diferenciada e voltada para atender esse público, visto o enorme potencial existente, seja produtivo e econômico ou mesmo social. Historicamente toda essa população ficou a mercê de políticas muito pouco efetivas. Pode se usar como exemplo a própria ATER nos assentamentos que atualmente estão desassistidas. Acaba sendo irregular, descontinuada, visto que em alguns períodos viabiliza-se recursos para tal, mas que terminam, não são renovadas e com isso perde-se todo um planejamento de desenvolvimento para as famílias assentadas, de capacitação de técnicos, de acúmulos em termos de projetos e estratégias de desenvolvimento que terá que ser novamente reiniciados.

Os projetos de assentamentos de reforma agrária já somam quase um milhão de famílias e devem ser tratados diferenciados, com políticas públicas específicas, como afirma Christoffoli (2007), argumentando que não se trata apenas de um aglomerado de lotes individuais e desorganizados, mas sim de um espaço social e produtivo articulado em configurações territoriais que têm se constituído ao longo do tempo.

Christoffoli (2007) ainda argumenta, que o que difere assentamentos da reforma agrária de agricultores familiares é que estes geralmente encontram-se dispersos e com características culturais e econômicas diferenciadas. Já os assentamentos tendem a se agrupar em pólos ou regiões onde antes predominavam latifúndios, dando condições para que as políticas públicas ganhem efetividade prática.

2.1 Caracterização dos Assentamentos na Região Oeste do Paraná

No Oeste do Paraná, segundo dados do INCRA (2017), temos constituídos quatorze assentamentos sob seu domínio, conforme tabela abaixo.

Tabela 08 - Assentamentos da região Oeste do Paraná

Item	Proj de Assent.	Município	Nº Fam.	Área Tot (há)	RL (ha)	Criação
1	Jangadinha ***	Cascavel	21	705,8228	329,474	02/12/98
2	Santa Terezinha ***	Cascavel	41	786,3676	202,764	29/12/97
3	Col. Penal Tormenta	Cascavel	16	270,6000		
4	Valmir Motta	Cascavel	80	889,5060		13/12/10

5	Ander R. Henrique ***	Diamante D'oeste	108	2973,5789	785,947	26/04/04
6	Capão Verde	Lindoeste	20	516,2962	103,873	04/12/97
7	Cerro Azul	Lindoeste	19	449,4737	76,6071	21/10/99
8	Fazenda Vitória ***	Lindoeste	153	2372,2600	296,97	18/02/87
9	Olga Benário	Sta T. Do Oeste	9	89,3392	18,0317	07/01/05
10	Sepé Tiaraju	Sta Tza Do Oeste	19	432,1000	78,12	25/09/00
11	16 de Maio ***	Ramilândia	208	4191,4932	871,026	28/12/01
12	Santa Izabel	Ramilândia	31	883,7000	285,531	07/03/03
13	Nova União	São P. do Iguaçu	41	726,1483	157,727	08/10/99
14	Antonio C. Tavares	São M. do Iguaçu	81	1098,9165	61,1	08/10/02
Total			847	16385,6024	3267,17	
Fonte: INCRA PR 2017						
*** PA's com RL averbada						

Ainda há assentamentos sem áreas de reserva legal averbada. Todos estes, homologados antes de 22 de julho do ano de 2008, passará a ter a reserva legal com o remanescente atual de vegetação, conforme informação repassada pelo INCRA.

Neste total de 14 assentamentos constituídos, temos 05 grupos de famílias² constituídos e vinculados ao Núcleo Oeste da Rede Ecovida. Esta ação envolve diretamente 36 famílias assentadas, ou seja, apenas 4,25% do conjunto total das famílias, estão inseridas em uma dinâmica de certificação agroecológica de sua produção com perspectivas de alcançar mercados de consumidores. Destaca-se ainda, que nem todas as famílias inseridas possuem suas áreas certificadas, sendo que algumas estão em processo de transição.

Esse dado demonstra que, apesar do grande potencial de produção existente, a efetivação da produção Agroecológica certificada é muito aquém do que se pode alcançar. Ou seja, há um grande potencial de desenvolvimento a ser trabalhado destacando-se também que atualmente existem famílias que não estão inseridas nos grupos da Rede Ecovida, mas que desenvolvem a produção agroecológica para consumo familiar e mesmo, alguma atividade para a venda, mas que são comercializados como produto convencional.

O que seria capaz de motivar mais famílias a se inserir em uma proposta de desenvolvimento agroecológico de sua produção, certificando-a, viabilizando a instituição de canais de comercialização, criando novas iniciativas de geração de

² dados obtidos com a coordenação do núcleo Oeste que tem sua sede junto ao CAPA no município de Marechal Cândido Rondon.

renda familiar? Porque assentamentos com mais antigos, como é o caso do Fazenda Vitória com 30 anos de implantação estar a margem de todo um processo de discussão de Agroecologia? Teriam outras estratégias que estão sendo trabalhadas para a viabilização das famílias? e a intensidade de exploração do agronegócio, tem se apropriado deste potencial?

Delgado (2012) aponta que a questão da Reforma agrária terá que se viabilizar ao lado de questões mais gerais sobre as políticas macroeconômicas de emprego, contenção da especulação financeira, planejamento do investimento agregado, reestruturação da política de financiamento rural e reestruturação do gasto público dirigido aos programas de alimentação e nutrição. Isso tudo tende a uma mudança qualitativa da ação do estado, fomentando a consolidação de ações estruturantes entre esses públicos. É necessário estruturar a médio prazo um novo padrão de economia agrária, muito mais articulado ao mercado interno e também ligado as políticas públicas promotoras de maior equidade, que em última instância propiciariam a redistribuição do excedente econômico.

Ao que parece, há presente neste debate de Agroecologia junto aos assentamentos, grandes desafios a serem trabalhados a fim de qualificar esse processo. Caracteriza-se como um grande esforço para entender este real vivenciado nos diferentes locais e a partir daí com capacidade de sistematização teórica, pautar de forma dialética estratégias de ação, buscando superar as contradições existentes.

Para Delgado (2008), o desenvolvimento dos assentamentos, no sentido econômico, requer necessariamente a elevação da produtividade da força de trabalho empregada na produção, associada a maior produção de excedente. Na maior parte dos sistemas produtivos, há falta de tecnologias que qualifiquem e potencializam a produtividade da força de trabalho. Ainda são, na maior parte deles sistemas simplificados, manuais, principalmente em atividades de manejo Agroecológico.

Ou seja, fica evidente que o acesso a tecnologia pode resultar em aumento dos níveis de produtividade da força de trabalho empregada na produção e conseqüentemente, aumento dos níveis de produção total, podendo então fortalecer o desenvolvimento de novas atividades. Conseqüentemente teria-se novas atividades geradoras de renda familiar, potencializando inclusive a constituição de

áreas agroecológicas. Este fator é um importante tema a ser trabalhado pelos grupos de famílias, podendo qualificar um conjunto de processos.

Destaca-se ainda que a produtividade da força de trabalho também está relacionada ao planejamento e organização do sistema produtivo, ou seja, o nível de organização do sistema conduzido pode resultar em maior ou menor demanda de força de trabalho em produção. Um exemplo bem prático seria a tecnologia de SAFs – Sistemas Agroflorestais, que pode alcançar níveis de produção superiores a 20 toneladas por ha, ou mesmo um sistema de horta Mandala que potencializa o aproveitamento da área, melhora a integração das culturas e aproveitamento dos recursos naturais, com melhores ganhos em produção.

Aqui caberia também a argumentação propositiva que no caso de construir projetos de apoio ao fomento produtivo, seja via políticas públicas ou programas, a inserção de tecnologias apropriadas e adequadas, teria condição de alavancar a produtividade da força de trabalho, resultando em maior produção de alimentos e consequentemente oportunizando maior geração de renda. Dessa forma seria uma das possibilidades de alcançar uma reinserção econômica dos assentamentos.

Ou seja, se tem se a pretensão de buscar ampliar a base material agroecológica junto às famílias agricultoras, a viabilização de tecnologias adequadas pode ser uma excelente promotora de desenvolvimento, aumentando a produtividade da força de trabalho empregada na produção. Para isso, é necessário entender as contradições presentes em cada local, conforme a sua base material constituída.

Delgado (2008) argumenta que existem ainda, dois fatores principais que impedem o desenvolvimento produtivo dos assentamentos baseados no modelo Agroecológico: 1) Uma gama de restrições técnicas, locacionais, de infraestruturas e de recursos naturais que bloqueiam a elevação da produtividade do trabalho e, 2) dificuldades de comercialização da produção nos mercados. O autor destaca que a maneira mais viável e prática a ser desenvolvida seria o apoio do estado através da implantação de políticas públicas, focados nestes dois eixos, buscando contribuir na superação e desenvolvimento destes fatores limitantes atuais.

É preciso ter a capacidade de entender melhor estes desafios propostos, buscando interpretar quais são as condições reais instaladas nos assentamentos hoje, dos grupos de produção agroecológica principalmente, seu nível tecnológico, capacidade de organização e planejamento produtivo, iniciativas de comercialização implantadas, entre outras bases materiais constituídas que nos deem condição de interpretar suas contradições principais e a partir daí definir as ações prioritárias, iniciais, para que o processo seja gradativo e consistente.

O primeiro fator limitante, refere-se à necessidade de intensificar o planejamento produtivo e os investimentos na estruturação dos meios de produção. Ou seja, pressupõe que, as práticas de manejo, tecnologias utilizadas, precisam evoluir, ser melhoradas de forma gradativa e estar adequadas ao potencial produtivo de suas áreas, aumentando a produtividade por área, proporcionando maior quantidade de excedentes disponíveis para serem comercializados.

O segundo fator limitante de desenvolvimento se refere ao aspecto de comercialização, que tem se caracterizado atualmente como um dos principais gargalos a serem superados, pois ainda são poucas as experiências que tem se consolidado de forma diferenciada e a pressão exercida pelo mercado convencional é muito forte e excludente. Em quase a totalidade dos casos a comercialização da produção é realizada para atravessadores ou então diretamente para Agroindústrias. Isso tem provocado além da diminuição do preço praticado, que gera menor renda para as famílias, também o condicionamento do planejamento produtivo às necessidades das agroindústrias ou mesmo de atravessadores (Delgado, 2008).

Discutir estratégias de comercialização é fator de alta relevância, que provoca impacto direto no planejamento de implantação dos sistemas produtivos. Ou seja, as demandas de mercado comprador são na maioria dos casos as que determinam o planejamento de produção das famílias agricultoras. Há a constante espera pelo surgimento de demandas de compra de produtos. Assim, constata-se de forma predominante nos assentamentos da região Oeste Paranaense a espera de que “alguém” garanta a compra, para posterior se organizar o planejamento produtivo. É claro que essa situação ideal, não é o que acontece no real vivido pelas famílias, ou mesmo, ocorre de forma pontual.

O Destaque para esta demanda de mercado é o caso da bovinocultura de leite. Nos assentamentos da região oeste do Paraná, no decorrer dos últimos anos, esta tem sido a principal atividade de produção desenvolvida. Um dos motivadores é justamente a facilidade de comercialização, visto que independente da quantidade produzida, a recolha é feita no local. Mesmo que possa ter uma rentabilidade baixa, a venda do produto é garantida e o pagamento é mensal. Assim, oferece uma garantia de renda para as famílias para a sua manutenção.

Isso também é um dos motivadores que canaliza os investimentos de estruturação produtiva. Um estudo realizado no ano de 2013, no assentamento Santa Izabel no município de Ramilândia, oeste do Paraná, identifica que 96,2% dos recursos contraídos pela linha de Pronaf investimento pelas famílias assentadas, contabilizando todo o tempo de implantação do assentamento, foi investido na atividade de bovinocultura de leite e o restante, apenas 3,8%, na atividade de horticultura (Hartmann e Sonda, 2013).

Outro dado levantado neste trabalho é que 83,9% das famílias estavam acessando a linha de pronaf. Assim, esta política tinha ação direta e de grande impacto na estruturação produtiva deste assentamento, ou seja, o resultado de todo esse processo de desenvolvimento da produção é induzido por esta linha de investimento, visto quase a totalidade das famílias, não disponham de recursos próprios para estruturação das suas unidades de produção e renda familiar. A média de receita bruta anual destas famílias, era de R\$34.125,62 (trinta e quatro mil cento e vinte e cinco reais e sessenta e dois centavos) e custo de produção em 35% (Hartmann e Sonda, 2013).

Destes total de 83,9%, um percentual de 48,4% acessavam também a políticas de PAA e PNAE. Para este grupo a renda bruta ficava em R\$38.863,43 (trinta e oito mil oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos), 13,8% a mais, sendo que as atividades de fruticultura e hortaliças tinham um custo de produção menor, ou seja aumentava a renda líquida familiar (Hartmann e Sonda, 2013). Assim, neste período, por mais que impulsionado por políticas públicas, iniciava um processo de diversificação produtiva para comercialização, potencializando a geração de renda familiar.

Há atualmente iniciativas pontuais de canais de comercialização diferenciados, de vendas diretas, feiras agroecológicas, em supermercados pequenos, restaurantes, entre outros que reduzem ou eliminam a figura do atravessador. Caberia também uma maior reflexão e debate sobre isso, visto que canais de comercialização deste nível de autonomia, estão em construção. Ou seja, é preciso estar como meta no planejamento das famílias a construção de canais de comercialização para sua produção, evitando assim a dependência dos interesses de atravessadores e mesmo da lógica convencional de mercado.

É importante considerar que as políticas públicas podem se constituir como uma ação que garanta que a produção camponesa seja vendida aos organismos oficiais por um “preço de garantia”, fixado com a intenção de amparar a reprodução e manter ou estimular a oferta (Bartra, 2015). Isso evitaria a superexploração que ocorre sobre os trabalhadores, sendo que em muitos casos a maior parte da Mais valia produtiva fica com os atravessadores.

Quanto mais intenso é o trabalho destes atravessadores sobre os agricultores condicionando seus sistemas produtivos, menor seria também a capacidade de absorção do excedente produtivo pelo Estado via políticas de aquisição. Assim, quanto maior a autonomia no planejamento produtivo melhor no sentido até mesmo de fortalecer e criar iniciativas de comercialização.

3. Paradigma da questão Agrária: desafios para a Agricultura Camponesa

Germer (2002), destaca que é ilusória a posição política de que é preciso se adaptar ao sistema capitalista na agricultura, buscando eficiência produtiva e tecnológica, fundado em políticas públicas de apoio inclusive. Esse é um caminho impossível de ser alcançado visto que para isso parte expressiva dos agricultores devem ser expulsos de suas terras.

Bartra (2015), destaca que os meios de produção que estão nas mãos do camponês, se reproduzem pela dinâmica do Capital e todo excedente cedido pelo trabalhador transforma-se em Mais valia capitalizada. Afirma-se então, que a reprodução camponesa e sua manutenção, mesmo que de forma parcial, subordinadas ao sistema Capitalista. Ou seja, por mais que se caracteriza por ações

e processos diferenciados, esse grupo de famílias, está submetido às normas e regras do desenvolvimento econômico Capitalista.

Delgado (2012), complementa destacando que todo esse processo é puxado fortemente pela mão do Estado e dos interesses do grande capital, que acabam gerando a exclusão dos pequenos produtores não associados ao capital financeiro, ficando marginalizados do progresso técnico.

Constata-se na atualidade um claro processo de exclusão gradativa das famílias camponesas, configurando-se nem processo crescente de êxodo rural e assalariamento. Essa base estrutural do modelo de desenvolvimento Capitalista no campo, condiciona a necessidade de criar alternativas a este processo hegemônico. Exige uma grande capacidade de explorar as contradições existentes neste processo, na busca contínua de construir ações inovadoras e significativas que fortaleçam a permanência e progressão das famílias agricultoras.

Aspectos sociais e políticos tem se caracterizado de forma muito superficial não tendo aprofundamento necessário, capaz de superar as contradições existentes e construir a Agroecologia como um projeto diferenciado e alternativo aos sistemas agrários. Fica claro também a necessidade de incentivos e regulação da produção agrária, rompendo com a dinâmica hegemônica de mercado da atualidade (Gonzalez de Molina, 2009).

Bartra (2015) ainda destaca que todo produto lançado no mercado assume a forma de mercadoria capitalista, independente do seu processo de produção. Mesmo que se organize processos de produção diferenciados, independentes de insumos externos, estabelecendo manejo com bases agroecológicas, quando estes produtos entram no mercado, são caracterizados como mercadorias, e estão sujeitas às leis e tendências do mercado capitalista.

O grau de exploração exercida sobre os camponeses, podem sofrer variações conforme o seu planejamento e práticas estabelecidas em seu meio de produção. No caso das unidades que são dependentes de insumos, tecnologias e outros materiais fundamentais na execução da produção, o que interfere diretamente no custo, a sua exploração é aumentada visto que alimentada vários setores, onde a Mais Valia está inclusa. Assim todo o excedente gerado deverá ser distribuído por

diversos atores que diretamente se envolveram no processo (Bartra, 2015). Da mesma forma os processos de comercialização se enquadram dentro da mesma lógica, visto que instituem-se regularmente os atravessadores.

Van Der Ploeg (2008) discute que a subordinação ao processo de mercantilização, seja aquisição ou comercialização, induz à dependência e impõe um processo necessário de capitalização a fim de se manter continuamente no processo produtivo. Dessa forma, essa subordinação ao mercado, resulta em uma maior taxa de exploração e conseqüentemente menor taxa de renda líquida com a família camponesa, para a sua manutenção.

Para Bartra (2015), essa transferência de valores maximiza de forma expressiva os lucros das grandes empresas capitalistas. Ou seja, caracteriza-se assim um sistema produtivo dependente, submerso de forma intensa as leis capitalistas e com uma taxa de exploração maior. Neste caso agrega-se vários fatores, que podem comprometer a permanência dos trabalhadores no campo, nos seus meios de produção, visto a sua necessidade de obter eficiência produtiva e de estar subordinado ao pacote tecnológico integrado com a indústria.

Germer (2002) sugere que no Brasil, o termo agricultura Familiar seja alterado para empresa “familiar/assalariada” acreditando ser o termo mais apropriado, baseado na concepção Norte Americana. O autor destaca que esta se configura como uma fase transitória de um processo social e as suas formas de produção não podem ser instituídas de forma arbitrária, mais sim devem possuir eficácia técnica e econômica compatível com o ritmo e a intensidade de acumulação dos termos agregados. Assim, seguindo uma lógica puramente capitalista, as famílias agricultoras cumprem uma função dentro do sistema e constituem-se com um processo passageiro, visto que gradativamente vão sendo excluídas pelo próprio sistema. Isto pode ser referenciado conforme dados dos países mais capitalizados que reduziram seu percentual de agricultores familiares a uma média de 5% da população. No caso dos EUA, esse percentual chega próximo a 2%.

Se considerarmos, de forma panorâmica, o desenvolvimento da agricultura no Brasil, fortemente influenciado pelas ações de estado e do capital externo, veremos que essa tese vem se confirmando, sendo que está se caminhando rumo ao que

está proposto pelos moldes capitalista da agricultura. Historicamente, constituiu-se uma política agrícola nacional subordinada aos interesses capitalistas e que tem configurado um cenário de exploração cada vez mais agravado, tanto dos recursos naturais quanto dos seres humanos envolvidos. Ou seja, temos todas as condições, sendo pessimista, de seguir a mesma lógica desenvolvimentista dos países capitalistas avançados, que promoveram o processo gradativo de êxodo rural.

Temos entretanto, diferentes análises neste processo histórico, que se contrapõe a essa trajetória determinada pelos autores anteriormente citados. Para Chayanov (1974), o Camponês não é tipicamente capitalista e, ainda, que a viabilização econômica das unidades camponesas considera alguns aspectos básicos, combinado entre si quantitativamente os fatores de Força de trabalho, Terra e Capital. O Fator que determina o equilíbrio destes três é a Força de trabalho disponível, visto que quanto maior o for, maior é o potencial de trabalho, assim como a necessidade de consumo, que pode ser viabilizado pelo trabalho fora, caso os meios de produção não o sejam suficientes. O autor ainda destaca que é preferível ajustar o equilíbrio econômico sempre no trabalho externo, que na maioria dos casos é temporário, viabilizando as unidades camponesas.

Podem se constituir ainda, sistemas produtivos mais simplificados em relação ao mercado, constituindo as chamadas cadeias curtas e organizados de forma mais complexa em seu sistema de produção, estabelecendo um planejamento e integração de práticas produtivas contínuas dentro do sistema, capazes de manter bons graus de eficiência. Dessa forma constitui-se menor dependência ao mercado, com menor grau de exploração, constituindo diferentes estratégias de reprodução e que possibilitam a viabilização econômica e social das famílias camponesas de forma mais consistente (Van Der Ploeg, 2008).

Sistemas produtivos eficientes está relacionado à capacidade individual das famílias agricultoras em conduzir práticas adequadas de manejo. A fertilidade do Agroecossistema, maximizando o aproveitamento dos recursos naturais existentes é de responsabilidade do agricultor, visto que é ele que define em última instância, o que vai ser trabalhado, conforme destaca Khatounian, (2002). Ou seja conforme essas práticas é que se conduz os níveis de fertilidade e conseqüentemente altera os níveis de produtividade e dependência de insumos externos.

Assim, conforme destacado por Bartra (2015), a luta camponesa é a de buscar autonomia nos meios de produção de forma contínua superando a subordinação e de forma conjunta, conseqüentemente, combater a proletarização. Constrói se assim uma estratégia de resistência, construindo ações que resultam em diminuição do êxodo rural.

4. Políticas públicas e Agroecologia

Fernandes (2015), considera que temos instituídas no Brasil diferentes políticas públicas, sendo caracterizadas por diferentes concepções de desenvolvimento e que podem ser divididas em duas principais categorias principais: as emancipatórias e as de subordinação. O que determina esse caráter, da política, é o processo base de construção, sendo que no caso das emancipatórias, são construídas socialmente nos espaços de socialização política, pelos movimentos camponeses, pela luta pela terra e reforma agrária. Estas por sua vez não são definidas pelo estado, mas sim pela capacidade de construção social, ou seja, pela atuação política da classe trabalhadora do campo.

Ressalta-se que é a capacidade de mobilização social, que provoca o debate e a disputa por modelo de desenvolvimento que carrega consigo as propostas e ações possíveis de serem trabalhadas. Apesar disso, Fernandes (2015) afirma que esses modelos de desenvolvimento não são componentes dos planos e das políticas públicas, visto que estas são determinadas pelos princípios do paradigma do capitalismo agrário.

Para Abromovay (1992), o paradigma do capitalismo agrário em questão, promoveu o desenvolvimento de duas classes no campo, sendo a classe operária e a classe burguesa. A classe operária, constituída pela classe trabalhadora é responsável pela produção de riquezas. Esta por sua vez é continuamente explorada como forma de transferência de riquezas para outros setores. O baixo preço dos alimentos é resultado da pobreza desta classe. Já a classe burguesa é a que detêm os meios de produção, no caso as propriedades e tecnologias acumulando as riquezas do setor.

O mesmo autor ainda destaca que é o desenvolvimento da luta de classes, que depende da capacidade de organização social como um todo, é que determina

o seu destino, ou seja, é a luta de classes que garante o desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, a capacidade da sociedade em se mobilizar e fazer luta política a favor de seu projeto de desenvolvimento, mesmo que buscando romper com o paradigma capitalista para o campo, é o que vai possibilitar a construção de novos elementos.

Políticas públicas são carregadas de ideologia (Fernandes, 2015). As ações estimuladas ou mesmo desencadeadas pela política, configuram-se cercadas de interesses ideológicos. São criadas a fim de favorecer determinado projeto ou plano de desenvolvimento. Esse plano ou projeto por sua vez, é constituído a partir das lutas de classes existentes, das demandas e desafios a serem construídos e superados. A capacidade de mobilização para a construção de projetos que favoreçam a Agroecologia é um processo contínuo que precisa ser construído.

Fernandes (2015) ainda destaca que é importante conhecer a realidade para posteriormente formular as políticas públicas. A capacidade de interpretar, analisar componentes e indicadores é que determina o grau de capacidade de desenvolvimento da política, assim como a sua concepção. A partir dessa base material constituída é que se fundamenta as possíveis políticas a serem construídas. Isso condiciona o seu grau de consistência.

Caporal e pertersen (2012), afirmam que não existe um projeto nacional de desenvolvimento próprio que implemente políticas orientadas ao fortalecimento das estruturas econômicas internas em benefício de uma lógica equitativa de repartição das riquezas socialmente criadas, caracterizando assim a incapacidade do estado Brasileiro em ser gestor de um projeto de sociedade. Configura-se até então como um instrumento a serviço de interesses externos, principalmente no setor agrícola Brasileiro.

Os autores ainda descrevem que as iniciativas de políticas públicas existentes no Brasil em favor de um projeto de transição agroecológica, são muito pontuais e incipientes em sua proposta de ação. Configuram-se como fragmentos isolados e pouco efetivos, incapazes de provocar um processo de mudanças paradigmáticas de desenvolvimento.

Caporal (2011) Destaca-se que é possível implementar outra estratégia de desenvolvimento rural, mas esta exigirá escolhas políticas e projetos coerentes, alicerçados em estratégias que visam dar mais sustentabilidade socioambiental nas

atividades agropecuárias. Afirma ainda que o objetivo não deve ser um plano para fazer a simples conversão da agricultura química para a agricultura orgânica orientada para os nichos de mercado, ou para atender os países ricos, mas sim, propor uma ação massificadora de processos para a transição agroecológica, caracterizando-se como uma ação dialética transformadora.

Fernandes (2015), descreve como grande desafio para o paradigma da questão agrária a necessidade de formular propostas para criar novos espaços que possibilitem a construção de um plano de desenvolvimento para o campesinato. Dessa forma constituir políticas públicas emancipatórias, buscando transformar espaços e territórios através destas ações de estado. Um exemplo citado de políticas emancipatórias é o das ações que estimulam a biodiversidade.

As políticas de desenvolvimento não deveriam apenas incluir medidas de fomento a mudanças técnicas, mas sim políticas de reestruturação infra-estrutural e social visando construção de um novo modelo ecológico de vida (BRANDERBURG, 2002). Reafirma a necessidade de construir ações emancipatórias, para a sociedade.

Esse caráter emancipatório das políticas públicas é justificado também, visto o processo contínuo de co-evolução social e ecológica que vivemos, sendo inseparáveis os sistemas sociais e ecológicos (GUZMÁN Y MOLINA, 1995). A medida que vamos degradando os sistemas ecológicos, conseqüentemente estamos impactando a existência dos seres humanos, mesmo que neste contexto capitalista as pessoas mais desprovidas, constituem o grupo que mais sofre esse impacto.

Gonzáles de Molina (2009) afirma que é preciso construir elementos que busquem a integração da Agroecologia com aspectos políticos institucionais, que regulem as relações e que criem critérios que fomentam e orientam a participação das instituições governamentais. Argumenta ainda que é papel do estado, em seus diversos níveis, contribuir com ações não só para a ampliação de experiências agroecológicas, mas também para aumentar o nível de sustentabilidade, organizados partindo de instituições representativas, em destaque os movimentos sociais, principalmente do campo, que mais se desafiam na construção da Agroecologia.

Para Gonzáles de Molina (2009), a criação de condições econômicas, fiscais e de mercado favoráveis ao desenvolvimento sustentável, resulta em fator vital para

a sobrevivência e regeneração. Essa é uma das ações que as instituições políticas podem e devem dar suporte. É obrigação do estado estabelecer regulação de mercado a fim de garantir uma renda suficiente aos agricultores.

Para Sevilla Guzmán et. al. (2006), Agroecologia busca entender as múltiplas formas de dependência que gera o atual funcionamento da economia, da política e da sociedade sobre cidadania. Dessa forma, sabe-se que o objeto de análise e de desenvolvimento não é o agricultor em específico, mais sim um conjunto de atores sociais. Considera-se assim que o desenvolvimento é integrado e que é importante a construção de propostas coletivas de mudança social capazes de se desenvolverem no contexto sócio cultural e político.

A ausência de políticas públicas efetivas em Agroecologia tem sido desafiador para parte da sociedade que ouça trabalhar em prol deste projeto, principalmente para as famílias agricultoras, que estão na base desse processo. Esse desafio leva à implementação de um conjunto de estratégias de resistência, a fim de se mobilizar e ganhar força na sociedade, para se manter na luta,.

Agroecologia configura-se como um projeto que envolve toda a sociedade. Por isso a capacidade de construir ações entre os diferentes setores da sociedade, podem embasar ótimas propostas e bons projetos, capazes de render bons resultados. Esse esforço de mobilização social conjunta pode organizar elementos capazes de fomentar a instituição de possíveis políticas de desenvolvimento com efetividade, a final é a partir daí que constrói-se políticas públicas mais efetivas e emancipatórias.

Nos tópicos abaixo faremos uma abordagem geral sobre duas políticas públicas e um programa governamental implementado nos últimos anos e que fomentaram a construção de iniciativas de desenvolvimento junto aos agricultores. Estas, estão entre as principais políticas e ações do estado Brasileiro na atualidade, capazes de promover impacto direto junto às famílias do campo. Resta saber os pontos positivos e negativos de tais ações.

4.1 Pronaf e sua incapacidade de promover a Agroecologia

Ressalta-se que no que se refere a Agroecologia, nos últimos anos, ensaiou-se um conjunto de políticas públicas. A efetividade destas é que deve ser posta em questão, visto que na sua grande maioria, acabam por gerar uma ação de

subordinação. Por exemplo, para o investimento produtivo criou-se a linha de Pronaf Agroecologia. Esta por sua vez tinha como objetivo estruturar os sistemas de produção com tecnologias, estruturas físicas, aprimorando as práticas de manejo e potencializando produção. Quais são os resultados obtidos a partir desta implementação? tem conseguido ser efetiva, visto a importância de estruturarmos sistemas de produção Agroecológica?

O PRONAF, principal política criada pelo governo federal para apoio aos agricultores familiares brasileiros foi instituído a partir do decreto Presidencial N°1.946 do ano de 1996. O programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo principal consiste em fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores familiares contribuindo para a geração de empregos e renda, melhorando a qualidade de vida (DECRETO 1.946 DE 1996).

Dentre os objetivos específicos descritos no manual operacional do Pronaf, destacam-se 03 (três) principais: ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social.

A liberação de crédito, conforme propósito da política, tem como objetivo possibilitar a capitalização e inclusão de tecnologias nos sistemas produtivos, a fim de que aumente produtividade e renda das famílias agricultoras, de forma que consigam quitar seus empréstimos e aumentar seu bem estar social e qualidade de vida.

Dados do último plano safra, mostram a baixa ineficiência deste tipo de política na promoção da agroecologia. O total destinado ao crédito para a agricultura familiar neste ano safra 2015/2016³, foram R\$28,9 bilhões. Destes apenas R\$4.989.741,18 (quatro milhões novecentos e oitenta e nove reais setecentos e quarenta e um reais e dezoito centavos) foram investidos pela linha criada especificamente para atender a demanda de Agroecologia. Se compararmos em percentuais, para esse ano foi destinado irrisórios 0,017% do recurso. É um

³ Não houve tempo hábil para trabalhar com os dados do plano safra 2016/17.

montante de recurso literalmente inexpressivo. Vejam na tabela abaixo o montante aplicado em cada produto.

Tabela 09 - Aplicação do Pronaf Agroecologia, itens financiados e valores - Período de Julho2015/ junho2016 - em todo o Brasil

ITE N	PRODUTO	QTDE CONTRATOS	VLR INVEST.	VLR CUSTEIO	TOTAL
1	CAMINHÕES	8	1.012.483,90	0	1.012.483,90
2	TRATOR	12	665.457,95	0	665.457,95
3	DEPÓSITO E INSTALAÇÕES CONGÊNERES	14	621.272,87	0	621.272,87
4	OUTRAS APLICAÇÕES DE INVESTIMENTO AGRÍCOLA	6	443.443,78	0	443.443,78
5	OUTROS MELHORAMENTOS	28	384.425,87	0	384.425,87
6	OUTRAS MÁQUINAS	14	250.635,12	0	250.635,12
7	UVA	5	239.205,45	0	239.205,45
8	JIPES, FURGÕES E SEMELHANTES	3	214.676,81	0	214.676,81
9	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	7	211.980,00	0	211.980,00
10	CAMIONETAS	4	198.697,29	0	198.697,29
11	OUTRAS CULTURAS	1	149.300,00	0	149.300,00
12	BOVINOS	20	128.220,00	0	128.220,00
13	OUTRAS APLICAÇÕES	2	79.363,50	0	79.363,50
14	OUTROS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO, RETENÇÃO E APROVEITAMENTO DE ÁGUA	11	70.859,00	0	70.859,00
15	PASTAGENS	14	69.814,10	0	69.814,10
16	DEPÓSITO, GALPÃO, PAIOL, ESTUFA E INSTALAÇÕES CONGÊNERES	1	60.000,00	0	60.000,00
17	MORANGO	2	45.613,00	0	45.613,00
18	GRANJAS AVÍCOLAS	1	34.015,00	0	34.015,00
19	APICULTURA	1	30.000,00	0	30.000,00
20	TANGERINA	1	17.344,21	0	17.344,21
21	OVINOS	3	13.220,00	0	13.220,00
22	IRRIGAÇÃO	3	13.121,00	0	13.121,00
23	CUSTO DE ASSESSORIA EMPRESARIAL E TÉCNICA	15	7.687,90	0	7.687,90
24	MARACUJÁ	1	6.099,79	0	6.099,79
25	SUINOS	1	5.223,70	0	5.223,70
26	ABACATE	1	4.781,94	0	4.781,94
27	CERCAS, ARAMADOS, TELHAS E TELAS PARA SOMBREAMENTO	1	4.473,00	0	4.473,00
28	CAPRINOS	2	4.320,00	0	4.320,00
29	LAVADOR	1	2.142,00	0	2.142,00
30	CAFÉ	1	1.000,00	0	1.000,00
31	URUCUM	1	864,00	0	864,00
	Total	185	4.989.741,18	0	4.989.741,18

Fonte: Banco Central do Brasil, Fevereiro 2017

Estas seriam as operações de investimento. O que chama a atenção é que não foi realizado nenhum contrato de custeio neste mesmo período, configurando uma incompatibilidade com os sistemas agroecológicos. Demonstra o quanto essa política é inapropriada para Agroecologia, visto que atualmente as operações de custeio estão focados na viabilização da aquisição de insumos agrícolas.

Em se tratando de custeio para atividades de produção agroecológica o foco não seria insumos, visto que quanto maior a eficiência de manejo trabalhada pela família agricultora, menor seria a dependência de aquisição de insumos externos. O foco seria a estruturação do sistema produtivo, qualificando as práticas e tecnologias utilizadas, assim como custear a força de trabalho que está sendo empregada no desenvolvimento produtivo.

Existe ainda inclusão nos benefícios vinculados as operações de custeio, como proagro e PGPAF - Programa de garantia de preço da agricultura familiar. Atualmente se acessa o proagro através da comprovação de aquisição de insumos, apresentando as devidas notas fiscais de compra. Sem elas não há acesso ao benefício. Ou seja, o critério adotado de aplicação e bom uso do recurso aplicado está firmado na garantia de compra dos insumos. É notório que para uma política de apoio a Agroecologia este não poderá ser a forma viável.

No total foram 185 (cento e oitenta e cinco) contratos formalizados. Ou seja no máximo cento e oitenta e cinco famílias tiveram a oportunidade de acessar essa linha de crédito de investimento. Ainda há a possibilidade de o número de famílias ser menor, visto que um mutuário pode acessar a linha em mais que uma operação, podendo ter mais que um contrato.

O principal item investido é caminhões, sendo aplicado 20,29% do valor total do recurso. Ou seja, a aplicação foi destinada para logística, podendo ser pensada para viabilizar processos de comercialização de produtos, que tem se configurado como um dos gargalos encontrados pelos agroecologistas. De qualquer forma fica evidente que o foco central desta linha não está na estruturação produtiva, viabilizando a aquisição de tecnologias adequadas ao manejo de produção, potencializando os ganhos produtivos. Destaca-se ainda que o plano safra dispõe de linha específica para apoio a comercialização.

Já segundo item com maior valor aplicado foi a aquisição de trator, ficando com 13,3% do montante total dos recursos. Destaca-se também que esta tecnologia pode ser de baixa efetividade na condução de sistemas agroecológicos visto que tem disponível até o momento poucos implementos adaptados ao manejo ecológico. Em se tratando de tecnologias de produção agroecológica, apesar de ser limitada atualmente, teríamos uma série de outros equipamentos e tecnologias mais adequadas e eficientes como é o caso dos microtratores, rotativas, capinadoras, roçadeiras, atomizadores, entre outros.

Além de se ter um montante de recursos aplicados extremamente baixo se comparado ao montado total do recurso e aponta-se concretamente a uma baixa efetividade desta política para qualificação da Agroecologia. Ou seja, para termos uma política capaz de apoiar a estruturação e sistemas agroecológicos de produção, necessariamente precisaria de, além de um montante maior de recursos, de um reordenamento para aplicação deste.

Tabela 10 - Principais produtos investidos na linha de Pronaf Agroecologia

ITEN	PRODUTO	QTDE CONTRATOS	VLR INVEST.	VLR CUSTEIO	TOTAL
1	CAMINHÕES	8	1.012.483,90	0	1.012.483,90
2	TRATOR	12	665.457,95	0	665.457,95
3	JIPES, FURGÕES E SEMELHANTES	3	214.676,81	0	214.676,81
4	CAMIONETAS	4	198.697,29	0	198.697,29
Total		27	2.091.315,95	0	2.091.315,95

Fonte: Banco Central do Brasil, Fevereiro 2017

Das famílias em que entrevistamos, que pertencem aos grupos de agroecologia de três diferentes municípios, nenhuma delas acessou recursos pela linha de Pronaf Agroecologia, ou seja, 0% de acesso a esta linha de crédito, mesmo as famílias tendo parte de suas áreas produtivas com produção agroecológica. Por outro lado, quase a totalidade das famílias acessaram linhas de pronaf em outras modalidades, tanto investimento, quanto custeio. Por que, mesmo estando habilitados e desenvolvendo atividades produtivas agroecológicas não acessaram a linha de pronaf Agroecologia?

A resposta desta pergunta é unanimidade entre os pronafianos: “optamos em investir na atividade com geração de renda garantida”. Quase a totalidade destas, trabalham com a produção de leite, onde que, mesmo sendo baixa quantidade diária produzida, os laticínios recolhem na porta da estrebaria e garantem a compra do produto, com pagamentos mensais. Ou seja, tem mercado garantido. Mesmo que essa atividade tenha uma renda líquida baixa e que posterior possa se inviabilizar, mesmo assim ela tem se destacado como a atividade principal geradora de renda familiar.

Nos fez questionar também, Quais seriam os motivos da atividade leiteira não ser Agroecológica? e Por que outras atividades de produção agroecológica não tem geração de renda garantida?

Referente a primeira pergunta constatamos que há limites técnicos de manejo da atividade e conseqüentemente uma desmotivação por não ter nenhuma iniciativa que possa valorizar esse produto diferenciado, por não possuírem nenhuma unidade de processamento deste. Tem se o entendimento que um sistema de produção agroecológica de leite, resultaria em uma menor capacidade produtiva, assim como maior exigência em força de trabalho na condução da atividade. Com isso, poderia resultar em menor geração de renda mensal, mesmo sabendo que o custo de produção poderia ser menor.

Os limites técnicos de manejo podem ser identificados facilmente nesta atividade, como por exemplo, nenhuma destas áreas produtivas tem instalado um sistema de pastoreio rotativo de forma eficiente, respeitando as leis para desenvolvimento das pastagens, sendo a lei do repouso, da Ocupação, do rendimento máximo e a do rendimento regular (Pinheiro Machado, 2004). Entre os produtores, não há a introdução significativa de leguminosas perenes forrageiras para alimentação animal, tanto consorciadas, quanto solteiras, tendo somente alguns plantios pontuais. Arborização também não é uma realidade, tendo somente pequenas iniciativas dispersas nas áreas. Sistema hidráulico não está distribuído em toda área produtiva. Enfim, constata-se uma série de iniciativas que necessariamente precisam ser implementadas para o estabelecimento de um sistema agroecológico da atividade leiteira buscando um mínimo de eficiência produtiva.

Referente à segunda pergunta, por que outras atividades de produção agroecológica não tem geração de renda garantida as respostas apontam também para a seguinte frase: “se tivéssemos mercado garantido a gente produziria”. Ou seja, o senso comum é que a partir de oportunidades de venda, comercialização é que se dá condição de investir e dedicar-se nas atividades produtivas agroecológicas. Cabe perguntar, quem organizará estas oportunidades de mercado junto às famílias? Seria possível organizar um mercado sem antes estruturar e desenvolver a produção?

Mais adiante neste trabalho traremos dados sobre a base produtiva agroecológica constituída nos 03 grupos de produção e traremos com mais detalhes elementos desta base material e suas contradições e partir faremos uma breve reflexão sobre essa temática, buscando entender melhor esse processo, suas forças e tendências.

Na planilha abaixo o montante aplicado pelo Pronaf na ano safra 2015/ 2016, especificando a quantidades de contratos formalizados e valor total aplicado em cada linha dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Tabela 11 - Aplicação de recurso por linhas de crédito do PRONAF safra 2015/ 2016

Item	Sub Programa	Custeio		Investimento		Total	
		Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor
1	Custeio	539380	R\$ 10.415.841.517,45	105	R\$ 2.187.804,42	539485	R\$ 10.418.029.321,87
2	Mais Alimento	175	R\$ 4.016.417,50	288651	R\$ 8.311.971.248,86	288826	R\$ 8.315.987.666,36
3	Microcrédito	0	R\$ 0,00	774910	R\$ 1.821.479.953,89	774910	R\$ 1.821.479.953,89
4	Agroindústria	267	R\$ 549.405.848,35	0	R\$ 0,00	267	R\$ 549.405.848,35
5	Agroindústria (investimento)	0	R\$ 0,00	578	R\$ 286.093.908,94	578	R\$ 286.093.908,94
6	Reforma Agrária	2539	R\$ 16.332.864,11	31764	R\$ 218.876.308,28	34303	R\$ 235.209.172,39
7	Semiárido	0	R\$ 0,00	37649	R\$ 176.277.206,03	37649	R\$ 176.277.206,03
8	Floresta	0	R\$ 0,00	3485	R\$ 59.645.727,28	3485	R\$ 59.645.727,28
9	Mulher	0	R\$ 0,00	4168	R\$ 57.093.488,75	4168	R\$ 57.093.488,75
10	Reforma Agrária (Micro crédito)	0	R\$ 0,00	4459	R\$ 44.435.487,18	4459	R\$ 44.435.487,18
11	Eco (energia renovável e sustentabilidade ambiental)	0	R\$ 0,00	1323	R\$ 22.845.880,31	1323	R\$ 22.845.880,31
12	Produtivo Orientado	0	R\$ 0,00	4122	R\$ 14.014.963,90	4122	R\$ 14.014.963,90
13	Agroecologia	0	R\$ 0,00	185	R\$ 4.989.741,18	185	R\$ 4.989.741,18
14	Jovem	0	R\$ 0,00	349	R\$ 2.729.340,00	349	R\$ 2.729.340,00
Total		542361	R\$ 10.985.596.647,41	1151748	R\$ 11.022.641.059,02	1694109	R\$ 22.008.237.706,43

Fonte: Banco central do Brasil, fevereiro de 2017, adaptado pelo autor.

Primeiro parâmetro de análise refere-se ao número de contratos formalizados, sendo 1.694.109 (Um milhão cento e noventa e quatro mil e cento e nove) contratos formalizados. Isso considerando operação de custeio e investimento em todas as linhas constituídas. Considerando que é possível um mesmo mutuário de Pronaf realizar mais que uma operação por ano safra, o número de famílias que de fato acessam essa linha acaba diminuindo. Exemplificando, quem realiza um investimento em bovinos, acaba realizando custeio para esta atividade também. Quem faz custeio para o plantio de soja, realiza outra operação para o milho para safrinha, mas esta mesma família trabalha com leite e pode acessar também o custeio pecuário ou mesmo uma operação de investimento. Ou seja, quem está inserido no programa acaba se inserindo com intensidade dentro desta lógica de acesso aos recursos.

Considerando que temos no Brasil, conforme dados do último censo agropecuário, 4.367.902 (quatro milhões trezentos e sessenta e sete mil novecentos e dois) estabelecimentos agropecuários, a grande maioria destes não acessam Pronaf. Dessa forma, o plano de governo federal, com o tema de incentivo à produção de alimentos saudáveis, conforme descrito na própria cartilha do Plano Safra divulgada pelo governo federal, acaba por atingir uma parte minoritária dos agricultores.

Outro fator relevante é que 49,91% do montante de recurso total aplicado pelo plano safra foi em custeio das atividades produtivas, que neste caso, sendo convencional, parte significativa deste montante foi destinada à aquisição de insumos químicos sintéticos e agrotóxicos. O valor médio de cada operação de custeio fica em R\$20.255,13. Como a liberação do custeio segue parâmetros técnicos, demandas de insumos por há, quantidades de animais produtivos, entre outros, significa que famílias mais estruturadas e com maior área acabam sendo os maiores beneficiários desta política.

Carneiro e Palm (2006), analisaram publicações científicas do ano de 2006 a 2013, identificam que o Pronaf deu ênfase à orientação produtivista baseada na produção de commodities. Outro fator é que não tem contribuído, para a melhoria das condições de produção das famílias agricultoras mais desfavorecidas. Questiona-se também sobre a consequência desta, em face à segurança e

soberania alimentar e nutricional. E alerta para a inconsistência científica, percebida pela quase inexpressiva publicação que considera a relação do acesso ao Pronaf e a melhoria da qualidade de vida familiar.

Já o montante aplicado em investimento nos sistemas produtivos, que somam 50,09% do valor total, foi distribuído entre 1.151.748 (um milhão cento e cinquenta e um mil e setecentos e quarenta e oito) contratos. A média por contrato fica em R\$9.570,35, ou seja, menos da metade do valor médio por contrato de custeio. Essa média é puxada para baixo, em função da linha de investimento liberada de microcrédito.

A linha do Microcrédito foi a mais acessada no período do plano safra 2015/16, tendo 774.910 (setecentos e setenta e quatro mil novecentos e dez) operações liberadas, contabilizando 45,74% do total dos contratos. A média de valor por contrato desta linha ficou em R\$2.350,56 (dois mil trezentos e cinquenta reais com cinquenta e seis centavos). Esse baixo valor por operação acaba gerando um montante pequeno, percentual de 8,27%, frente ao valor total liberado, ou seja, mesmo sendo quase a metade dos contratos, o valor liberado representa um percentual baixo, menor que a décima parte. Assim, aumenta a concentração da maior parte de recursos e uma parcela menor de contratos.

Na linha no Mais Alimento Investimento possui 288.651 (duzentos e oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta e um) contratos, sendo 17,03% dos contratos totais. A média por operação fica em R\$28.795,92 (vinte oito mil setecentos e noventa e cinco reais com noventa e cinco centavos) que contabiliza um percentual total no crédito liberado de 37,76%.

Há ainda uma expressiva concentração na aplicação do crédito de Pronaf na região Sul do Brasil. A soma aplicada nos três estados referem se a 49,96% do valor total aplicados em todo o Brasil.

Tabela 12 - Montante de recurso de aplicado e n° de contratos de Pronaf por região

Região	Finalidade				Total	
	Qtd. Custeio	Vlr. Custeio	Qtde Invest.	Vlr. Invest.	Qtde	Valor
SUL	368.045	7.529.679.811,62	96.270	3.465.878.693,09	464.315	10.995.558.504,71
SUDESTE	94.167	1.962.488.097,54	150.910	2.476.060.631,93	245.077	4.438.548.729,47
NORDESTE	37.544	466.615.174,23	826.679	2.704.040.417,70	864.223	3.170.655.591,93

CENTRO-OESTE	28.063	730.715.257,36	23.866	972.097.020,35	51.929	1.702.812.277,71
NORTE	14.542	296.098.306,66	54.023	1.404.564.295,95	68.565	1.700.662.602,61
Total	542.361	10.985.596.647,41	1.151.748	11.022.641.059,02	1.694.109	22.008.237.706,43

Fonte: Banco central do Brasil, fevereiro de 2017

Conforme detalhado a grande maioria dos agricultores familiares não acessam políticas públicas de desenvolvimento produtivo. Esse tipo de ação, no caso especificamente do Pronaf, fica ainda com uma minoria mais concentrada em alguns estados. O sul do país fica 49,96% do montante total de recursos mesmo tendo 27,4% dos contratos.

Para Delgado (2008), o Estado cumpre com os interesses de manter uma política sistemática para aumentar a produtividade, mantendo os meios de produção apenas formalmente sob controle dos camponeses. Assim, para este grupo que acessa regularmente as linhas de crédito, aumenta se com isso a taxa de exploração que será apropriada pelos capitalistas em seus multi setores, consumo e comercialização, da forma tradicional, fortalecendo esse ciclo. Os créditos e mesmo as ATER acabam por contribuir neste processo, visto que estão focados apenas na lógica produtivista. Assim, o controle político, econômico não fica com os camponeses.

Fica evidente que o crédito tem contribuído significativamente para aquisição de insumos convencionais para a agricultura, ou seja canaliza todo um montante de recursos para indústria. Delgado (2008), alerta que a política de crédito do Estado cumpre com a função de fechar um círculo e absorve ainda boa parte, senão todo o excedente do processo de produção. Ou seja, todo o esforço de trabalho das famílias agricultoras acaba no final das contas não ficando com elas

4.2 O PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

A partir do ano de 2003 o governo federal instituiu a lei N°10.696. Nela consta o Art. 19 que trata da criação do “Programa de Aquisição de Alimentos”. Conforme estabelecido, o objetivo é incentivar a agricultura familiar atendendo populações que se encontram em insegurança alimentar. O programa ainda é regulamentado pelo

decreto nº6.447 do ano de 2008. Posteriormente sofre alteração pela lei Nº12512/2011 e na sequência pelo decreto 8.026/2013.

Dentre seus objetivos destacam-se a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares, o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, o acesso a uma alimentação diversificada para uma população em insegurança alimentar e nutricional. O Programa valoriza a produção e a cultura alimentar das populações, dinamizando a economia local, a formação de estoques estratégicos, a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, o incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e ao resgate e preservação da biodiversidade.

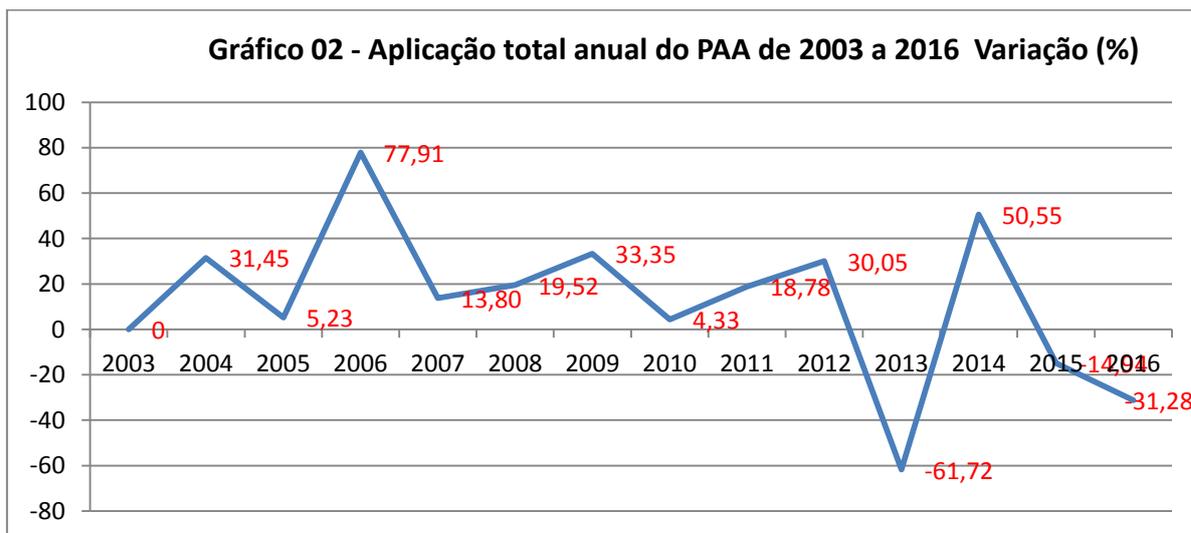
A quantidade de recursos disponibilizados para este programa durante um período de nove anos, 2003 a 2012 teve aumento gradativo de valores na sua execução. Posterior a este período constata-se um processo de deterioração do programa, havendo um processo contínuo de diminuição de recursos aplicados, conforme mostra a tabela 13.

Tabela 13 - Aplicação total anual do PAA de 2003 a 2016

Ano	Valor R\$
2003	R\$ 81.541.207,00
2004	R\$ 107.185.826,00
2005	R\$ 112.791.660,00
2006	R\$ 200.667.394,00
2007	R\$ 228.352.963,00
2008	R\$ 272.929.439,00
2009	R\$ 363.964.228,00
2010	R\$ 379.735.466,00
2011	R\$ 451.036.204,00
2012	R\$ 586.567.131,00
2013	R\$ 224.517.124,00
2014	R\$ 338.004.942,00
2015	R\$ 287.515.216,00
2016	R\$ 197.576.718,00

Fonte: Conab (2017), adaptado pelo autor

O gráfico 02, apresenta a variação em % do montante de recurso aplicado ano a ano. Destaca-se nos últimos anos a variação tem sido negativa em uma proporção significativa. No último ano, 2016, a diminuição de aplicação dos recursos se comparado ao ano anterior, 2015, foi de 31,28%. Se estes índices se mantiver, dentro de pouco pode se ter a extinção do programa.



Ghizelini (2013) destaca que o PAA contribui para o resgate e fortalecimento da cultura alimentar local e regional tanto para a população urbana, beneficiária consumidora, quando para as próprias famílias agricultoras. Além disso permitiu o aumento da renda dos agricultores familiares, visto que permitiu a comercialização do excedente da produção que a maior parte dos agricultores já possuíam em seus sistemas de produção. Fortalece também a constituição de novas iniciativas de comercialização que podem agregar aspectos de autonomia para as organizações.

O PAA na região oeste foi por um período o grande motivador da inserção dos agricultores familiares nas cooperativas seja da Agricultura Familiar ou mesmo de assentamentos, incentivando no fortalecimento do cooperativismo, em busca de promover o desenvolvimento produtivo e viabilizar a comercialização de produtos. Coutinho e Hartmann (2012), destacam que este programa foi fundamental para planejamento de produção diversificado estimulando práticas agroecológicas e fortalecendo a comercialização nos assentamentos rurais do oeste do Paraná,

envolvendo no ano de 2012, 302 (trezentos e duas) famílias cooperadas da COOPERCAM, sendo a grande maioria de seu quadro social.

A partir dos bons resultados obtidos pela execução do PAA até então, no ano de 2012 foi criada mais uma modalidade de compra institucional pelo decreto N°7.775/2012, sendo regulamentada pelas resoluções N°50, N°56 e N°73 do GGPAA, possibilitando a administração pública direta ou indireta federal, dos estados e dos municípios a compra de alimentos da agricultura familiar com recursos próprios, por meio de chamada pública, dispensando-se o procedimento licitatório. Publicou-se ainda o decreto n°8.473/2015 que estabelece um percentual mínimo de 30% a partir de 2016 (MDS, 2016).

Na tabela abaixo apresentamos os dados de operacionalização deste programa, contabilizando as esferas federal e estaduais. Constate-se um montante crescente de recursos. Considerando que as outras modalidades de PAA estão em baixa progressiva, conforme detalhado anteriormente, esta modalidade acaba sendo um fator que chama a atenção, podendo gerar resultados positivos para as famílias agricultoras e suas organizações.

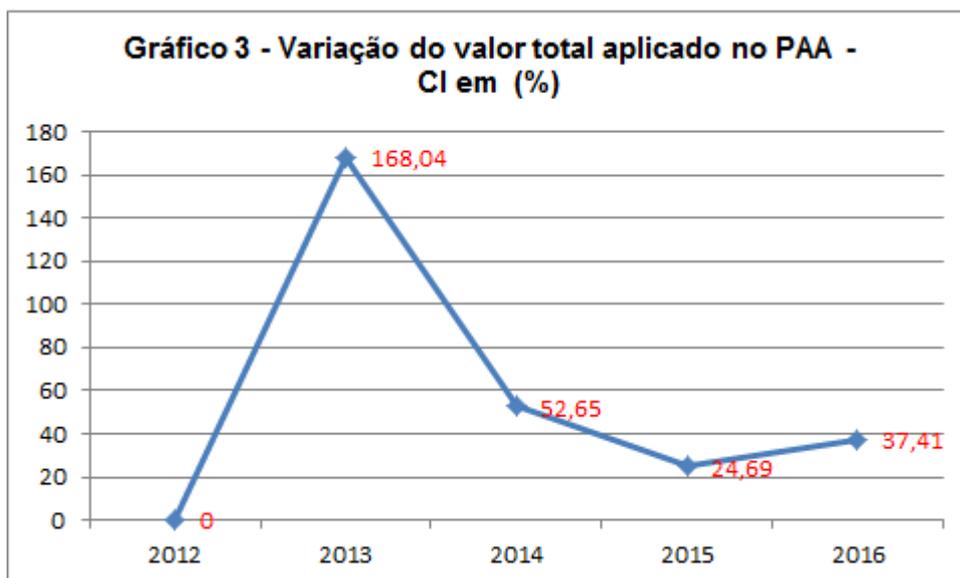
Tabela 14 - valor total aplicado no PAA - CI - Federal e estadual

Ano	Valor R\$
2012	R\$ 8.700.000,00
2013	R\$ 23.320.000,00
2014	R\$ 35.600.000,00
2015	R\$ 44.390.000,00
2016	R\$ 61.000.000,00*

Fonte: DECOM/SESAN, Dez2015 e MDSA 2017

*Dados extraídos do site oficial do MDS

A evolução da aplicação de recurso vem sendo crescente com bons níveis de evolução anual, conforme detalhado no gráfico 3. Assim, pode se configurar como uma excelente iniciativa a se desenvolver neste período.



Fonte: DECOM/SESAN, Dez 2015 e MDS 2017

4.3 Política Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Foi instituído pelo governo federal no dia 16 de Junho de 2009 a lei 11.947 que trata do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Posterior, publicou-se a resolução CD/FNDE N°038, de 16 de julho de 2009 regulamentando os procedimentos para a execução técnica e administrativa.

Conforme descrito na resolução, é de direito que os alunos das escolas públicas tenham alimentação saudável e adequada, com alimentos variados, respeitando a cultura, tradições e hábitos alimentares locais, contribuindo para a melhor aprendizagem e desenvolvimento humano com saúde. Na faixa etária de crianças e adolescentes é fundamental ter alimentação equilibrada a fim de evitar complicações futuras.

Reforça ainda o apoio ao desenvolvimento sustentável e agroecológico, visto que tem como objetivo adquirir produtos da comunidade de agricultores locais, priorizando assentamentos rurais, comunidades indígenas e quilombolas. Destaca ainda a prioridade na aquisição de produtos agroecológicos e/ou orgânicos.

O programa recebeu ainda ajustes através da resolução CD/FNDE N°026/2013 publicada dia 17 de junho de 2013. Este por sua vez objetiva dar mais clareza pública e visibilidade aos procedimentos licitatórios realizados pelos órgãos municipais e estaduais. Um ponto de destaque é o acréscimo no valor dos produtos conforme preço médio do mercado local, sendo que antes os preços praticados seguiam o preço de referência publicado pela Conab, onde eram contabilizados somente os custos de produção, não estando inclusos os custos de embalagens e transportes. Prioriza também propostas formais (DAP jurídica) sobre as propostas informais (DAP física).

Essa política tem se destacado como sinônimo de satisfação dos agricultores familiares visto que agrega maior qualidade e diversidade de produtos na alimentação escolar conforme destaca Altemburg et. al. (2013), constando que os agricultores mantêm as mesmas práticas de produção, de base agroecológica, na produção de alimentos, tanto para consumo familiar como também para o fornecimento às escolas.

Na tabela abaixo segue os dados de aplicação dos recursos nesta política nos últimos anos. Constata-se que o montante de recursos destinados a compra da Agricultura Familiar vem crescendo a cada ano, mais ainda está com um grande percentual de aumento a ser desenvolvido. Dessa forma expandindo os resultados junto às famílias camponesas e suas organizações.

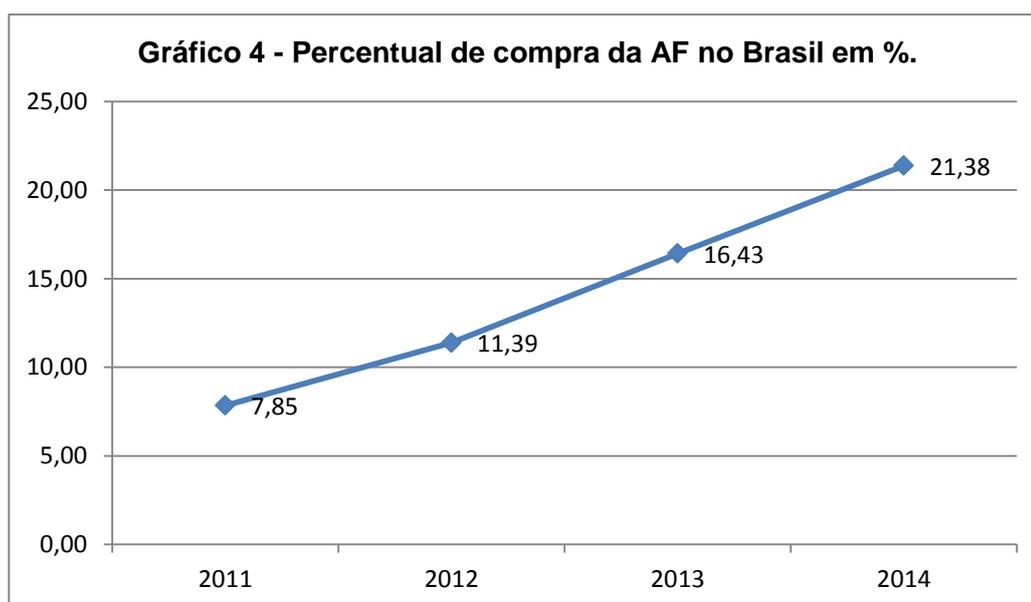
Tabela 15 - Valor Total transferido pelo FNDE e valor das aquisições realizadas pela Agricultura Familiar - Brasil

Ano		Valor Total		Valor Aplicado na AF
2011	R\$	2.990.297.175,20	R\$	234.670.508,55
2012	R\$	3.218.920.826,00	R\$	366.611.838,48
2013	R\$	3.536.931.571,40	R\$	581.001.541,00

2014 R\$ 3.326.551.245,20 R\$ 711.282.907,50

FNDE, Agosto de 2017

Já os percentuais, tem acompanhado o gradativo aumento da aplicação de recurso na compra da agricultura familiar, conforme gráfico abaixo. Mesmo assim, para o ano de 2014, dados referente a todo território nacional, ainda fechou abaixo do montante mínimo exigido por lei, que é 30%. Precisaria um estudo mais detalhado para identificar os motivos pelo qual, até então, não alcançou-se estes índices, assim como identificar os limites desse processo, a fim de poder qualificar esse processo de forma gradativa.



Fonte: FNDE, 2017.

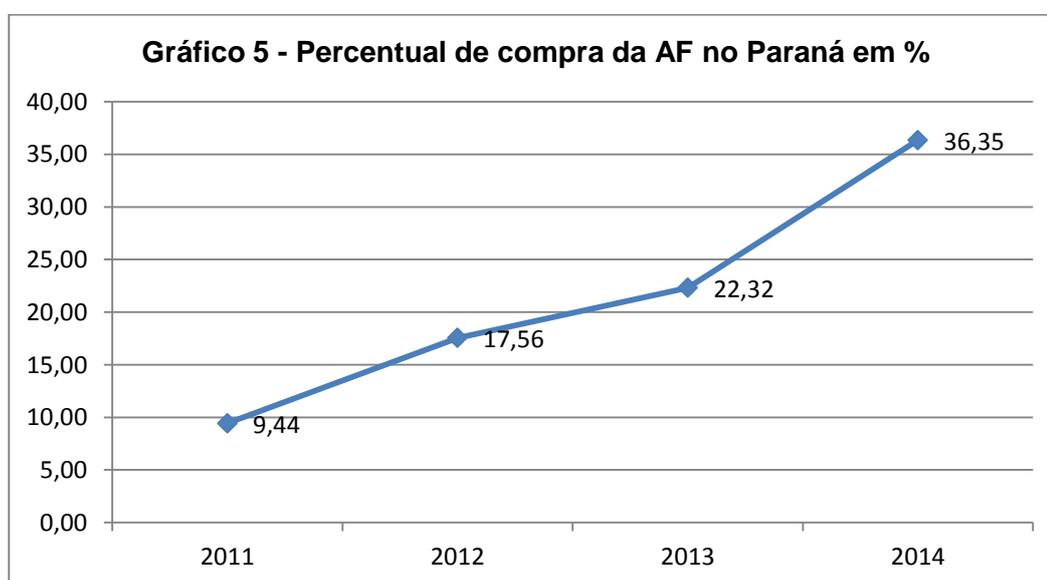
No caso do estado do Paraná, o montante aplicado de recursos nas compras da agricultura familiar, vem gradativamente aumentando.

Tabela 16 - Valor Total transferido pelo FNDE e valor das aquisições realizadas pela Agricultura Familiar - Paraná

Ano	Valor Total		Valor Aplicado na AF	
2011	R\$	155.594.052,00	R\$	14.693.430,19
2012	R\$	164.896.762,00	R\$	28.951.551,26
2013	R\$	187.626.332,00	R\$	41.883.723,75
2014	R\$	174.138.192,00	R\$	63.293.780,96

FNDE, Agosto de 2017

Um destaque é que os índices em percentuais alcançam números melhores, ultrapassando o mínimo exigido por lei, conforme descrito no gráfico abaixo. Ou seja, a capacidade de se articular em conjunto com os órgãos públicos e viabilizar a venda de produtos tem sido mais proveitosa, rendendo mais resultado. Assim, beneficiando com mais intensidade os agricultores e suas organizações, assim como abrindo novas oportunidades para qualificar essa política visto que cumpre um importante papel no desenvolvimento familiar no campo. Resta saber se a produção agroecológica de fato está sendo adquirida ou mesmo priorizada pelas compras governamentais e o seu montante. Os dados divulgados não diferenciam produção convencional e orgânica. Apresenta somente o montante executado.



Fonte: FNDE, 2017.

Gregolin et. al. (2013), demonstra em sua pesquisa, envolvendo dados de 39 municípios da região sudoeste do Estado do Paraná, para o ano letivo de 2011, que o percentual de compras da agricultura Familiar ficou em 42,83% do recurso total, valor bem acima do percentual estadual que ficou em 9,44% para este ano. Ou seja, conseguiu-se alcançar bons índices, mesmo que em um curto espaço de tempo posterior a publicação da lei que a determina, demonstrando uma grande capacidade de interação entre os gestores públicos e a Agricultura Familiar e seus representantes.

Deste total de municípios pesquisados, apenas 13, declararam ter realizado a compra de produtos orgânicos. Os demais, afirmam que não efetuaram a compra, destacando que o motivo principal é a produção insuficiente ou produção inexistente (Gregolin et. al. 2013). Ou seja, a pesquisa indica que não há produção disponível nos locais possibilitando a condição de viabilizar a aquisição destes produtos para alimentação escolar. Pressupõe-se que há a disposição de compra, mas não é efetuada em função da indisponibilidade, mesmo que em pequenas quantidades.

Fica evidente, considerando a veracidade das respostas emitidas pelos gestores públicos, que a ausência de oferta de alimentos orgânicos tem limitado a aquisição a sua comercialização para o programa. Isso pode estar ainda, firmado em suas hipóteses: 1) não há organização produtiva estabelecida disponível em suficiência para atender o montante demandado, ou, 2) as entidades representativas, associações ou cooperativas, não priorizam o fortalecimento da Agroecologia e conseqüentemente articulam a inclusão de produtos convencionais somente. Necessitaria um estudo mais detalhado a fim de identificar melhor as possíveis limitações deste processo.

De forma geral, o PNAE, contribuiu e vem contribuindo de forma efetiva para um conjunto de fatores positivos para a agricultura familiar, conforme destacado na publicação da WFP com o tema: Abastecimento Alimentar e compras públicas no Brasil: Um resgate histórico (2015), que menciona, por exemplo, o processo de capitalização dos agricultores visto o montante de recursos que estão sendo destinados, agroindustrialização e processamento de produtos, a promoção da

segurança e soberania alimentar, o fortalecimento das organizações, entre outros que poderiam ser mencionados. Assim, configurando-se como uma política pública efetiva para promover desenvolvimento.

Bartra (2015) destaca que o único procedimento capaz de colocar o trabalho camponês a serviço de uma taxa de acumulação mais elevada e uma quota superior à cota de lucro é a instrumentalização das funções de intermediação com este setor através do capitalismo de estado, instituindo políticas públicas de suporte que impeçam a exploração imediata dos capitalistas sobre os camponeses. O PNAE e o PAA, tem se caracterizado como ações de intermediação importantes, dessa forma contribuindo para seu desenvolvimento com um grau menor de exploração.

4.4 A construção da política nacional de Agroecologia e produção orgânica – PNAPO

O decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012 institui a política nacional de Agroecologia e Produção orgânica. Caracterizou-se como uma conquista que há muito vinha sendo discutida e articulada por movimentos sociais, agricultores familiares camponeses e demais entidades da sociedade civil, organizados pela ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.

Conforme descrito pela Articulação Nacional de Agroecologia, ANA⁴, ainda no bojo do debate da formulação dos objetivos da PNAPO eram de “Promover a Agroecologia e a produção orgânica como forma de ampliar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar camponesa e de povos e comunidades tradicionais, nos campos, florestas e cidades, potencializando suas capacidades de cumprir com múltiplas funções de interesse público na produção soberana, em quantidade, qualidade e diversidade, de alimentos e demais produtos da sociobiodiversidade; na conservação do patrimônio cultural e natural; na dinamização de redes locais de

⁴ A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente a ANA articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional (www.agroecologia.org.br).

economia solidária; na construção de relações sociais justas entre homens e mulheres e entre gerações e no reconhecimento da diversidade étnica; contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável, igualitária e democrática”.

Conforme descrito os objetivos não são só técnicos, científicos, produtivos, mas sim contempla além destes, os aspectos culturais, sociais, éticos e ambientais. Discutir uma política de agroecologia é discutir uma política de sustentabilidade, considerando suas distintas dimensões, para a agricultura e a sociedade brasileira.

A ANA formulou 9 (nove) diretrizes para nortear a formulação da política nacional, que seguem descritas abaixo:

1. Assegurar o direito humano à alimentação adequada, bem como a soberania e a segurança alimentar e nutricional, considerando a sustentabilidade e a diversidade das culturas alimentares locais / regionais;
2. Desenvolver e incentivar mecanismos que favoreçam o acesso da agricultura familiar camponesa e de povos e comunidades tradicionais, nos campos, nas florestas e nas cidades a mercados locais / regionais e a mercados institucionais, tendo em vista a ampliação do consumo responsável de produtos de base ecológica a preços acessíveis e o aumento de renda de produtores e produtoras;
3. Garantir a autonomia e gestão da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais para a manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade;
4. Internalizar a perspectiva agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, assegurando a participação protagonista de agricultores familiares, urbanos, periurbanos, povos e comunidades tradicionais nos processos de construção e socialização de conhecimentos;
5. Implementar políticas de estímulos econômicos que favoreçam a produção orgânica e em bases agroecológicas, assim como o acesso da população a estes produtos;
6. Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, fortalecendo sua autonomia econômica e política;

7. Reconhecer e valorizar o protagonismo da juventude do campo e da floresta nos espaços de gestão, organização social e atividades produtivas de base agroecológica;
8. Ampliar e assegurar o acesso à terra, aos territórios e à água, implementando a reforma agrária e garantindo os direitos territoriais, tanto em áreas rurais, como urbanas e periurbanas;
9. Promover o trabalho digno de homens e mulheres na produção agropecuária e extrativista e nas demais atividades relacionadas à produção, processamento e consumo de alimentos e matérias primas, assegurando valorização econômica, segurança no trabalho, saúde e reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo;

Essas diretrizes tinham como objetivo nortear as ações futuras a serem desenvolvidas, sendo que para isso precisavam ser internalizadas pela PNAPO. Estas caracterizavam de forma geral, os “eixos” que deveriam percorrer as ações, o rumo que deve ser seguido a fim de alcançar o objetivo geral.

Essas diretrizes contemplam o acúmulo de debate e estudo que há anos vinha sendo trabalhado por entidades organizativas que atuam no campo e famílias de agricultores camponeses. São diferentes práticas desenvolvidas, experimentadas, refletidas, que possibilitaram esse acúmulo teórico.

As diretrizes tinham como perspectiva priorizar algumas ações estratégicas para o fortalecimento da agroecologia. Sendo ações urgentes e necessárias e que contemplam um público até hoje a mercê de políticas públicas adequadas que pudessem dar suporte. Um dos destaques defendidos pela ANA, é a consolidação de um “plano de transição agroecológica para assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais”. Essas áreas e públicos, por terem características diferenciadas, poderiam ser priorizados e são aonde tem melhores condições de massificar.

Na prática, a partir do decreto 7.794 publicado no diário oficial da união no dia 20 de agosto de 2012, a PNAPO, conforme a instituição de suas diretrizes legais, não internaliza por completo o que estava sendo proposto pela sociedade civil. Da mesma forma, tem não tem conseguido alavancar um conjunto de processos aos quais tinha-se como expectativa.

Para uma análise mais consistente sobre esta política, sugerimos um estudo mais aprofundado, que busque conhecer em detalhes os dados e impactos gerados por ela. Destaca-se a importância desta política, podendo contribuir de forma efetiva para a qualificação dos processos agroecológicos.

CAPÍTULO IV - CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE AGROECOLOGIA

A pesquisa a campo foi dividida em dois momentos, sendo primeiro uma entrevista gravada e com questionário semiestruturado. Nesta fase entrevistamos dois grupos, sendo o Antônio Tavares e APROMIS. Além disso, pesquisamos informações em arquivos sobre questões históricas principalmente. Faremos uma descrição detalhada dessa fase, sabendo que focamos mais em elementos históricos, na interpretação dos fenômenos a partir da leitura da realidade dos próprios integrantes do grupo sobre os processos e base material existente.

Para a segunda Fase, foi utilizado questionário para coleta de dados e informações para conhecer a base material em Agroecologia. Nesta, coletamos as informações em três grupos, sendo o Antônio Tavares, APROMIS e Esperança Agroecológica. Essa segunda fase, sintetizamos os dados de forma conjunta visto que há uma similitude na base material constituída entre eles. Apresentaremos e discutiremos na sequência, a fim de favorecer a leitura e discussão sobre os dados, buscando identificar as suas contradições principais e tendências.

1. Grupo Antônio Tavares - Assentamento Antônio Companheiro Tavares

1.1 Luta pela Terra e Agroecologia

Neste assentamento, a formação de grupos e a constituição de dinâmicas de trabalho e organização sobre Agroecologia iniciou antes mesmo de ser decretado projeto de assentamento pelo INCRA no ano de 2002. Após a ocupação, no período de acampamento, já emergia essa discussão. Para isso o MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, designou alguns militantes que acumulavam alguma experiência e debate político sobre essa temática, para contribuírem na discussão e

para serem assentados neste local, com objetivo de qualificar e promover processos agroecológicos com expressividade e intensidade. Tinha-se como objetivo, consolidar um assentamento modelo em Agroecologia, visto suas características ambientais e ecológicas favoráveis, somadas a boa localização.

Já no período de acampamento, conforme relato do entrevistado, a direção do movimento propôs junto às famílias acampadas, o trabalho de forma coletiva. A primeira ação logo após ser montado o acampamento, foi a implantação de uma área coletiva de produção para autoconsumo de todo o acampamento, visto a escassez de alimentos no período. Acabou virando “cartão postal” pelos bons resultados e por estar bem na beira da BR 277. Batata Doce e Mandioca foram os principais produtos cultivados, mas também tiveram uma série de outras culturas, hortaliças, tubérculos entre outras. Esta ação foi puxada com mais ênfase por dois acampados que ficaram responsável pela área, mas contando com a participação de mais pessoas. Destacou se que de início teve ainda uma certa “zombarção” e crítica de muitos, mas depois com a boa colheita e a importância para saciar a fome das famílias acampadas foi superado. Acabou sendo uma experiência tão positiva que até hoje tem-se a lembrança desta experiência.

No período inicial de acampamento, em agosto de 1997, o Movimento Sem Terra ainda não tinha adotado a linha política da Agroecologia. Os primeiros plantios na área da fazenda ocupada, como estratégia para produzir e gerar renda na área foram os cultivos de soja e milho em manejo convencional a base de agrotóxicos. “achamos que isso ia resolver o nosso problema financeiro”. A princípio todo o plantio era coletivo. Formou se as equipes da frente de produção que conduziam as atividades. O ônus e bônus dessa atividade eram compartilhados pelo conjunto das famílias acampadas. Já nesse período houve endividamento, visto que alguns talhões com as culturas, principalmente no caso da soja, acabaram gerando baixa produção ou mesmo não produziam por ataque de pragas e intempéries climáticas. “como não tinha seguro nenhum, o prejuízo era nosso”.

Destaca se ainda, conforme relato nas entrevistas, que neste período houve casos agudos de intoxicação, visto que não se adotava as práticas de proteção individual. “aquela intoxicação me levou a enxergar que o veneno é um bicho que a gente não enxerga, mas que sente, sente bastante!”. Esses casos de intoxicação

levaram também a tomada de decisão de não usar mais agrotóxicos, por sentir na pele os efeitos nocivos para a saúde destes produtos.

Depois de dois anos de cultivo coletivo, formou-se as parcelas para plantio individual, que seriam futuramente os lotes de cada assentado. Mesmo assim o grupo que estava mais envolvido na militância manteve uma dinâmica de produção coletiva. Nas primeiras safras, quase a totalidade das famílias continuaram os plantios convencionais de monoculturas de soja e milho. Foi nesse período que gerou-se muita dívida individual que acumulava durante o decorrer das safras. “tirei dinheiro de uma reserva que eu tinha, paguei as dívidas e não fiz mais plantio convencional”. “foi uma decisão política e a partir daí iniciamos a mudança da base produtiva, trabalhando com variedades crioulas, investindo na produção de leite e bezerros”.

Outro fator de destaque na época foi o endividamento provocado pelos altos custos de produção e a baixa produtividade de algumas safras. Teve um grande grupo de famílias que acumulou endividamento, uns até hoje ainda, ou mesmo, ficou muitos anos pagando as dívidas geradas por essas frustrações de safra. Foi aí que a grande maioria das famílias mudou a base produtiva para a atividade leiteira e criação de bezerros, neste período inicial de parcelamento da área e trabalho individual das famílias.

Essa mudança produtiva foi gradual, aumentando as áreas de pastagens, fazendo cultivo de pequenas áreas conforme as condições e com isso gerando renda para manutenção familiar. “não fazia muito dinheiro, mais também não tinha dívida”, mas, “muitas vezes tinha mais dinheiro do que quem fazia plantio convencional de monoculturas e acumulava dívidas e prejuízos”.

Um dos limites relatados é que neste período não tinha muito acúmulo de conhecimento sobre manejo. “plantava mesmo de qualquer jeito”. “Homeopatia mesmo não conhecíamos”. Depois com a constituição e trabalho promovido pelo ITEPA – Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária⁵ e a atuação

⁵ Esta Instituição foi criada em 2002 a fim de promover a formação técnica em Agroecologia de militantes do MST e outros movimentos. Promoveu cursos técnicos em Agroecologia em parceria com a ET-UFPR e um conjunto de outros cursos de curta duração, encontros, oficinas e seminários para formação política e técnica.

dos estudantes e técnicos, do conjunto de experiências que foram desenvolvidas foram ajudando a qualificar os processos de produção agroecológica.

1.2 Caracterização geral

O Assentamento Antônio Companheiro Tavares, é constituído por 81 (oitenta e uma) famílias assentadas. A área total é de 1098 há, sendo que cada família possui uma parcela de 10 (dez) hectares. O Destaque é que 100% da área destinada às famílias é mecanizável, facilitando a implementação e manejo de atividades produtivas.

O Assentamento situa-se ao lado da BR 277 e a 3 KM da sede do município de Santa Terezinha de Itaipu e a 18 KM de Foz do Iguaçu. Ótima localização que favorece a comercialização dos produtos através de venda direta, valorizando e agregando valor. Por isso é comum os próprios consumidores e mesmo atravessadores vir até as famílias adquirir a produção para consumo próprio ou mesmo para a revenda.

1.3 A Constituição do Grupo de Agroecologia

Passados mais de uma década e meia, restam 06 (seis) famílias inseridas neste processo com mais intensidade e que participam do grupo vinculado ao núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia, que foi fundado no ano de 2013. Destas, 03 (três) estão com áreas produtivas certificadas. A principal atividade produtiva e geradora de renda familiar, desenvolvida por estas famílias do grupo, é a atividade leiteira, sendo que esta propriamente, se encontra em processo de conversão. As áreas agroecológicas são pouco expressivas em geração de renda monetária, tendo sua produção na grande maioria destinada ao autoconsumo doméstico.

Mesmo estando em um dos berços do debate de Agroecologia do MST, com a constituição de um conjunto de ações, projetos e debates sobre esse assunto, com o passar dos anos, no assentamento, o grupo foi perdendo efetividade, resultando em apenas 7,5 % das famílias que resistem e que estão inseridos no grupo de agroecologia. Com áreas produtivas certificadas, contabiliza-se apenas, 3,7 % das famílias, sendo áreas de fruticultura, gado de corte e hortaliças.

1.4 A cooperativa regional

Parte dos integrantes do grupo estão ainda envolvidos em trabalhos externos à sua área produtiva, contribuindo na organização e condução da cooperativa regional dos assentados, a COOPERCAM⁶ – cooperativa de industrialização e comercialização camponesa, que foi constituída em Dezembro de 2009, por famílias assentadas da região Oeste do Paraná. Essa estratégia, foi uma ação integrada, envolvendo um conjunto de assentamentos de toda a região.

Um dos principais motivadoras da constituição da cooperativa e a principal ação nestes quase oito anos de existência, foi o acesso ao PAA - Programa de aquisição de alimentos. Conforme dados publicados por Coutinho e Hartmann (2012), no ano de 2012 a cooperativa operacionalizou junto a Conab - Companhia Nacional de Abastecimento, o montante de R\$1.277.152,37 (Hum milhão duzentos e setenta e sete mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), envolvendo 302 famílias beneficiárias produtoras.

Os autores, discutem ainda, a importância deste programa de comercialização de produtos para superar um grande gargalo presente nos assentamentos da Reforma Agrária que é a superexploração e subordinação aos atravessadores, que historicamente determinam preços e produtos a serem adquiridos. O trabalho da cooperativa operacionalizando o PAA, possibilitava um grande salto qualitativo e quantitativo neste processo oferecendo comercialização por um preço justo e oportunizando diversificação e ampliação produtiva familiar.

Atualmente, a cooperativa diminuiu drasticamente o montante operacionalizado pelo PAA. Depois de três anos sem operacionalizar, assinou um contrato no valor de R\$351.952,95 (trezentos e cinquenta e um mil novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos) para entregas no ano de 2017. Possui ainda um contrato para venda de produtos no PNAE para atender as escolas estaduais com o governo do estado do Paraná no valor de R\$296.067,31 (duzentos e noventa e seis mil e sessenta e sete reais com trinta e um centavos). De forma

⁶ Fundada pelos assentados em dezembro de 2009. Atualmente abrange toda a região Oeste, com 481 famílias associadas. Tem executado projetos de PNAE e PAA. Está em fase de estruturação de uma agroindústria de Horti Fruti em Diamante d'oeste e Ramilândia.

efetiva, estes programas tem envolvido um grupo máximo de 40 famílias da região, não alcançando 10% (dez por cento) de seus quadro de associados.

1.5 Os desafios da Produção em Agroecologia

Destacamos no decorrer do texto algumas afirmações obtidas destas famílias agroecologistas, a partir das entrevistas realizadas. Uma das frases que destacamos é carregada de certeza oriunda de uma história construída em que afirma: “Agroecologia, foi sempre muito fácil. é uma questão de planejamento, capacidade técnica de condução e vontade pessoal de mudar a base produtiva”. Essa clareza parte da experiência acumulada de integrantes que construíram esse processo em distintos espaços.

O grupo possui uma família que está com 100% da área certificada. É uma realidade específica, visto que a mesma segue uma dinâmica diferenciada das demais na condução produtiva do seu lote. Entre os fatores que se destaca é o sistema de produção, sendo que as atividades produtivas principais são a criação de gado de corte, as culturas anuais de milho e mandioca principalmente e as frutíferas, focados em cítrus e Banana.

O mesmo ainda não possui endividamento e não acessou a política pública de Pronaf. A política de PAA e PNAE, acessou pontualmente em alguns períodos. Destaca se que possui um bom domínio técnico das práticas produtivas e de manejo, estabelecendo um bom nível de eficiência técnica. Da mesma forma possui um certo rigor na implementação de práticas de manejo, possibilitando um bom nível de fertilidade no solo, rotação de culturas, diversificação produtiva, entre outras.

Constata-se ainda, conforme relato, uma alta renda líquida obtida, influenciada pelo baixo custo de produção e pela comercialização ser em quase sua totalidade, direta para os consumidores. A percepção da família é que a taxa de rentabilidade, se comparada a atividade leiteira desenvolvida pelas outras famílias, mesmo em processos de conversão, é mais elevada, considerando área produtiva e força de trabalho empregado na produção⁷.

⁷ Adiante, apresentaremos dados de produção e renda Agroecológica sistematizados.

Relatou-se ainda que o grupo tem planos de desenvolver e criar novas iniciativas produtivas agroecológicas, como avicultura caipira, fruticultura, entre outras possíveis. Ocorre que não conseguem “deslanchar”. “Estão presos a falta de iniciativas”. Consta – se a ausência de intensidade de práticas agroecológicas. Estas, encontram-se sempre a segundo plano, visto a necessidade de dar conta dos trabalhos com produção de leite, que é a atividade geradora de renda familiar. Há uma visível desmotivação na condução das áreas produtivas agroecológicas, pela não geração de renda e também pela incapacidade de construir processos de comercialização, seja individualmente ou mesmo coletiva.

O desenvolvimento produtivo nestes últimos anos regrediu, sendo que no primeiro ano possível de certificação⁸ das áreas, foram 5 (cinco) famílias certificadas. Neste último ano, 2016, foram somente 3 (três) famílias que renovaram seus certificados. Essa redução, segundo as famílias, está relacionada a inexistência de geração de renda monetária a partir desta produção. Isso acaba desmotivando, visto que não há a necessidade de certificar a sua área somente para autoconsumo familiar.

Foi mencionado ainda que no último ano (2016), o grupo não desenvolveu nenhuma atividade conjunta de planejamento e organização produtiva. Ou seja, não houve nenhum esforço de buscar evoluir no processo produtivo, envolvendo o grupo de famílias. Há uma clara acomodação entre os agricultores, limitando-os a construção de ações de desenvolvimento produtivo.

1.6 A transição Agroecológica

No caso das famílias que trabalham na atividade Leiteira, um dos motivos relatados, da não certificação agroecológica, é a falta de valorização do produto, tanto do ponto de vista qualitativo de reconhecimento da sociedade como produto diferenciado e de qualidade, quanto da própria agregação de valor comercial. O leite acaba sendo coletado pelos laticínios como convencional, misturando-o com os demais. Esses fatores acabam desmotivando um conjunto de práticas necessárias para o manejo agroecológico do sistema, postergando a certificação. A princípio não

⁸ Só é permitido solicitar a certificação após um ano de inserção na Rede Ecovida de Agroecologia.

se tem nenhuma perspectiva de agroindustrialização de leite agroecológico pelas famílias, visto que o processo de estruturação para este processo, vê-se como muito difícil de se adequar às exigências legais.

1.7 O desafio da agroindustrialização

Atualmente, nenhuma família agroecologista trabalha no processamento de produtos agroecológicos, tendo uma agroindústria implantada. Neste ano, uma destas famílias, iniciou a implantação de uma unidade para minimamente processados, tendo a mandioca descascada como carro chefe da linha de produção. Atualmente toda a mandioca produzida, de forma agroecológica, é comercializada para atravessadores que a negociam como produto convencional.

É perceptível a importância e necessidade de adequação de uma legislação específica para agroindústrias familiares, oferecendo melhor condição para que as famílias consigam se estruturar e a partir disso, processar a sua produção. Isso contribuiria de forma significativa para alcançarmos sistemas produtivos agroecológicos, principalmente em se tratando de produtos de origem animal, visto que agregaria a condição de entrar no mercado diretamente, possibilitando a valorização de seu produto.

Publicou-se recentemente, janeiro de 2017, a resolução 004/2017 do Sesa - Secretaria da saúde do estado do Paraná, que tem como objetivo simplificar esse processo junto às unidades da agricultura familiar, tratando de uma legislação específica, diferenciando-a da legislação exigida para as empresas e indústrias. Essa ação legislativa tem como expectativa adequar as práticas sanitárias e demais necessidades legais conforme as condições das famílias. Essa legislação pode ser um grande potencializador na implantação de agroindústrias familiares, principalmente de produtos agroecológicos.

A ação de agroindustrialização cumpre com um papel determinante, principalmente, na materialização de processos de comercialização de produtos agroecológicos. Ajuda na superação de uma dos principais gargalos encontrados pelos agroecologistas, que é a entrada no mercado com um produto beneficiado, embalado, com uma marca, com reconhecimento dos produtores. Oportuniza

vendas a diferentes mercados, sai da “mão” de atravessadores, agrega valor aos produtos, oferece condição de desenvolvimento da base de produção, entre outros elementos importantes.

1.8 A Certificação Participativa

Destacamos que a certificação da produção agroecológica, processo legal instituído por lei desde o ano de 2003, tem como finalidade a garantia de que foi seguido práticas de manejo permitidas para agricultura orgânica, conforme normatizado pela legislação. Dessa forma o consumidor tem a garantia de um selo de qualidade, que atesta a origem do produto. Ou seja, todo esse procedimento é para viabilizar a comercialização de produtos. Sem isso não há motivo para a manutenção de áreas certificadas. Configura-se assim, como uma fragilidade e limite presente e que desafia o grupo de famílias.

Relatou – se que a entrada na Rede Ecovida de Agroecologia, foi mais um processo conhecer a dinâmica legal exigida e de demonstração de que se há a possibilidade de desenvolver. “Tinha se a percepção de que era um processo difícil de se implementar e demonstramos que é possível. O desenvolvimento da produção é uma demanda que temos que pautar agora e ver como enfrentamos”.

Um dos objetivos da criação do grupo de certificação é o processo de troca de experiências, intercâmbio de conhecimentos, realização de cursos, oficinas práticas, entre outras ações conjuntas que agregam elementos técnicos. Isso tem sido uma das dificuldades que é a de acompanhar os processos de formação que são realizados. Além disso, outro objetivo é construir acesso ao mercado, buscando criar canais de comercialização consistentes, tendo em vista a proximidade da cidade de Foz do Iguaçu.

1.9 Processos de comercialização e produção: contradições principais

O Processo de comercialização Agroecológica é ainda um processo bem frágil no grupo e que precisa ser desenvolvido. Afirmam alguns dos entrevistados, “comercialização tem, basta oferecer os produtos, ter continuidade na

disponibilização”. A sociedade quer uma alimentação saudável. “Quando se fala que o produto é orgânico, certificado, geralmente o pessoal compra”. Isso demonstra o potencial de vendas que se pode ter.

É destacado por alguns integrantes que a disponibilidade de produtos para a comercialização é muito baixa e por isso não consegue avançar os processos de comercialização. “Não há variedades e regularidade produtiva”. Uma das estratégias sugerida por membros é de fortalecer a produção para autoconsumo e a partir daí gerar excedentes para comercializar. Dessa forma gradativamente se avança na estruturação e desenvolvimento produtivo.

A construção de iniciativas de acesso ao mercado e a comercialização, como a instituição de feiras agroecológicas por exemplo, não está sendo trabalhada, assumida como uma tarefa do grupo de famílias e como uma necessidade para o desenvolvimento. No decorrer dos anos constituíram-se algumas tentativas e que se inviabilizou por falta de produtos para serem comercializados. Mencionou-se que foram mais do que uma tentativa. Mesmo assim, não fez se uma avaliação clara dos limites deste processos e a construção de iniciativas para solucionar estas dificuldades ocorridas.

Mesmo assim, uma das hipóteses defendidas por famílias agroecologistas é de que não se desenvolve a produção em função de não se ter um mercado garantido. “A medida que se constrói um canal de comercialização com segurança de venda e geração de renda, possibilita os investimentos e planejamento para desenvolver a produção”. Mas, quem organiza e como, esse acesso ao mercado, visto que até então não se constituiu nenhuma ação consistente? De quem é a responsabilidade de organizar e construir acesso ao mercado?

Contrapondo essa percepção, há a argumentação de que não se tem base produtiva constituída suficiente e que isso é o motor que move a comercialização. Sendo assim, considerando o real desenvolvido pelas famílias, não há base produtiva agroecológica em quantidade e regularidade suficiente, e conseqüentemente não se constitui um canal de comercialização. Dessa forma, fica presente um desafio de avançar na estruturação produtiva e posterior de forma sequencial construir canais de comercialização. Sintetiza-se que o canal de

comercialização se constitui partindo da base produtiva constituída. Sem produtos, não se materializa o processo de comercialização.

Pontua-se que o entendimento, partindo de algumas discussões com os grupos, é que os canais para comercializar os produtos agroecológicos, pressupõe-se que são diferenciados. O interesse seria de construir iniciativas que fogem do domínio de atravessadores ou mesmo de grandes empresas e assim construir uma relação direta de produtor e consumidor, dando maior oportunidade de gerar maior autonomia e renda. Quais seriam as ações necessárias para estabelecer essa dinâmica? construção de feiras, entregas de cestas, seriam suficientes para dar conta de atender uma demanda expressiva de consumo, principalmente em centros urbanos mais populosos? Como seria uma relação mercado em parâmetros maiores, mais significativos em movimentação financeira?

Constata-se que no planejamento produtivo das famílias prioriza-se a atividade geradora de renda. Isso em função da necessidade de manutenção familiar, de sobrevivência. Assim, entende-se que a atividades agroecológicas só serão motivadoras de trabalho, a partir do momento em que proporcionar geração de renda familiar. Como avançar neste aspecto, sendo que as famílias em sua maioria estão a espera de surgir oportunidades de mercado, para posterior desenvolver a produção?

Destaca-se que o exercício de planejamento produtivo, pode-se considerar como um dos principais fatores necessários para materializar o desenvolvimento da produção, agregando maior eficiência, diminuindo penosidade do trabalho e promovendo maior rentabilidade. Quanto maior a capacidade de planejar e organizar os sistemas de produção, seja para consumo doméstico ou para comercialização, maior poderá ser o potencial de desenvolvimento agroecológico das áreas de produção agroecológica.

Esse processo é motivado somente pelas oportunidades de venda de produtos? A capacidade e domínio técnico das famílias é suficiente para exercer esse procedimento? Em todas as áreas de frutíferas agroecológicas do grupo, no ano de 2016, não foram realizadas as práticas de manejo adequadas para o bom desenvolvimento das culturas, podas, aplicação de caldas, entre outras,

proporcionando ganhos produtivos. Essa ausência seria mesmo somente pela falta de mercado a estes produtos?

Qual seria o motivador para garantir que o planejamento produtivo ocorra, sabendo que é o que determinará maior organização produtiva, produção regular durante o ano, maximização produtiva por área e mais sanidade e qualidade dos alimentos. Será a oportunidade de mercado o principal motivador? Quais poderiam ser outros fatores: conhecimento técnico? maior interação social entre o grupo? a realização de mutirões e novas metodologias seria motivador?

Considera-se elemento importante e que possibilita a construção de planejamento, a capacidade e domínio técnico do indivíduo sobre seu sistema produtivo ou pelo menos uma percepção básica sobre o assunto. Pode se usar como exemplo o uso de Homeopatia para a garantia de sanidade animal, que atualmente constata-se distintas experiências positivas e que fortalece o desenvolvimento agroecológico. Para isso o agricultor precisa conhecer ou mesmo ter uma noção desta ciência de forma a dar condição do melhor uso possível. Ou seja, quanto maior capacidade de acúmulo de conhecimento sobre o assunto, maior é a capacidade de intervenção com qualidade e melhores resultados.

Uma das frases em que registramos e que chama a atenção é a de que “é preciso ter vontade de fazer agroecologia, mas também é preciso fazer, praticar, exercitar. Quem tem que fazer é a gente, sou eu que tenho que mostrar que dá certo”. Isso remete ao comprometimento e responsabilidade individual, em ser e exercitar aquilo que acredita ser o necessário a ser construído. Da mesma forma motiva a construção de processos concretos, materializando os ideais e qualificando o debate, tanto individualmente como coletiva.

Uma das famílias entrevistadas afirma que a base sólida de todo esse processo de desenvolvimento agroecológico é a produção. “o primeiro passo é a produção. Precisa se estruturar as bases produtivas, para posterior desenvolver outras ações”. Pode se considerar que essa seria a base de consistência de qualquer família ou mesmo grupo de agroecologia, a “produção”. É a partir destas bases, dialogando de forma dialética, que se constroem ações de comercialização, relação com a sociedade, pesquisas, entre outras possíveis.

1.1.1 Políticas públicas e sua interferência

Neste contexto atual vivido pelas famílias do grupo, as políticas públicas de Pronaf e PNAE, não interferiram diretamente, conforme relato. Essa base concreta construída atualmente em agroecologia é caracterizado por dedicação e esforço pessoal e familiar. O acesso ao Pronaf não foi efetivo na contribuição para o desenvolvimento das áreas agroecológicas em nenhuma das famílias. Todo o montante acessado de recurso desta linha de financiamento, contraído pelas famílias, foi canalizado na sua totalidade para a atividade leiteira. Conforme mencionado, o que motivou essa atitude, foi a necessidade de obtenção de renda familiar, sendo uma das preocupações o próprio pagamento da dívida posterior. “Apesar das dificuldades, o investimento em bovinocultura de leite proporciona retorno financeiro rápido e renda mensal”. Outro destaque é a venda garantida, mesmo que em pequenas quantidades.

Destaca-se, conforme experiência vivida por uma das famílias, que é possível ter obtenção de renda até semanal em alguns casos, a partir da produção agroecológica. Relata-se também, que “não é relevante o uso de pronaf para estes casos de estruturação, sendo que o mais indicado é um processo gradativo a partir das condições existentes, evitando endividamento maior dependência e até mesmo preocupações desnecessárias”, configurando uma perspectiva próxima ao estilo camponês de agricultura, conforme (PLOEG, 2006).

Configura-se a não efetividade da política de pronaf como promotora de desenvolvimento agroecológico, conforme realidade deste grupo. Destacamos a afirmação realizada por uma família agricultora: “quem quer fazer agroecologia é melhor fazer sem pronaf”. No caso da família que tem 100% da área agroecológica, em nenhum momento foi acessado a linha de pronaf. Toda a estruturação foi feita com recursos próprios, sendo que exigiu muito mais planejamento do que propriamente injeção de recursos financeiros para investimento. No caso das famílias que têm área parcial certificada, afirmam que não há necessidade de obter financiamentos para desenvolver essas atividades agroecológicas, visto que os investimento não são altos.

Já para o PNAE e o PAA, a avaliação é bem positiva, visto que os períodos em que se acessou essas linhas, resultou no fortalecimento produtivo, ampliando as áreas e diversificando as culturas. Considerando que os investimentos na estruturação para sistemas produtivos agroecológicos simplificados não são altos e a comercialização é um dos principais gargalos, essas políticas tornam-se muito efetivas para a agroecologia. Apesar de ter sido acessada de forma dispersa e descontinuada, sua execução foi muito positiva para promover processos de produção agroecológica.

Isso fundamenta uma das afirmações mais comuns entre as famílias agricultoras, que é a de que “se tiver comércio garantido a gente se organiza e produz” ou então “não focamos em produção agroecológica, por que não temos venda garantida”, “só vamos conseguir avançar em agroecologia se tivermos vendas”. De forma geral, essa tem sido a principal tese de justificativa do não avanço da produção agroecológica. Todas as famílias têm uma necessidade de geração de renda familiar mensal para sua manutenção. Essa tem sido a grande preocupação e que gera insegurança em desenvolver uma outra atividade. Por isso, todos os esforços de trabalho e a maior parte dos recursos investidos têm sido canalizados para a atividade leiteira, visto que é a atividade geradora de renda.

1.1.2 Perspectivas e desafios em construção

Uma das sugestões levantadas pelo grupo é a de constituir uma equipe que se responsabilize em construir canais de comercialização de produtos para consequentemente dar condição para desenvolver as bases produtivas. Em Síntese o consenso da maioria é que o mercado vem primeiro e não o contrário. O objetivo então, como sugerido, é criar uma estratégia conjunta das famílias para a venda e da mesma forma orientar um planejamento produtivo articulado, possibilitando maior volume de produtos, pelo menos neste passo inicial. A visão é que só avança no mercado, partindo de uma estratégia conjunta, estruturando ações de cooperação.

Há também o entendimento que não tendo geração de renda monetária das áreas certificadas, a tendência é que de estas regridem e deixem de ser certificadas. Ou seja, a medida que não se materializa produção e geração de renda, não há

motivo em manter a certificação, que representa custo e compromisso com terceiros. Se for somente para consumo próprio e algumas vendas diretas para os consumidores não há necessidade de se enquadrarem dentro de uma política de controle participativo de garantia de produção orgânica. Constata-se que essa pode ser uma tendência para algumas famílias em ter sistemas de produção agroecológica somente para consumo familiar. Temos a necessidade de entender o quão significativo é essa atividade para a família em geração de renda não monetária, soberania alimentar e qualidade de vida.

Segundo relatos de membros, há um constante comodismo que impede a realização de atividades práticas com mais intensidade, seja de produção ou mesmo de comercialização, ou outra relacionada. “Falta vontade das pessoas entrar e fazer. Assumir uma identidade agroecológica. Ter o compromisso com a causa e converter suas bases produtivas”. Isso reforça uma constante prática de “conversão eterna” e acaba não efetivando sistemas agroecológicos.

Outro fator considerado pelas famílias é a limitação de disponibilidade de força de trabalho para desenvolver as atividades. Na maior parte das famílias são somente duas pessoas em idade de trabalho. Com isso acaba limitando a construção de iniciativas de produção inovadoras, práticas fora daquelas cotidianas, necessárias, visto que priorizam a atividade geradora de renda, que na maior parte deles é a atividade leiteira, e os afazeres domésticos. Fora isso, sobra pouco tempo para novas iniciativas. Isso caracteriza-se como fator limitante e que condiciona a criação de novas atividades de produção.

A disponibilidade de água é também fator limitante, exigindo a construção de alternativas tecnológicas para superação, como a construção de cisternas para a coleta de águas das chuvas e armazenamento, reservatórios impermeáveis sobre o solo, entre outros possíveis.

2.0 APROMIS – Associação dos Produtores Orgânicos de Missal

2.1 Sua constituição

A Associação dos produtores Orgânicos de Missal – APROMIS, foi fundada em maio de 2002. Antes da sua constituição formal, já havia algumas iniciativas e ações informais desse grupo, que se reunia para algumas discussões e cursos para tratar de assuntos relacionados à produção orgânica, aspectos de qualidade de vida, alimento saudável, entre outros. A preocupação e interesse em construir ações mais fortes e intensas para a sociedade local já emergia e mantinha algum entusiasmo nas famílias agricultoras.

O Instituto Maytenus para o Desenvolvimento Sustentável foi a entidade que contribuiu na sensibilização das famílias, trazendo continuamente elementos para qualificar as conversas e debates entre as famílias e enriquecer as iniciativas práticas. Promoveram a realização de cursos periodicamente sobre, por exemplo, os efeitos dos agrotóxicos para saúde e o ambiente, manejo em agricultura orgânica, entre outro, a fim de manter uma gradativa progressão de desenvolvimento .

2.2 A necessidade de alternativa

Algumas famílias agricultoras, conforme relato, já não usavam mais agrotóxicos em suas lavouras por já terem se intoxicado anteriormente. “A gente não achava que o veneno era tão prejudicial”. Os efeitos da intoxicação são bem fortes, por isso, “até hoje sentir o cheiro já me faz mal” relatam. Destaca se que este tem sido um problema muito comum e que levou muitos a buscar alternativas para mudar seus sistemas produtivos, assim como também a se preocupar com mais ênfase na saúde de sua família.

O que chama a atenção é que os casos de intoxicação produziram sinais e sentimentos muito fortes, marcantes na vida dessas famílias. Os sintomas de desmaio, vômitos, não conseguir se alimentar, enjoos, entre outros provocados pelo contato com os agrotóxicos, deixaram uma cicatriz e o medo de gerar doenças graves. A grande maioria das intoxicações agudas se deu nos homens, pois eram eles que realizavam a aplicação nas lavouras. Mesmo assim, quem puxa e fundamenta a decisão de não usar mais agrotóxicos, na maior parte dos casos,

nesse grupo pelo menos, foi a esposa e filhos, pois visualizavam os efeitos e, também, por maior sensibilidade, deram base a essa tomada de decisão.

Ressalta-se ainda, conforme identificado na entrevista, que na cultura destes agricultores familiares tradicionais, de forma perceptível, a família tem um valor de vida e sociedade muito forte. Nesta base social, o homem tem o papel muito da força e a mulher muito mais da razão. Por isso também, a mulher sempre é a base de qualquer tomada de decisão, mesmo que na maior parte dos casos o homem que é a voz da família. Por isso elas foram e são fundamentais no processo de tomadas de decisões.

A definição e a continuidade do trabalho de agricultura orgânica, está firmado em uma concepção que se relaciona muito com a qualidade de vida das famílias. Esse seria um dos principais valores que está presente nesta decisão. É a garantia de estar fazendo bem para a saúde da família, assim como dos consumidores. Uma frase chama a atenção neste contexto: “depois a gente viu que é possível viver sem passar veneno, tranquilamente”. Constata-se que havia uma insegurança em não usar mais veneno (agrotóxicos) no manejo das áreas produtivas e assim perder ou mesmo inviabilizar a produção, visto a preocupação em controlar a infestação de plantas espontâneas e invasoras, controle de pragas e doenças e também a geração de renda para manutenção familiar que advinha dos resultados da produção.

Buscou-se práticas alternativas para controle de pragas e doenças, como uso de Fitoterapia, Homeopatia e outras caldas e práticas para resolver os problemas e dificuldades que iam surgindo. Podemos destacar que nesta fase, a capacidade da família em acessar e desenvolver um conjunto de técnicas e tecnologias é que acaba determinando a permanência na atividade de produção orgânica. Nessa fase o suporte grupal, de técnicos, ou de intercâmbios assumem importância central.

Ao que parece Agroecologia tem como necessidade a contínua interação social, seja para dialogar sobre novas experiências e conhecimento técnicos, discussão sobre as dificuldades e limites, a criação de novos desafios ou mesmo para exercer a prática de relações solidárias. Qual seria o esforço para garantir essa

dinâmica, considerando que temos uma sociedade aonde prevalecem valores e ações individualizadas e que tem o fator econômico como principal?

Um dos motivos de ter intensificado o trabalho em agroecologia, segundo um agricultor, “foi a necessidade de me desintoxicar”. “Superar problemas de saúde causados no período em que usava continuamente agrotóxicos”. Destacam ainda mais, “era uma necessidade de sobrevivência, mudar a base produtiva”. E com muito esforço, “conseguimos se estruturar bem e temos hoje qualidade de vida”. Constata-se a satisfação de ter se desafiado e superado as dificuldades e de ter alcançado um conjunto de resultados que garantem qualidade de vida para a família.

2.3 Os desafios iniciais

O grupo de agricultores missalenses que passaram por um processo de sensibilização e capacitação técnica sobre agricultura orgânica, iniciou com aproximadamente 32 famílias. Foi realizado cursos por módulos, sendo 02 dias cada mês e duravam sempre de dois a três meses. Para a constituição da Associação, este grupo “capacitado” foi a base de sua fundamentação. Por isso, esta atividade inicial realizada, continua sendo marcante entre os associados hoje em dia, mesmo que ainda no grupo atual nem todos realizaram esse curso intensivo no princípio.

Esses elementos reforçam também a necessidade de estudo para construir ações novas, diferenciadas e para dar mais consistência nas atividades a serem desenvolvidas. Esse estudo, que possibilitou as famílias entender o real vivido, seus limites, dificuldades e fomentou a criação de novas iniciativas a fim de superar o que estava posto. A APROMIS é fruto dessa capacidade de análise e organização.

Nem todos os que participaram do curso se integraram na fundação da associação de produtores orgânicos. Posterior, formou se uma nova turma que passou pelo mesmo processo de sensibilização e capacitação técnica, que da mesma forma, alguns deste grupo se integraram na associação. Além destes, outras famílias, mesmo não tendo participado dos cursos, se integraram.

2.4 A certificação Orgânica

Logo após a implementação das áreas de produção orgânica, o grupo trabalhou com a certificação de suas áreas pela modalidade de auditoria. Nesta modalidade o interessado paga a uma instituição habilitada uma auditoria, ou seja, uma visita de um auditor que fiscaliza se os procedimentos estão de acordo com as normativas. Se estiver de acordo com as normas, a empresa certificadora credenciada pelo MAPA⁹ emite o certificado de área orgânica, sempre com validade no de um ano no máximo. Ocorre que o custo deste tipo de certificação é muito alto, e por isso tornou-se muito oneroso, visto que o montante individual de venda de produtos era relativamente baixo. Por isso, já no segundo ano não se viabilizou e o grupo optou em mudar a forma de certificação.

Assim, no ano seguinte constitui-se o grupo vinculado ao núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia de certificação participativa. Com isso, muda-se a metodologia de certificação, e passa a ser realizada pelos próprios agricultores agroecologistas de distintos grupos que constituem o núcleo. Dessa forma o custo financeiro para obter o certificado passa a ser bem menor, tornando-se muito mais acessível. Além disso, a Rede EcoVida de Agroecologia¹⁰ desenvolve uma metodologia de trabalho com capacidade de apoio na organização e desenvolvimento produtivo das famílias, além de apoiar a construção de canais de comercialização.

A primeira certificação realizada, envolveu 03 famílias, sendo que o processo era por auditoria, visto que foi o primeiro ano. “Nos anos seguintes chegamos a ter 04 a 05 famílias certificadas”. Mas essas áreas de produção certificada acabaram diminuindo rapidamente. A principal causa destacada foi os problemas de comercialização. “Teve agricultores que perderam seus produtos na roça, não conseguindo comercializar boa parte da sua produção”. Isso acabou desmotivando, e fez com que as áreas certificadas fossem diminuindo gradativamente.

Uma das famílias destaca que teve a sua área certificada por quatro anos consecutivos. Após perder a sua barreira vegetal de proteção pela incidência forte de uma geada, acabou não solicitando mais a certificação orgânica. Um dos motivos

⁹ Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

¹⁰ Ver tópico----- que explica seu funcionamento

é que a comercialização de seus produtos já está com um público pré-determinado. Assim a certificação não agregava, visto que já tinha estabelecido uma relação de confiança com os seus consumidores de produtos. Outro motivo destacado é a dificuldade de estabelecer a barreira vegetal, visto que as aplicações de herbicidas pelos vizinhos inviabiliza o desenvolvimento vegetativo destas.

Na percepção das famílias agricultoras a comercialização é o principal limitante, que impede o desenvolvimento produtivo agroecológico. A ausência de uma garantia de venda dos produtos, acaba impedindo um investimento nestas atividades para que se desenvolvam. “se tivesse venda, com certeza produziríamos”. Assim, fica se a espera de que se organize canais de comercialização que demandem produtos, para posterior planejar o desenvolvimento da atividade produtiva.

Um dos pontos positivos da associação destacado pelas famílias é a possibilidade de compra de produtos orgânicos processados de outros locais, por exemplo, o Açúcar cristal, arroz, farinha de trigo, etc. Periodicamente é realizado a compra para abastecimento das famílias interessadas. Inclusive já formou se um grupo de consumidores para além dos associados que adquirem estes produtos. Isso é uma prática contínua até os dias de hoje.

Outro destaque foi a participação nos programas institucionais para comercialização, PAA e PNAE. Estes programas ajudaram a absorver a produção, garantindo escoamento e geração de renda, mesmo que ainda fossem vendidos como produtos convencionais. Ainda, “ajudou a valorizar a nossa produção e obter o reconhecimento, visto que os produtos eram consumidos nas escolas e entidades do município”. “Isso foi muito gratificante, ver o pessoal consumir e elogiar nossos produtos”.

Atualmente não está sendo executado nenhum PAA e isso é destacado como um limite visto a importância que o mesmo tinha para absorver a produção, contribuindo para a diversificação e aumento produtivo. Este programa foi muito útil para estruturar novas atividades produtivas junto às famílias, visto que tinha como demanda uma gama de produtos diversificados a fim de atender entidades

filantrópicas. A atividade de fruticultura e hortaliças foram as principais desenvolvidas.

Uma característica de destaque é que a maior parte, pelo menos das famílias agroecologistas, já tem estruturado uma área produtiva para autoconsumo, principalmente com frutas e hortaliças. Isso sempre gera um excedente produtivo que muitas vezes acaba sendo desperdiçado ou mesmo doado para amigos, vizinhos, parentes. Assim, o fornecimento para o PAA acabou sendo muito oportuno visto que absorveu esses produtos e deu condição para se ampliar o planejamento e estruturação produtiva.

O grupo sempre contou com assessoria técnica gratuita. A partir do ano de 2007 iniciou o acompanhamento do CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia¹¹ e que se mantém até hoje, viabilizada através de convênio com a prefeitura e com apoio da Itaipu Binacional. Este trabalho de assessoria acaba exigindo o estabelecimento de uma dinâmica de atividades periódicas com o grupo de famílias a fim de organizar a atuação, construir novas iniciativas, novos projetos, levantar demandas, entre outras.

Fica evidente, a importância e a direta relação desta atuação para com o funcionamento e manutenção da associação, visto que é designado a esse profissional a responsabilidade de fomentar a construção de iniciativas que dão condição de manter uma integração e uma dinâmica de estímulo à novas práticas, seja para o desenvolvimento produtivo, processos de comercialização ou mesmo para outros projetos.

Uma frase dita por uma família agricultora entrevistada e que chama a atenção é que “se não tivesse o trabalho do CAPA a associação já teria terminado”. O que leva ao entendimento de que uma entidade externa ao grupo seria a responsável pela sua manutenção? De quem é a responsabilidade de executar um conjunto de práticas planejadas pelo grupo de associados? Não seriam eles

¹¹ O **Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)** é uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com atuação nos três estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Criado em 1978, iniciou suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa (RS), com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor. **Fonte:** www.capa.org.br

próprios? O que de fato caracteriza a associação, senão a sua própria capacidade de atuação, organização e práticas desenvolvidas.

Mas qual seria então a função da entidade de assessoria e o porquê da sua importância para este processo. O que ela tem feito para se somar e fazer parte desta associação? Talvez aí esteja uma das explicações, fazer parte na execução dos processos. Praticar em conjunto. Se desafiar em conjunto. Mas ainda pode-se considerar um outro elemento que é a capacidade de refletir sobre o real vivido e propor novas iniciativas. Essa capacidade de entender a essência dos fenômenos que se vive, identificar seus limites e potencialidades não é uma prática fácil e comum e talvez aí esteja uma grande contribuição das entidades externas.

2.5 Políticas de incentivo Municipal

É mencionado que atualmente não há dinâmicas e políticas de incentivo locais mais frequentes e contínuos que ajudam a estimular a constituição de canais de comercialização, fomento a produção orgânica entre outras iniciativas que podem ser estimuladoras de Agroecologia. É uma carência de apoio público mais efetivo na estruturação da atividade de produção orgânica. Por que atualmente, não tem-se ações mais intensas de apoio público municipal para com Agroecologia no município? Seria a ausência de projetos apresentados e discutidos? há um grupo local que discute essa temática? há alguma disposição pública para construir ações neste viés?

Esse torna se um ponto ainda mais frisado visto que o município de Missal ainda, tornou lei e destina no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos Royalties oriundos da Itaipu Binacional, obrigatoriamente para a agricultura. Dessa forma teria condição de incentivar com efetividade o desenvolvimento da produção orgânica no município. Atualmente, não se tem nenhuma ação direta de fomento ao desenvolvimento da produção orgânica oriunda desta lei. Isso reflete a ausência de um projeto local mais consistente capaz de mobilizar e organizar atividades com este enfoque no município.

No ano de 2016, promoveu-se uma série de debates reunindo entidades de ATER, ensino e pesquisa, junto com os agricultores/as e as secretarias de

agricultura e Educação do município em função do projeto “Agroecologia na Alimentação escolar”. Este, por sua vez, tem como objetivo a prioridade e obrigatoriedade gradativa na aquisição de alimentos orgânicos para a alimentação escolar, tendo como meta em 5 (cinco) anos todos os alimentos adquiridos serem certificados com selo orgânico. Além disso tinha como pretensão criar iniciativas de fomento à produção orgânica. A minuta da lei está pronta, faltando algum agente público local, levar essa discussão pra frente junto aos órgãos competentes.

2.6 Comercialização Direta de produtos orgânicos

Foi destacado pelas famílias que há uma procura contínua de produtos orgânicos. “Vendemos praticamente tudo em casa”. “A qualidade do produto é diferenciado e o pessoal da cidade vem buscar aqui os produtos”. Criou se uma relação de confiabilidade que durante o ano todo conforme a disponibilidade de produtos vai se comercializando. É um grupo de consumidores conscientes, preocupados com a saúde da sua família e que buscam alimentação saudável. Por isso fazem contato permanente solicitando produtos.

Esse estímulo gerado pelos consumidores, que valorizam e destacam a produção orgânica como sendo fundamental para a qualidade de vida, acaba gerando uma grande satisfação para os produtores. “a gente se sente bem oferecendo e comercializando produtos bons e saudáveis”. É perceptível a importância que essa relação direta entre os produtores e consumidores têm para fortalecer os processos de agroecologia.

A venda direta mantém uma dinâmica de venda importante, mas remete a família maior disponibilidade de tempo, visto que além da produção e preparação do produto, faz ainda a relação com o consumidor levando o produto em alguns casos, dialogando sobre a produção, preparo, etc. Mesmo assim, é destacado que ainda há um potencial de produção que não é desenvolvido, mais que referencialmente teria que ser outros canais, como por exemplo o PNAE ou a feira permanente da cooperativa. “se tivéssemos comércio garantido, conseguiríamos produzir mais”.

Ressalta-se um elemento que para muitos agroecologistas não é uma realidade. É a prática da venda direta de produtos ou mesmo a busca de mercados

para a comercialização. Isso caracteriza a construção social do mercado, ou seja, quem constrói essa relação é a própria família agricultora ou sua organização diretamente, tirando atravessadores. Isso remete a sair do comodismo de esperar que alguém venha atrás de produtos e que acaba gerando de forma predominante, uma dependência de estímulo ao desenvolvimento da produção.

Destacamos um diferencial entre os grupos Antonio Tavares e APROMIS, que é caracterizado pela prática contínua de venda direta da sua produção, mesmo que em alguns casos não se tem ainda o certificado de produto orgânico. O diferencial seria que parte das famílias da APROMIS estão mais estruturadas em seus sistemas de produção, tendo implantadas áreas comerciais, por exemplo, de Uva, Citrus, Morango, Banana, entre outras. A partir desta base produtiva, da produção que se estabelece, resulta a construção social do mercado. Mobiliza-se a família, cooperativa a fim de escoar a produção.

No caso do Antonio Tavares ainda não é realidade esse tipo de estruturação produtiva. Até o momento a estruturação ficou centralizada somente na atividade leiteira, sendo esta a geradora de renda familiar. Mesmo, considerando que o assentamento possui pouco mais de 15 (quinze) anos, ou seja, tempo suficiente para se planejar diversificação produtiva, implantar outras atividades de produção com potencial de geração de renda.

2.7 A política pública de Pronaf e o Desenvolvimento da Agroecologia

É destacado ainda pelas famílias que o desenvolvimento da atividade produtiva Agroecológica em nenhum momento contou com o apoio na estruturação do PRONAF – Programa de Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ou seja, as áreas estruturadas e manejadas de forma agroecológica, não obtiveram apoio através do acesso aos recursos financeiros desta linha de crédito. Caracteriza-se assim, a não influência desta, para com o desenvolvimento da Agroecologia junto a estes agricultores familiares. Identificamos, ações desestimuladoras, como é o caso a seguir.

Um exemplo para citarmos é o caso do produtor de morango que trabalhava em um sistema de produção com plantio direto sobre o solo. Conduzia todo o

processo de forma Agroecológica. Viu a possibilidade de aumentar a produção, visto que pegou confiança na atividade e abriu mercado. “Fui atrás de crédito para a estruturação e ampliação da atividade e acabei financiando a construção de uma estufa com sistema semi-hidropônico. Foi me passado toda uma propaganda de alta tecnologia, cultivo protegido, facilidade de trabalho, alta produção, entre outras”. Ou seja, a política de crédito, acabou levando a implementação de um sistema convencional, pela facilidade de manejo visualizada e pela expectativa de bons resultados produtivos.

Outro caso constatado, é que todo o investimento obtido pela família pela linha do Pronaf, foi destinado a atividade leiteira. A área de produção agroecológica, comercial inclusive, sistema de hortaliças e frutíferas, não recebeu nenhuma aplicação de crédito. Para estes casos, constata-se que o pronaf não tem efetividade nenhuma no desenvolvimento da produção agroecológica, tendo presente inclusive ações desmotivadoras.

2.8 Efeitos da Deriva de Agrotóxicos

Um fator limitante e que é comum para a quase a totalidade das famílias é o problema da deriva de agrotóxicos e mesmo o “abuso” dos vizinhos convencionais, que na aplicação destes, herbicidas principalmente, pulverizando sobre as barreiras vegetais e acabam inviabilizando seu desenvolvimento. Em alguns casos não se consegue implantar as barreiras vegetais para a proteção de suas áreas produtivas, mesmo estando implantada dentro da sua própria área, visto o excesso e o “descuido” dos agricultores convencionais.

Grande parte das famílias agricultoras, estão cercadas por áreas de soja e milho, quase a totalidade lavouras transgênicas, conforme dados da CONAB 2017 e conseqüentemente ficam expostos a diversas aplicações de agrotóxicos durante o ano. Isso provoca o fenômeno das derivas que prejudica inclusive o estabelecimento de áreas de frutíferas e hortas. Além da própria exposição continuada dos próprios moradores que indiretamente, inspiram e absorvem estes resíduos de agrotóxicos presentes na atmosfera após as pulverizações.

O lado leste do município, por ser uma área com características geográficas de relevo ondulado e de poucas áreas mecanizadas, agrega melhores condições de proteção contra essa alta incidência de agrotóxicos. Outro destaque é o próprio número de estabelecimentos da agricultura familiar que é predominante. Nesta região, teria perspectivas de convencer mais agricultores a se inserir na produção agroecológica e se inserir na associação de produtores orgânicos, conseqüentemente. Essa seria uma das iniciativas necessárias a fim de dar condição de inovar e consolidar algumas ações importantes e que venham fortalecer a associação.

2.9 APROMIS 15 anos: grandes desafios

Ao completar quinze anos de constituição, a APROMIS, de muita luta e persistência, a associação apresenta um conjunto de desafios a serem construídos. Um destes, é o aumento de áreas certificadas orgânicas. No decorrer dos últimos anos, persiste apenas 01 (uma) família com sua área certificada orgânica. Esta por sua vez resiste às pressões e dificuldades ocorridas durante todo esse processo. Resiste com consciência, sabendo da importância desse desafio. Apesar de ter diversos motivos para desistir pelo conjunto de dificuldades postas, a mesma ainda opta em resistir e manter a certificação agroecológica de sua área produtiva.

Mesmo desenvolvendo há anos a produção agroecológica, esta família ainda percebe a necessidade de avançar em algumas práticas produtivas para o aprimoramento do sistema e também para melhor estruturação, possibilitando maior eficiência. Constata-se aí um desafio permanente que exige capacidade de conhecer e construir conhecimento técnico e produtivo a fim de qualificar gradativa e continuamente seus sistemas de produção.

Considerando o total das famílias, a atividade produtiva principal desenvolvida é a fruticultura e avicultura semi caipira. Tem ainda em quase todas as unidades de produção agroindústrias familiares de geleias, doces, panificados, macarrão, polpas e fitoterápicos. Demonstra assim um processo de estruturação evoluído, possibilitando melhores condições de acesso ao mercado e maior valor agregado.

Não há ainda nenhuma destas agroindústrias certificadas como unidade de processamento de produto orgânico.

A dinâmica organizativa do grupo para debates, estudos e a construção de projetos produtivos de base agroecológica apresenta fragilidades, principalmente na organização de ações de estruturação coletiva. A estratégia adotada foi promover a estruturação individual das famílias seja do processo de agroindústrias ou mesmo produção. Todos os equipamentos viabilizados via projetos de apoio para a associação com o objetivo de estruturar agroindústrias, por exemplo, acabou sendo destinado para uso individual das famílias. Neste período, não conseguiu-se trabalhar em iniciativas mais coletivizadas de estruturação, buscando ter maior equalização de benefícios e resultados. Pode-se considerar isso como um desafio a ser trabalhado pelo grupo, podendo dar mais consistência ao processo.

Por outro lado, destaca se que o grupo preza com muito cuidado pela regularidade jurídica da associação. Mantêm uma dinâmica mensal de reuniões, que contribui na realização de momentos de integração do grupo. Existe ainda uma taxa monetária mensal para a manutenção da associação. Outro destaque é que o grupo assume a realização de refeições em eventos realizados em Missal e que gera entrada financeira para a associação. Isso é uma ação bem positiva, com aspectos culturais, culinário, festivo para o grupo. Fortalece muito a integração e manutenção do grupo.

Uma das expectativas destacadas é a comercialização em maior escala e regularidade para o PNAE municipal principalmente. Por dois motivos principais, sendo primeiro a satisfação de entregar seus produtos para a comunidade local de professores e alunos e segundo pela garantia de escoamento produtivo, agregando condição ao desenvolvimento produtivo. Esse programa se transforma numa grande oportunidade de geração de renda familiar e de valorização social das famílias perante a sociedade local.

Uma das experiências em comercialização de produtos agroecológicos que as famílias ajudaram a construir foi uma iniciativa de feira livre em Foz do Iguaçu. Toda a semana, durante um período de três a quatro meses as famílias reuniam os produtos dos associados, utilizavam o carro da associação e levavam seus produtos

para a feira. Foi uma experiência bem positiva, visto que vendia muito bem e o dinheiro já retornava direto para as famílias, pois as vendas eram à vista.

Em função desta iniciativa que envolveu famílias agricultoras de vários municípios, a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, cedeu um espaço para a realização de uma feira orgânica permanente. Ocorre que a partir disso, começou a diminuir as vendas, conseqüentemente, diminuir participação e resultados para as famílias, resultando posterior no fechamento da feira.

Teve ainda uma outra experiência em comercialização que foi as cestas verdes. Esse trabalho foi realizado em conjunto com a associação de produtores orgânicos de São Miguel do Iguaçu. Essa experiência acabou sendo bem curta, não gerando bons resultados e se inviabilizou.

Uma outra iniciativa foi a galinhada orgânica realizada durante alguns anos. Era vendido fichas para a refeição e com isso arrecadava-se fundos para a associação e ajudava na divulgação da entidade. No mesmo dia tinha ainda uma feira dos produtores para a venda de produtos, que servia também para estabelecer relações com os consumidores e que acabavam contribuindo na continuidade posterior de venda de seus produtos. Com o passar dos anos isso acabou se destituindo, em função das dificuldades em organizar os eventos e atrair participantes.

Um dos limitantes atuais relatados pelas famílias é a indisponibilidade de força de trabalho para desenvolver as atividades produtivas. A maior parte das famílias permanece na atividade somente o casal de pais sendo que os filhos mudaram-se para as cidades. Com isso não há condição de força de trabalho para ampliar de forma expressiva a produção ou mesmo estruturar uma nova atividade.

Destaca se ainda pelo grupo que a ausência de uma política que possibilite comercialização de produtos de forma regular é um dos principais limitantes. Assim sugeriu se ao poder público municipal que contribua nesta demanda e crie condições de políticas públicas com esse foco, possibilitando qualificar o processo de comercialização.

Em seus 15 (quinze) anos de existência a APROMIS acumula uma série de desafios para seguir no processo contínuo de resistência e de construção de um modelo agrícola sem degradar os recursos naturais e que seja promotor de saúde para seus consumidores. Em seu seminário de comemoração, pontuou se alguns, sendo: Convencer e aderir mais famílias ao grupo; Construir junto a prefeitura municipal projetos e políticas públicas de fomento ao desenvolvimento sistemas produtivos orgânicos; criar a lei municipal de inclusão de alimentos agroecológicos na alimentação escolar; Desenvolver atividades produtivas rentáveis a fim de possibilitar a sucessão familiar e retorno de alguns jovens à atividade agrícola; construir feiras de conscientização sobre alimentação saudável nas escolas; Barraca de Bambu com produtos agroecológicos no centro de comercialização permanente.

Por fim, é destacado por uma das famílias, que “nestes momentos de dificuldades é preciso ter tranquilidade e capacidade de construir iniciativas que possam superar os problemas”. Dessa forma, fica claro a experiência e a capacidade de fazer resistência destas famílias que se desafiam a construir uma dinâmica de desenvolvimento que contribui para toda a sociedade local.

3. Caracterização dos grupos de Agroecologia - Análise a partir da base material constituída.

Para análise dos processos de Agroecologia construídos ao longo dos últimos anos, em determinados locais, analisamos três grupos de agricultores familiares, sendo o Grupo Antônio Tavares, situado no Assentamento Antonio Companheiro Tavares no Município de São Miguel do Iguaçu, o grupo APROMIS, composto por agricultores familiares do município de Missal e o Grupo Esperança Agroecológica, constituído por famílias assentadas do Assentamento Santa Izabel e agricultores familiares do município de Ramilândia.

Considerando que o objetivo desta segunda fase do trabalho é caracterizarmos a base material constituída em Agroecologia e a partir disso, entender suas principais contradições e tendências, selecionamos para esta segunda fase do trabalho, somente famílias com produção agroecológica para serem entrevistadas. Coletamos os dados com 100% das famílias certificadas com

produção agroecológica. Dessa forma, pretende-se agregar mais elementos sobre o material constituído em cada grupo, junto a cada família, trazendo dados sobre a dinâmica social e produtiva da família, destacando elementos sobre os seus principais limites e desafios a serem desenvolvidos.

Primeiro faremos uma caracterização das condições edafoclimáticas dos grupos. Posteriormente, analisaremos os resultados da pesquisa, descrevendo dados e considerações do real vivido pelas famílias em suas unidades de produção e vida familiar.

3.1 - Caracterização Edafoclimáticas

3.1.1 - Grupo Esperança Agroecológica e APROMIS

Estes dois grupos, por estar localizados próximos, vizinhos geograficamente possuem características edafoclimáticas semelhantes. Assim, faremos a descrição deste tópico de forma conjunta, alterando somente algumas características sociais que destacaremos no decorrer do texto.

A maior parte das famílias que constituem o grupo Esperança Agroecológica, residem no Assentamento Santa Izabel, que possui uma área total de 883 ha, sendo que destes, 285 ha é de mata nativa presente em sua reserva legal, sendo 32% do total da área. Cada família assentada possui ainda áreas particulares de matas e arborização que foram constituindo com o passar dos anos. Da mesma forma os proprietários vizinhos, em função da característica local de terrenos acidentados trabalham com a mesma perspectiva. Dessa forma, o local de vivência destas famílias, está cercado de áreas arborizadas, agregando assim uma série de fatores positivos para o manejo agroecológico.

A maior parte destas famílias situam-se em uma região de solos com afloramento de rochas, rasos e úmidos em determinados locais. Possuem relevo acidentado, sendo poucas áreas mecanizadas. Estão cercados de matas nativas, que constituem a reserva legal do assentamento, assim como a das propriedades vizinhas.

No entanto, a maior parte das famílias agricultoras da APROMIS, localizam-se em regiões mais próxima à cidade e solo mecanizáveis, porém áreas menores. Algumas destas, estão cercadas por áreas extensivas de produção de grãos de forma convencional, sendo que isso tem provocado uma série de empecilhos e dificuldades, visto a aplicação contínua de agrotóxicos. Até mesmo a implantação de barreira tem sido dificultada pela incidência direta de herbicidas.

As características de clima, pela classificação de W. Koeppen, é do tipo subtropical úmido mesotérmico (Cfa), geadas menos frequentes, tendências de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca bem definida. A precipitação média anual é da ordem de 1650 mm. A média anual de evaporação é cerca de 1000 mm. A umidade relativa do ar é de 80%, bastante uniforme ao longo do ano. Predomina entre as famílias, áreas com solos com saturação de bases alta, o que os caracteriza pelo bom nível de fertilidade. Porém, nas áreas onde ocorrem solos Litólicos e Brunizem Avermelhado, as declividades acima de 15% e a pequena espessura dos perfis contribuem para a forte suscetibilidade a erosão destes solos, o que restringe o uso para cultivos que exigem revolvimento de solo (DESER, 2002).

Outra característica importante é a boa disponibilidade de água corrente, sob a superfície de solo, constituindo nascentes com bons níveis de disponibilidade de água que acaba resultando em condições favoráveis para redes de irrigação das áreas cultivadas. Essa boa disponibilidade de água sob a superfície de solo é garantida pela capacidade de carregamento dos lençóis freáticos em função da extensa área de vegetação nativa constituída na bacia hidrográfica.

O Assentamento, por estar em uma região com poucas áreas mecanizadas, conseqüentemente baixo cultivo de plantas anuais, soja principalmente, diminui também a incidência e os efeitos da deriva de agrotóxicos sobre as culturas de hortaliças e frutíferas. O efeito da deriva em muitos locais constitui-se como um problema sério que inviabiliza o desenvolvimento produtivo de determinadas culturas. Assim, o grupo Esperança Agroecológica, usufrui de condições favoráveis para instalação e condução de seus sistemas de produção. Para as famílias entrevistadas, não houve nenhuma incidência de deriva sobre suas culturas no decorrer do último ano.

3.1.2 Grupo Antonio Tavares

O Clima, segundo a classificação de Köppen (1918), predomina na região é o Cfa, subtropical caracterizado por alta temperatura e umidade. Assim, o ano se apresenta por verões quentes e a ocorrência pouco freqüente de geadas no inverno. O mês de julho se destaca como o mês mais frio, com temperaturas entre 14°C e 16°C, sendo fevereiro o mês mais quente, com temperaturas médias de 25°C a 35°C. A temperatura média anual é de 22,14°C. A precipitação pluviométrica anual é de 1.600 mm, concentrando a maior parte das chuvas nos meses de verão. (Cotrara, 2006).

O tipo de solo que predomina no assentamento, se enquadra dentro da classe de Latossolo Vermelho. O Latossolo vermelho é constituído por solos minerais, não hidromórficos, com Horizonte B latossólico, formados a partir de rochas eruptivas básicas. As características básicas que o definem são a coloração arroxeadada, a alta profundidade e a porosidade.

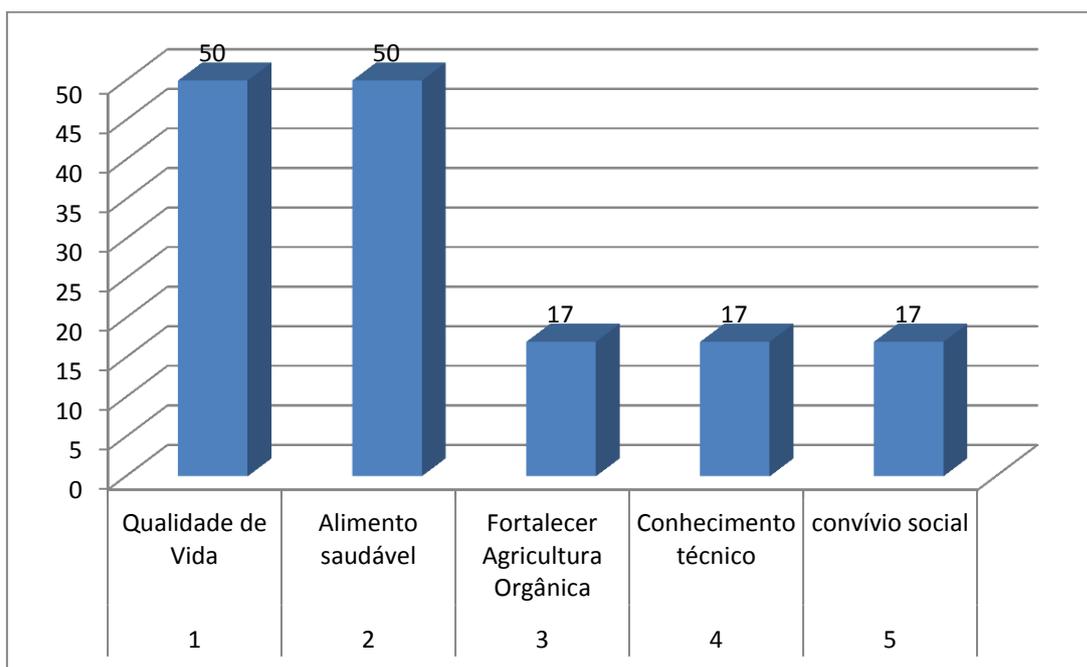
Conforme descrito no PDA, (Cotrara, 2006), a classe de relevo dominante neste assentamento é a plana (0-3%), que soma 58,07% da área, seguido de relevo suave ondulado (3-8%), que soma 38,63% da área, mostrando assim condições favoráveis a exploração mecanizada da área. Tendo em conta as características do relevo, Favorece a utilização de mecanização para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Outra característica é a ausência quase total de nascentes de água. As famílias para suprir as demandas de consumo doméstico de água usufruem da disponibilidade de poço artesiano e para fornecimento aos animais a grande maioria utiliza os poços rasos perfurados manualmente. Essa escassez dificulta a implementação de áreas de irrigação para atividades produtivas.

3.2 Objetivos de participação dos membros de Grupos de Agroecologia

A inserção e participação no grupo da Rede Ecovida de Agroecologia é motivada por alguns aspectos que descrevemos no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Principais Objetivos de participação nos Grupos de agroecologia em %.



Fonte: Pesquisa de Campo

Os Itens qualidade de vida e alimento saudável estão entre os mais mencionados como sendo um dos principais motivos de participarem do grupo. O cuidado com a família no entorno de sua unidade produtiva e de vida familiar, assim como a disponibilidade de alimentos saudáveis para o consumo tem forte influência na inserção destas famílias na dinâmica da rede EcoVida. Fica claro o intuito de “proteger-se”, de conduzir e organizar a vida de forma a usufruir das melhores condições possíveis de sobrevivência, alimentando-se bem, mas também com toda a tranquilidade possível que se possa ter.

Organizar um planejamento produtivo e de vida familiar, de forma a garantir uma diversidade de produtos para o autoconsumo, tem sido um dos fatores de

grande relevância para estas famílias, visto seus objetivos. Um dos alicerces que fundamentam a participação destas pessoas nos grupos de Agroecologia a estratégia de sobrevivência com qualidade de vida e que norteia cotidianamente o plano de trabalho.

A busca por conhecimento técnico aparece também entre os objetivos de inserção no grupo da Rede Ecovida de Agroecologia. Há uma pretensão de que o grupo possa contribuir para a intensificação e inovação técnica e tecnológica e assim condicionar oportunidades para fortalecer o desenvolvimento produtivo. A dinâmica de reuniões, intercâmbios e mesmo de receber assessoria técnica individual é fator motivador, visto a necessidade de obter orientações técnicas para evoluir na condução dos sistemas produtivos.

É destacado ainda pelas famílias entrevistadas que o convívio social entre os integrantes do grupo, motiva a inserção e continuidade de participação. Assim, consegue-se desenvolver iniciativas de confraternização, de eventuais ajudas na realização de trabalhos, entre outras ações solidárias entre as famílias. Isso fortalece relações sociais mais próximas, mantendo uma dinâmica positiva de convívio.

Vale mencionar que os grupos os quais estamos mencionando neste trabalho, possuem número de famílias relativamente pequeno. Mesmo que as famílias do grupo destacam motivos e objetivos significativos, pertinentes, ainda assim tem se o desafio contínuo de envolver mais pessoas e famílias, dando condições de almejar maior expressividade nas ações a serem desenvolvidas.

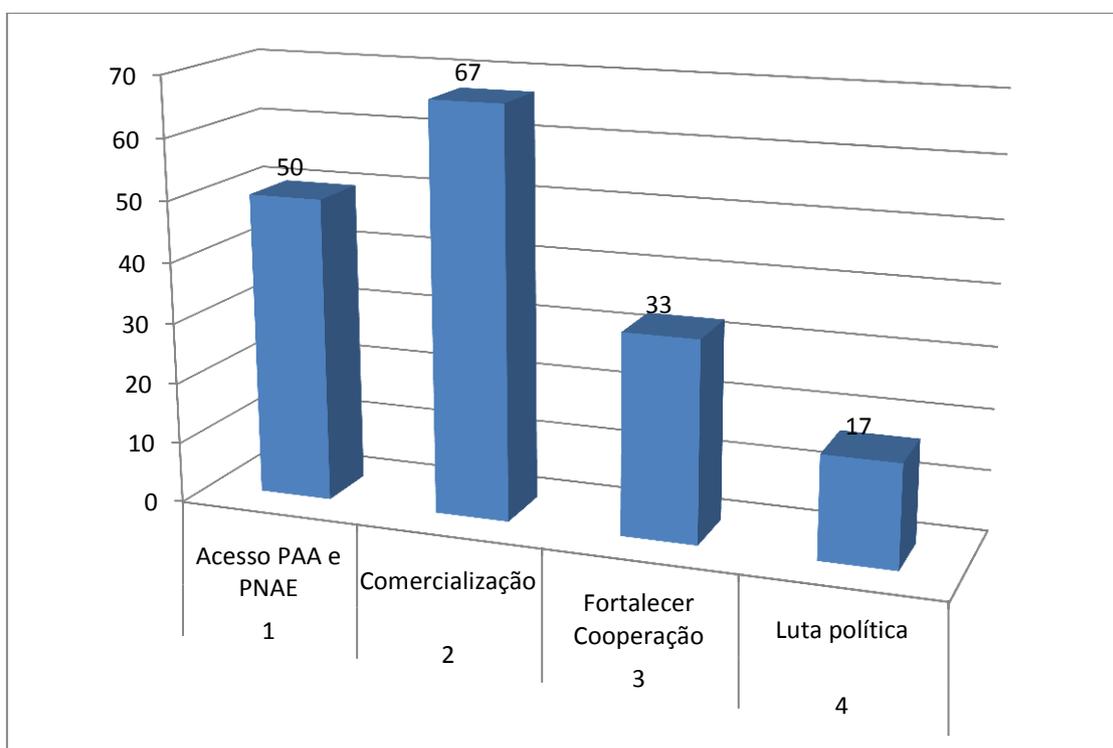
Destaca-se ainda que, considerando que a rede Ecovida é uma OPAC - Organismo Participativo de avaliação de Conformidade, sendo uma metodologia de certificação participativa de produtos orgânicos e agroecológicos, a inclusão das famílias neste processo, deveria estar firmada na motivação de comercialização dos produtos, visto que esse seria o objetivo central que a mantêm. Os dados mostram que esse não tem sido os motivos de inserção. Assim destaca-se que este constituiu-se como um desafio a ser desenvolvido, fortalecer a comercialização e geração de renda das áreas produtivas e assim, talvez, motivaria uma maior inserção de famílias a participarem do grupo de Agroecologia.

Por outro lado mostra que a inserção no grupo não é influenciada por questões econômicas e produtivas puramente e que os fatores qualitativos da Agroecologia está presente entre seus membros. Ao que parece, com isso acaba limitando as ações, induzindo-as a nível local, interno do grupo, com pouca capacidade de envolvimento com a sociedade. O escoamento da produção junto a grupos de consumidores é fator relevante no processo de relação com a sociedade.

3.3 A Inserção em Cooperativas

Todas as famílias estão filiadas a pelo menos uma cooperativa. Há famílias sócias em duas, sendo elas a COOPERCAM – Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa e a COAFASO – Cooperativa da Agricultura Familiar e solidária do Oeste do Paraná. O Gráfico 2, mostra os motivos de inserção nas mesmas.

Gráfico 07 – Objetivos de participação nas Cooperativas da Agricultura Familiar, em %.



Fonte: Pesquisa de Campo

O principal motivo que leva as famílias a se inserir nas cooperativas tem como perspectiva a comercialização de seus produtos. A cooperativa seria uma das estratégias de escoar sua produção, visto que este tem sido um dos principais gargalos encontrados. A comercialização individualizada e de forma direta acaba sendo pontual, menos expressivas e muito mais difícil de ser alcançada.

Cabe saber se as cooperativas estão conseguindo atingir os objetivos ao qual seus associados depositaram quando adentraram na instituição. Estão conseguindo ser efetivas, oportunizando escoamento da produção independente da forma de acesso ao mercado, possibilitando geração de renda a seus associados? e ainda, de forma mais audaciosa, conseguem apoiar e desenvolver ações promotoras da Agroecologia ?

Ao que parece, a ação das cooperativas apoiando a comercialização agroecológica tem sido pouco efetivas. Dados apresentados pela COOPERCAM¹², no ano de 2016, a comercialização de orgânicos contabilizou apenas 3% do total das vendas realizadas neste ano. Seria neste caso, a indisposição dos responsáveis pela cooperativa pela não ampliação deste percentual? Ou seria a própria escassez da disponibilidade de produtos orgânicos?

Um dos fatores mencionados que motiva a participação na cooperativa, está relacionado ao objetivo de fortalecer processos de cooperação. Este seria um fator mais qualitativo, buscando que a cooperativa seja um instrumento que estimule a cooperação entre seus integrantes. Foge da questão mercadológica puramente. Agrega com isso a necessidade de incluir elementos que busquem construir relações de cooperação seja para a produção, agroindustrialização e mesmo comercialização. Constitui-se um processo mais complexo, visto que necessita maior capacidade de planejamento e organização de atividades, mas resulta em um processo de cooperação com maior consistência, tendo condição de ser muito mais expressivo.

¹² Dados apresentados pela diretoria no Seminário sobre comercialização em Agroecologia, realizado no dia 06 de julho de 2017, na sede do Assentamento 16 de Maio.

É mencionado ainda, mesmo que de forma menos expressiva, que a participação na cooperativa tem como objetivo ser instrumento de luta política. Entende-se, a partir deste dado, que a cooperativa tem um papel político no fortalecimento das famílias agricultoras junto a sociedade. Ou seja, cumpre um papel de representá-las, de construir relações e ações de interesse, embasando um projeto de desenvolvimento para a agricultura camponesa.

As cooperativas têm conseguido ser instrumento político de seus cooperados? tem conseguido aglutinar em alguma iniciativa que agregue resultados? Consegue debater junto aos seus atores internos principalmente, a elaboração de projetos, estudos e a construção de ações que a qualifica politicamente? Estas são questões para serem discutidas e trabalhadas a fim de qualificar a ação destes instrumentos.

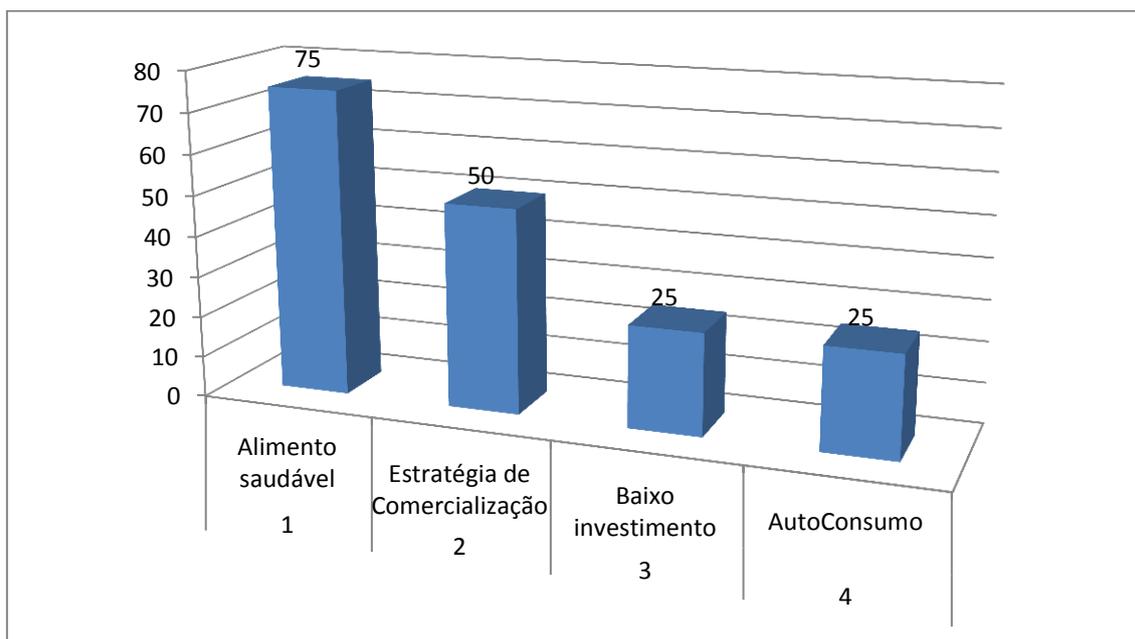
3.4 A produção Agroecológica

Da mesma forma que os motivos da inserção das famílias no grupo de agroecologia, o que mais motiva o desenvolvimento da produção agroecológica está relacionado a condição de oportunizar uma Alimentação saudável, seja para si ou mesmo para consumidores. Observa-se que está muito centrada na estratégia de abastecimento doméstico como fator de qualidade de vida. Assim a preocupação firma-se na garantia de alimentação saudável e qualidade de vida para os familiares.

Cabe destacar que a certificação da produção, seguindo uma metodologia constituída e normatizada pela legislação nacional, tem como objetivo oferecer a terceiros, consumidores diretos ou mercados, um selo de qualidade ao produto. Ou seja, certifica-se para exportar produtos, comercializar. Não há a necessidade de certificar os produtos somente para consumo próprio, por exemplo, visto que é totalmente desnecessário.

Por isso, pode se destacar como um aspecto frágil entre os grupos é a baixa comercialização da produção e que pode resultar no enfraquecimento do grupo vinculado a Rede EcoVida de Agroecologia. A medida que não usufrui da conquista do selo de produto orgânico, acaba tornando-se desnecessário.

Gráfico 08 – Objetivos de desenvolver a Produção Agroecológica



Fonte: Pesquisa de campo

De forma menos expressiva, destacado por 50% das famílias, a produção agroecológica é motivada como sendo uma estratégia de comercialização a fim de garantir maior facilidade de inserção nos mercados, assim como de agregação de valor. Entende-se que os produtos certificados possuem canais de comercialização diferenciados e específicos, de forma mais facilitada, fugindo da dinâmica convencional de oferta e procura onde ocorre uma exploração intensa sobre os produtores.

Essa posição ainda é firmada na baixa disponibilidade de produção e da própria circulação de produtos na região, constituindo uma escassez destes no mercado, diminuindo concorrência. Além disso, a baixa escala de produção atual, submete ao favorecimento de circuitos curtos de comercialização e dessa forma o mercado de orgânicos é muito mais atrativo. A maior parte dos produtos orgânicos são comercializados de forma direta.

Na tabela abaixo apresentamos os dados de área certificada, produção comercializada e a renda bruta obtida por atividade desenvolvida pelas famílias. O destaque em produção é das culturas anuais, que representa 81,9% do total

produzido. Elas são representadas pelo cultivo da Mandioca, Feijão e Milho. Destas, somente o Feijão, que é 7,5% do volume desta atividade, é comercializado como produto orgânico. As demais culturas são comercializadas de forma direta, sem nenhum destaque de valorização ou mercado diferenciado, seguindo a mesma dinâmica de venda convencional.

Esse fator de venda dos produtos no mercado convencional sem a devida identificação de que é um produto orgânico torna-se um limite para as famílias, visto que, a certificação tem um custo. Ela exige uma série de comprometimentos, de ações e normas para que o agricultor se enquadre. Se isso acaba por não gerar retorno, seja da própria valorização do produto e mesmo de valorização econômica, acaba sendo um processo desnecessário. O processo de certificação tem como objetivo oportunizar processos de comercialização, oferecendo alimentos com a garantia de ser produzido de forma orgânica.

Tabela 17 - Área Total Certificada, produção e renda bruta comercializada por atividade nos grupos Antonio Tavares, Esperança Agroecológica e APROMIS, 2016.

Atividade	Área Há	Prod. Total Comercializada Kg	Renda Total Bruta
Horta	1	2230	R\$ 6.660,00
Frutas	4,9	2600	R\$ 6.875,00
Culturas anuais	7	26400	R\$ 28.680,00
Pastagens perenes	3	990*	R\$ 9.900,00
Total	15,9	32220	R\$ 52.115,00

Fonte: Pesquisa a campo

* Carne Bovina

3.5 Sistema de fruticultura

A atividade de frutíferas é a que apresenta os menores resultados produtivos e de geração de renda para as famílias. A média de produção está em 530,6 kg/ha. Caracteriza-se como sendo um índice extremamente baixo para essa atividade. Destaca-se que esta é uma atividade produtiva ainda desestruturada e inicial para os grupos de famílias assentadas, sendo que as áreas implantadas com objetivo comercial estão com quatro anos de implantação. Sendo áreas ainda pequenas e com baixa expressividade em geração de renda, constata-se que estão a mercê de planejamento de trabalho das famílias e acabam se desenvolvendo sem muitos cuidados e práticas de manejo. Da forma que se encontra, corre sérios riscos de ser suprimida, visto sua não efetividade produtiva e de geração de renda familiar.

Por ser a segunda atividade em área de cultivo, 4,9 há, há um grande potencial em desenvolvimento produtivo nesta atividade. Considerando que os níveis produtivos por área estão extremamente baixos, fica claro que a medida que se priorizar melhores cuidados, tratos culturais e de manejo, esta atividade pode dar um salto em produção e geração de renda. No entanto, se deixar a mercê somente do condicionamento climático, não prosperará em produção.

Constatamos que apenas 01 (uma) família realizou práticas de manejo em suas fruteiras. As demais relataram que não conseguiram se organizar em tempo para tal atividade, deixando-a assim, sem nenhuma prática. Essa incapacidade de organizar um tempo para as práticas de manejo, pode-se ter ligação direta com os indicadores relacionados acima de que a produção agroecológica tem como objetivo principal a disponibilização de alimentos para autoconsumo familiar somente, ou seja, mesmo as famílias tendo áreas implantadas com condição de produção comercial, elas ainda não acreditam neste potencial e acabam buscando somente a satisfação do consumo familiar.

Destaca-se que as próprias famílias reconhecem que o principal limite no desenvolvimento das atividades agroecológicas é a ausência de manejo e que precisam se organizar pra isso. Afirmam, que visto a baixa disponibilidade de força de trabalho, acabam priorizando a atividade geradora de renda, que majoritariamente é a atividade leiteira. Com isso fica evidente que não há confiança suficiente no potencial de geração de renda da atividade de fruticultura.

Assim, a medida que adquirir confiança na atividade e priorizar o planejamento e a introdução de práticas, seja ela de podas, aplicações de caldas e biofertilizantes, controle de algumas doenças e pragas, manejo de fertilidade de solos, há a possibilidade de alavancar a produção. A questão está centrada na disposição da família assumir o compromisso e dedicar-se para com essa atividade.

Pode-se mencionar ainda, como elemento motivador, que nesta atividade efetua-se uma relativa baixa penosidade da força de trabalho empregada na produção, visto que não seriam trabalhos penosos a serem desenvolvidos, já que por exemplo, a roçada é toda mecanizada, a poda é realizada em períodos específicos, a pulverização de caldas e biofertilizantes pode ser motorizada. O que mais pesa seria a disposição de tempo para o trabalho no desenvolvimento da atividade. Por exemplo, fazer uma poda é um trabalho que exige tempo, visto que é necessário organizar detalhes. A medida que aumentar a dedicação para com essa atividade, conseqüentemente aumentará o potencial produtivo.

Sobre a geração de renda, visto a baixa produção, constata-se um nível bem abaixo do potencial a ser alcançado por área. O resultado em geração de renda obtido por há, ficou em R\$1403,06. Fica evidente que é uma atividade com grande potencial de evolução, visto que seus índices de produção estão bem abaixo das médias. Assim, qualquer foco na condução de ações para esta atividade pode resultar em avanços significativas de produção e conseqüentemente em geração de renda.

3.6 Sistema de hortaliças

Para a atividade produtiva de hortaliças, que em área, é a menos expressiva, destaca-se índices um pouco melhores, conforme descritos na tabela abaixo:

Tabela 18 - Média de Produção e renda Líquida da área de hortaliças e remuneração da hora trabalhada, considerando o último ano safra.

Sistema	Produção kg/ há	Custo Prod. %	Renda Líq/há	R\$/H
Horta	2200	25	R\$ 5.409,00	R\$ 6,33

Fonte: Pesquisa de campo

Nos três grupos de famílias pesquisados, constatamos apenas 02 hortas implantadas com interesse comercial. Estas são iniciativas ainda recentes, implantadas no último ano. Destacamos que são experiências positivas, e mesmo que recentes, com pouco tempo de experiência, contribuem para construir alternativas de geração de renda, servindo de referência a um conjunto de outras famílias.

Os índices produtivos ainda estão bem abaixo do potencial produtivo possível de ser obtido por área. Isso porque falta ainda estruturação da atividade e há áreas subutilizadas dentro destas já implantadas. As áreas são conduzidas ainda com planejamento de produção simplificado. Constata-se que há presente ainda áreas sem plantio, baixa intensidade de consórcios, muita perda de produção pela ausência de práticas de controle de vegetação espontânea, pragas e doenças, entre outras.

O principal motivo que estimulou a implantação das hortas comerciais foi a perspectiva e efetivação da comercialização nas feiras Agroecológicas executadas nos campus de Foz do Iguaçu da Unioeste e Unila. Essa demanda de consumo, oriunda deste grupo de consumidores fez com que se potencializa-se a organização de um planejamento de produção para atendê-los, visto que já tinham produção para autoconsumo familiar. Essa construção social do mercado fez com que oportunizasse o desenvolvimento da produção agroecológica.

3.7 Sistema produção de culturas Anuais

Entre as culturas anuais trabalhadas, a única atividade que é comercializada como produção orgânica, certificada, é o Feijão. Na tabela abaixo apresentamos os rendimentos da Cultura.

Tabela 19 - Rentabilidade da cultura do Feijão Orgânico

Sistema	Produção Kg/Há	Custo de Prod. %	Renda Líquida/Há	R\$/H¹
Feijão	1980	5	11.286,00	35,26

¹ Remuneração por hora trabalhada.

Fonte: Pesquisa de campo

O sistema de produção da cultura, desenvolvido pela família é ainda bem simplificado, sendo o trabalho todo manual, tanto para plantio, tratos culturais, colheita, seleção e embalagem. Destaca-se a autonomia estabelecida no processo de produção. As sementes é produção própria, manejo de fertilidade utiliza pequenas quantidades de composto sendo que quase todo também oriundo de sua área e o controle de pragas e doenças, a partir de caldas.

O rendimento líquido por área e por unidade de trabalho empregado na produção tem sido positivo. Se comparado ao sistema de hortaliças, a remuneração da força de trabalho empregada na produção tem sido 457% maior. E ainda tem condição de aumentar a produção por área, visto que a produtividade de feijão por ha gira em torno de 2.500 Kg e pode-se trabalhar 2 safras por ano na mesma área, deixando ainda um período do ano para culturas de cobertura e adubação verde.

A comercialização tem sido realizada com relativa facilidade. A venda é realizada na sua maior parte direto aos consumidores que já estabeleceram compras anteriores. Outra parte é comercializada nas feiras Agroecológicas e nos centros de comercialização de cooperativas da Agricultura Familiar da região. Ou seja, tem boas perspectivas de mercado para esta atividade.

3.8 Sistemas Agroecológicos de produção

Considerando os sistemas de produção agroecológica certificada nestes grupos, que foram comercializados durante o ano e estabelecermos uma média de produção e renda destas, teremos os dados conforme apresentados na tabela abaixo:

Tabela 20 - Média de produção e renda bruta das áreas Certificadas por há – GAT, APROMIS e GEA

Produção Kg/Há	2026
Renda R\$/há	R\$ 3.277,67

Fonte: Pesquisa à campo

Conforme os dados, constata-se a baixa expressão produtiva orgânica entre os grupos de Agroecologia pesquisados. Quando perguntados sobre o porquê de não ampliar e potencializar as áreas produtivas a resposta acaba sendo sempre a mesma: “se tivermos garantia de venda a gente planta”. Ou seja, há um senso comum entre as famílias agricultoras que as oportunidades de mercado condicionam o desenvolvimento da produção. Por isso então, a baixa produção.

Aqui caberia ponderarmos, se há a possibilidade de termos organizações que demandam e garantam a compra da produção orgânica. Sabemos que hoje já temos empresas que trabalham com isso para algumas culturas, principalmente para a soja orgânica, que está firmada em uma demanda de exportação. Mas se tratando de uma produção mais diversificada contendo uma gama de hortaliças e frutíferas principalmente, não há essa mesma dinâmica. É preciso ter claro o que seria uma proposta e ação real do que seria uma condição ideal, mas talvez impossível de se materializar.

3.9 Processos de comercialização Agroecológica

A comercialização dos produtos é tido hoje entre os agricultores ecologistas como um dos principais gargalos para o desenvolvimento da produção e geração de renda. É aonde encontram mais dificuldade, visto que não tem uma dinâmica organizada, pré estabelecida, com continuidade e mesmo uma regularidade mínima demandada. É sempre um desafio e historicamente, na maioria das vezes, acabou sendo superado de forma individualizada através da comercialização direta para os consumidores, principalmente com produtos agroecológicos.

Os programas governamentais e os centros de comercialização tem se destacado como importantes canais de escoamento, mais ainda muito focados em produtos convencionais. Há possibilidade de que se tornem canais massivos em absorver produtos agroecológicos, mas para isso, há que se ter um envolvimento direto dos interessados no planejamento e organização destas iniciativas, tencionando e priorizando a aquisição de alimentos agroecológicos.

Há constituído no município de Missal um centro de comercialização permanente para a venda de produtos da agricultura familiar, coordenado por uma equipe da COAFASO - Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária do Oeste do Paraná. Este espaço tem sido importante, visto que consegue absorver parte da produção dos agricultores familiares e comercializá-la em suas prateleiras, mas ainda insuficiente, exigindo que se construa outras iniciativas que potencializem e aumentem as vendas.

O centro de comercialização permanente, tem o objetivo também de articular a comercialização para os programas governamentais, de PNAE municipal principalmente. Torna-se uma característica importante, facilitando e potencializando a dinâmica de integração do conjunto de canais de comercialização possíveis de serem realizados. Assim, por exemplo, além de entregar nos programas, abastece também as prateleiras do centro de comercialização.

Em Agosto de 2015, com o objetivo de potencializar o processo de comercialização e também de mobilização social da população urbana de Missal para adquirir produtos agroecológicos, iniciou-se um feira livre com o lema “Alimentação saudável e economia solidária”, conforme destaca Peccini et. al.

(2015). Esta vem sendo uma experiência positiva e que está se consolidando, sendo realizada semanalmente, toda a quarta feira no período da tarde. É realizada em frente ao centro de comercialização e ao mesmo tempo em que os agricultores estabelecem uma relação direta com os consumidores, também, mobiliza e convida o público para realizar as compras constantemente na parte interna da feira, visto que ali também estará disponível seus produtos durante a semana toda.

Outra ação de destaque em comercialização que envolve os grupos de Agroecologia é a feira Agroecológica no Campus da Unioeste em Foz do Iguaçu, iniciada em julho de 2016. Organizou-se a instalação da feira semanalmente, disponibilizando produtos In Natura em sua maioria as hortaliças, tubérculos e frutíferas, mas também, alguns processados a partir das Agroindústrias familiares de panificados, sucos, doces e geléias. Uma parte destes produtos comercializados são certificados orgânicos e a outra parte são alimentos oriundos de áreas de transição.

O resultado positivo da execução da feira Agroecológica no Campus, demonstrado pela satisfação dos consumidores em ter acesso a produtos de qualidade, fez com que se expandisse para outros locais, potencializando a boa experiência, promovendo a construção com mais solidez deste canal de comercialização. Atualmente a feira é realizada, além das universidades Unioeste e UNILA, também em dois condomínios residenciais de Foz do Iguaçu.

CAPÍTULO V – SÍNTESE DIALÉTICA

Considerando o esforço de conhecer e compreender o Método Materialista histórico e dialético, ousando usá-lo como referência para uma análise de processos agroecológicos, apontamos a seguir algumas contradições que identificamos a partir da análise da base material constituída pelos grupos de famílias estudados. Com isso temos a pretensão de exercitar uma dinâmica que remete a refletir sobre quais seriam as principais práticas a serem trabalhadas com maior potencial para a qualificação dos processos.

É a partir das contradições principais que determinamos as principais práticas a serem trabalhadas. E são estas que oportunizam condição de avanço da base material. Ou seja, a medida que se qualifica o exercício de planejamento de novas práticas enraizadas na superação dos limites presentes nestes processos, maior será a nossa capacidade de promover a qualificação e inovação, superando o que está posto. Dessa forma evolui-se com maior qualidade e intensidade.

Destacamos ainda, que apesar do esforço realizado no decorrer do estudo, esta análise materialista e dialética, ainda encontra-se em um processo de amadurecimento das reflexões, necessitando uma continuidade de estudos teóricos e exercício prático, a fim de aprimorá-lo.

Esse método de análise consiste em uma tentativa dialética constante de dialogar com o real, de fazer reflexões e trazer elementos à tona, mas sempre mantendo as suas inter-relações. As contradições não se resumem em processos que devem ser tratados separadamente, desconsiderando o conjunto do real.

1. Contradições principais

1.1 A comercialização para o desenvolvimento da produção.

Identificamos esta como uma contradição chave que está presente entre os grupos de famílias agroecologistas e que permeia todos os processos que estão constituídos, assim como os debates e planejamentos que realizados. A garantia de comercialização dos produtos como critério para o desenvolvimento da produção agroecológica está sempre em pauta nos grupos, visto que a organização e o desenvolvimento da produção, está diretamente influenciada por esta condicionante, ou seja, ela só avança à medida que se abre oportunidades de venda dos produtos.

Os dados da base produtiva dos três grupos que apresentamos, apontam níveis baixos de disponibilidade de produção agroecológica. Afirma-se ainda que as principais ações de comercialização que estão sendo trabalhadas caracterizam-se por vendas diretas aos consumidores através de feiras agroecológicas, principalmente. Ações estas que se caracterizam ainda como insuficientes para impulsionar um salto de qualidade, promovendo a evolução dos processos. A contradição que dificulta esse avanço segundo os agricultores é a limitação do acesso ao mercado, mesmo em municípios próximos a mercados significativos como Foz do Iguaçu e Cascavel.

Aqui aparentemente há um equilíbrio dinâmico a ser melhor compreendido. De um lado há um potencial produtivo latente não aproveitado (pequena área produtiva certificada, resultando em baixo volume de produção orgânica comercializada). De outro um mercado não organizado, não articulado em cadeias de processamento e comercialização de produtos orgânicos que desestimulam aumentos de produção.

Ou seja, a ausência de dinâmicas mais intensas de comercialização contínua, acaba sendo o principal desmotivador da perspectiva de desenvolvimento da produção agroecológica, conforme constatado junto às famílias. A produção desenvolve-se até certo ponto, mas estagna ou mesmo regride conforme se limitam as possibilidades de vendas e geração de renda familiar. Assim, a medida que se construir novas oportunidades de escoamento, projeta-se haver condições de viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas.

1.2 Desenvolvimento das Forças produtivas

Há que se considerar que o nível de desenvolvimento das forças produtivas em Agroecologia, conforme o real estudado, encontra-se imerso em um processo

lento. A constatação da baixa estruturação e organização produtiva reflete esse fator. Por sua vez está diretamente influenciado pelo pouco acesso ao mercado, mas há presente um condicionamento mútuo, visto que a estruturação mais expressiva de canais de comercialização, necessita conseqüentemente do avanço das forças produtivas.

Assim, tem-se a necessidade de criar estratégias que consigam promover o desenvolvimento das forças produtivas, através da implementação de novas tecnologias, novas técnicas com potencial de qualificar o manejo dos sistemas produtivos oportunizando agregação de fertilidade, controle biológico, maior integração de cultivos, produtividade, entre outras. Essa dinâmica pode ser pensada e trabalhada coletivamente, impulsionadas pelos grupos de produção, assim como de entidades de assessoria técnica.

1.3 Acesso à políticas públicas

Há uma clara demanda de acesso a políticas públicas estruturantes de processos em Agroecologia, principalmente focados no acesso ao mercado dos alimentos, firmados em um preço justo. Este se caracteriza como impulsionadora da base material. Pode resultar em uma dinâmica intensa e mais expressiva de processos, oportunizando melhores condições para valorização e fortalecimento das ações de resistência dos camponeses no campo, frente aos desafios impostos pelo modelo capitalista de desenvolvimento. Uma demanda firme estimularia aumentos produtivos e certamente identificaria áreas necessárias para investimentos que poderiam talvez ser supridos por programas como o PRONAF.

As políticas de PNAE e PAA, ainda que na prática não priorizam alimentos orgânicos, tem se destacado como importantes ferramentas nos processos de estruturação de novas bases produtivas, possibilitando escoamento de uma produção diversificada, contribuindo para a superação do gargalo da comercialização aos grupos ecologistas. Com alguns ajustes poderiam ser grandes promotoras de agroecologia, visto que tem em seus princípios a prioridade de alimentos agroecológicos e o fortalecimento das suas organizações.

Políticas de estímulo a realização e viabilização de feiras livres de produtos orgânicos em cidades polos, também demonstram potencial de ir consolidando mercados para grupos de produtores que exercem um papel importante de mostrar a

viabilidade da produção orgânica e de gerar referenciais produtivos e tecnológicos adaptados às diversas regiões do país.

1.4 Carência no desenvolvimento de novas relações sociais de produção: as cooperativas camponesas e os Grupos de base da Rede Ecovida

As cooperativas camponesas da região, apesar dos esforços recentes, ainda não têm conseguido apoiar de forma efetiva a produção agroecológica. Os programas governamentais operacionalizados por estas entidades que se caracterizam como ferramentas para apoiar o desenvolvimento da produção e comercialização, não têm absorvido ou mesmo impulsionado a produção agroecológica junto às famílias.

As iniciativas de comercialização que absorvem atualmente a produção certificada, tem sido a venda direta para os consumidores individualmente, sob encomendas e nas feiras agroecológicas, que são conduzidas pelas próprias famílias agricultoras e seus grupos. As cooperativas têm tido dificuldades em construir oportunidades de escoamento ou mesmo de absorção deste tipo de produção.

Destaca-se a necessidade de avançar nos processos de comercialização e produção de forma concomitante e de forma contínua através de ações coletivas, implementando iniciativas cooperadas. A cooperação para desenvolvimento tecnológico, conhecimento técnico, processos de organização produtiva e de comercialização, entre outros, são impulsionadores e resultam em constantes avanços de forma integrada.

Isso remete a necessidade do grupo ou cooperativa, manter continuamente uma dinâmica de atividades, que impulsionam-se coletivamente. O coletivo promove o estímulo ao desenvolvimento de iniciativas individuais ou mesmo o contrário também é verdadeiro. A medida que uma nova experiência é planejada e construída envolvendo o grupo de famílias, os indivíduos sentem-se estimulados a desenvolvê-la, visto que remete a uma reflexão sobre as dificuldades e a superação do real, oportunizando desenvolvimento.

A rede EcoVida de Agroecologia tem sido uma grande ferramenta que fortalece e exige processos cooperados, principalmente a fim de garantir a validação legal da certificação dos produtos orgânicos. Além disso, tem conseguido através da

sua capacidade organizativa construir um conjunto de outras iniciativas que superem gradativamente as limitações impostas pelas condições reais existentes. Assim, de forma continuada, desenvolve-se a Agroecologia.

1.5 Entidades de apoio

Há uma clara dependência ao apoio das entidades externas que prestam assessoria aos grupos. Estas acabam sendo parceiras contínuas no desenvolvimento dos processos que estão sendo construídos. A partir delas que se viabiliza um conjunto de iniciativas. Ou seja, a contribuição externa, de fora pra dentro, tem sido importante para manter e inovar os processos em Agroecologia.

O protagonismo e a autonomia das famílias frente aos desafios do real, sua capacidade de organização e reflexão para a construção de iniciativas é primordial. Colocam-os como sujeitos conscientes dos processos que estão sendo construídos. A inserção das entidades de apoio não podem tirar essa autonomia, mas também não pode se isentar de responsabilidades para com a base material. Ou seja, cumpre com um papel ativo para a evolução dos processos.

1.6 Disponibilidade de Força de trabalho

A baixa disponibilidade de força de trabalho familiar a ser empregada na produção está presente em quase a totalidade das famílias. Isso limita o desenvolvimento das forças produtivas. Na maioria, as famílias trabalham somente o casal e em muitos casos, estes já são idosos.

Os jovens saem a procura de melhores oportunidades de geração de renda para a sua manutenção. As dificuldades em geração de renda familiar, constituição de atividades novas e diferenciais, potencializando os fluxos de produção e comercialização acabam limitando geração de renda e conseqüente condicionando a ida destes para outros locais.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise de processos agroecológicos na região oeste do Paraná, a partir da base material instituída em grupos de famílias, apontamos algumas contradições que emperram o desenvolvimento da Agroecologia. Essas contradições embasam e oportunizam maior capacidade de indicar possíveis e necessárias ações a serem executadas para avançar na base material, por isso a sua importância metodológica. Com isso tem-se a pretensão de exercitar uma dinâmica que remete a refletir sobre quais seriam as principais práticas a serem trabalhadas com maior potencial para a qualificação dos processos e de forma contínua e gradativa promover o avanço Agroecológico.

Um dos principais elementos identificados diz respeito à debilidade da esfera da comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos. Nesse sentido identificou-se que as políticas públicas voltadas ao fomento da agroecologia deveriam buscar se concentrar nesse elo da cadeia (organizar o processo mercado-produção), de forma a propiciar demanda crescente e propiciar o crescimento da produção dos grupos agroecológicos já existentes.

Portanto políticas focadas no acesso ao crédito, nas modalidades atuais do Pronaf, não vêm dando conta de induzir e apoiar processos agroecológicos. Isso não implica afirmar que o apoio creditício aos grupos não seja relevante, mas sim que deve ser uma política auxiliar e combinada com processos de abertura, organização e inserção nos mercados de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar.

Por último, destacamos também a importância de qualificar e ampliar os estudos sobre essa metodologia de análise da Agroecologia, a partir do Materialismo Histórico e Dialético. Esta temática concentra um grau de complexidade, mas apresenta-se como elemento de grande potencial, podendo se constituir como uma ferramenta, capaz de qualificar e intensificar os processos Agroecológicos junto às famílias camponesas e a demais setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

Arl, Valdemar. Desafios para uma metodologia transformadora na transição Agroecológica: uma experiência de construção Social do conhecimento de entidades de ATER no Paraná. Tese de Doutorado. Universidade de Córdoba, 2015.

Abastecimento Alimentar e compras públicas no Brasil: Um resgate histórico. Série políticas sociais e de alimentação. WFP Centro de Excelência contra a fome, 2015.

Abromovay, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Editora Hucitec/ ANPOCS/ Editora da Unicamp: São Paulo / Rio de Janeiro/ Campinas, 1992.

Altermburg et. al. 2013. PNAE e Agroecologia: percepção dos agricultores agroecologistas sobre formas sustentáveis de produção para alimentação escolar no sul do Rio Grande do Sul. Cadernos de Agroecologia Vol 8 N°2, Nov 2013.

Azevedo, Elaine de. Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2012.

Bartra, Armando. Economia política do Campesinato. São Paulo. Mimeo. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. BRASIL AGROECOLÓGICO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: 2013.

CAPORAL Francisco Roberto, AZEVEDO Edizio Oliveira de, Princípios e perspectivas da Agroecologia (Org), Instituto Federal do Paraná – IFPR, Curitiba – Paraná, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto e PETERSEN, Paulo. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. Agroecologia 6: 63-74 (2012).

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luis. Impacto do Pronaf sobre a qualidade de vida dos beneficiários: Uma revisão da bibliografia publicada de 2006 a 2013 sobre o tema no Brasil. Raízes, v.36 n. 1 jan-jun / 2016.

Carvalho, Joelson Gonçalves de. Agricultura e questão Agrária no Brasil – condicionantes estruturais da concentração fundiária. Artigo apresentado no sexto colóquio de la SEPLA. Setembro de 2010, montevidéu, Uruguai.

CHAYANOV, A. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: 1974

CHRISTOFFOLI, P. I. A luta pela terra e o desenvolvimento local. In: POCHMANN, M. e . Como promover o desenvolvimento local. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2010.

COHEN, G. A. Forças produtivas e relações de produção. Crítica Marxista, n.31, p.63-82, 2010. São Paulo. Fundação Editora UNESP.

Conab, Acompanhamento da safra Brasileira de grãos. V4 safra 2016/17 N6 – sexto levantamento, março de 2017.

Conab, Compendio de Estudos V.9, 2017. Programa de aquisição de alimentos – PAA: resultados das ações da Conab 2016. Org. Gustavo Lung Viegas.

Coutinho, Alan Denizard Limeira e Hartmann, Luiz Carlos. A contribuição do programa de aquisição de alimentos para a Agroecologia e comercialização nos assentamentos rurais. Artigo: ERA 2012.

Delgado, G. C. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DESER – Departamento de estudos sócio-econômicos rurais, PDA - Plano De Desenvolvimento Sustentável Do Assentamento Santa Izabel, Curitiba (2002)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil.

FOSTER, John Bellamy. La ecologia de Marx: Materialismo e natureza. Edicion original em monthly review press, 2000.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da Agricultura Familiar para o emprego agrícola. Mimeo. 2002.

GERMER, C. M. Marx e o Papel determinante das forças produtivas na evolução social. Crítica Marxista, N°29, pag 75-95, 2009. Mimeo.

G.Guzmán Casado, M. Gonzalez de Molina y E. Sevilla Guzmán, Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible (Madrid: Mundi-Prensa, 2000)

Ghizelini, André Augusto Michelato. Políticas públicas e Agricultura Familiar: formato e funcionamento das políticas como possibilidade para a conquista de organização e autonomia. 2º Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. UFPR, 2013.

González de Molina, M. (2009). “Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política”. En Sérgio Sauer y Moisés V. Balestro (Orgs.), Agroecologia e os desafios da transição agroecológica (pp. 17-70). São Paulo: Expressão Popular.

Gorgen, Frei Sérgio Antônio. Os novos desafios da Agricultura Camponesa. 2ª edição. 2004, governo do Paraná.

GREGOLIN, G.C.; GREGOLIN, M. R.; ZONIN, W. J. O encontro da produção orgânica familiar com a alimentação escolar no território sudoeste do Paraná: Desempenho e dificuldades sob a ótica dos gestores municipais. 2º Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. Curitiba UFPR, 2013.

Hartmann, Luiz Carlos. Políticas públicas para fortalecimento da Agroecologia nos assentamentos da Reforma Agrária. Orientadora: Cláudia Sonda. TCC da Especialização em Agroecologia IFPR, Ctba, 2013.

Machado, Luiz Carlos Pinheiro. Pastoreio Racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio. Porto Alegre. Cinco continentes, 2004.

MDS, 2016. Compras da Agricultura Familiar órgãos públicos. Modalidade de compra institucional do PAA (2012-2015). Acessado: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/Relatorio_PAACompraInstitucional%202012-2015.pdf

Peccini, Michel Diego; Hartmann, Luiz Carlos; Christoffoli, Pedro Ivan. Experiência das feiras Livres da Agricultura Familiar Camponesa. III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. UFPR. Curitiba, 2015.

Pinheiro, Sebastião. A máfia dos Alimentos no Brasil. 2005. Rede de Agroecologia Ecológica; ABEEF – UNE; FEAB – UNE.

Políticas públicas de desenvolvimento rural do Brasil. Organizadores Catia Grisa e Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

Ploeg, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. A diversidade da Agricultura Familiar / organizado por Sérgio Schneider. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

Prodanov, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico (recurso eletrônico): métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani César de Freitas – 2 Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Sevilla Guzmán, Eduardo. *Perspectivas agroecológicas desde el Pensamiento Social Agrario* (Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba/ Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, 2006); Introducción a la 3ª Parte (pp:145-150) y Cap. 9 (pp:221-248)

Stálin J.V. Sobre o Materialismo dialético e o Materialismo histórico. Edições horizonte, Rio de Janeiro, primeira edição setembro de 1938.

Vásquez, Luís L.; Martínez, Hortensia. Propuesta metodológica para la evaluación del proceso de reconversión Agroecológica. Agroecologia 10: 33-47, 2015

<http://www.fn-de.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>, acessado 02 de agosto de 2017.

ANEXO 1 Roteiro de entrevista Gravada

Caracterização do desenvolvimento Agroecológico dos grupos de Agroecologia

Entrevista gravada – Dirigentes dos grupos e família certificada.

Metodologia – Entrevistar duas famílias (homem mulher e filhos), sendo um dirigente e uma família certificada de cada grupo, na primeira quinzena do mês de agosto de 2016.

Objetivo – caracterizar o desenvolvimento agroecológico dos grupos e seus integrantes em seus aspectos produtivos, econômicos e políticos, dando base para uma análise materialista e dialética deste processo e identificar os impactos da participação direta neste processo das políticas públicas de PNAE e Pronaf e seus impactos.

Roteiro de entrevista

- 1) Identificação do grupo e família;

- 2) Histórico – ano de constituição, principais trabalhos realizados pelo grupo, famílias envolvidas, objetivos da criação; Identificar os pontos marcantes em todo esse processo; principais atividades produtivas trabalhadas que são agroecológicas; dados de produção ano a ano; geração de renda familiar;

- 3) Destino da produção – diversidade e quantidade destinada ao autoconsumo e a sua importância e os principais Canais de comercialização acessados neste período (feiras/PNAE/PAA/vendas diretas) especificando sua geração de renda anual;

- 4) Acesso às políticas públicas de Pronaf e seu impacto no desenvolvimento agroecológico; ajudou ou atrapalhou? Atividades produtivas e práticas estimuladas e o porquê;

- 5) Acesso a política pública de PNAE e seu impacto no desenvolvimento agroecológico; limites e potencialidades; atividades produtivas e práticas estimuladas e o porque;

- 6) Caracterização produtiva atual do grupo e individual; principais bases produtivas trabalhadas e nível tecnológico e técnico adotado; O que motivou tal situação?

- 7) Áreas e atividades certificadas atualmente; como começou (em parte ou toda a área; quais critérios usou para definir por onde e como começar? Qual o impacto na produtividade obtida? Em aspectos como sanidade, manejo, penosidade do trabalho, geração de renda...)

- 8) Pontos motivadores da certificação agroecológica;

- 9) No caso das não certificadas, destacar os pontos que desmotivam ou impedem;

- 10) Metodologia organizativa trabalhada pelo grupo;

- 11) Relação com a sociedade – entidades, órgãos públicos, projetos, etc.

- 12) Perspectivas futuras de desenvolvimento. Estratégias trabalhadas considerando o desenvolvimento individual e coletivo. Quais são os próximos passos definidos pelo grupo? Na avaliação dos entrevistados isso é suficiente? Dá conta das necessidades atuais e futuras do grupo? O que mais precisaria?

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO – SEGUNDA FASE

Data: **End:** **Município:**

Nome do entrevistado: **Naturalidade:**

Área total (ha): **E-mail e/ou telefone:**

Nome do entrevistador:

Identificação do núcleo familiar residente

Nome	Grau de Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação Principal	Tempo ativ. Agric.	Outra ocupações	Faixa renda mensal, ref. Outras Ocupações.

Grau de Parentesco: 1. O (a) responsável pelo lote; 2. Cônjuge; 3. Filhos; 4. Netos; 5. Pais; 6. Avó; 7. Sobrinho; 8. Enteado; 9. Dependentes; 10. Sogro (a); 11. Cunhado (a); 12. Tio (a); 13. Irmão;

Escolaridade: 1- Analfabeto; 2- Ensino Fund. Incompleto; 3- Ensino Fund. Completo; 4- Ensino Médio Incompleto; 5- Ensino Médio Completo; 6- Superior Incompleto; 7- Superior completo; 8- Não Alfabetizado.

Ocupação Principal: 1. Agricultor; 2. Assalariado Agrícola Permanente; 3. Assalariado Agrícola Temporário; 4. Agricultor(a)/Do Lar; 5. Estudante; 6. Aposentado ou pensionista; 7. Emprego Doméstico; 8. Construção Civil; 9. Professor; 10. Funcionário Público; 11. Comerciante; 12. Comerciante; 13. Feirante; 14. Motorista; 15. Artesanato; 16. Turismo; 17. Terceirização de serviços.

Tempo atividade agrícola no lote: 1. Tempo Integral; 2. Metade do tempo; 3. Eventual; 4. Nenhum.

Outra ocupação externa: 1. Agricultor; 2. Assalariado Agrícola Permanente; 3. Assalariado Agrícola Temporário; 4. Agricultor(a)/Do Lar; 5. Estudante; 6. Aposentado ou pensionista; 7. Emprego Doméstico; 8. Construção Civil; 9. Professor; 10. Funcionário Público; 11. Comerciante; 12. Comerciante; 13. Feirante; 14. Motorista; 15. Artesanato; 16. Turismo; 17. Terceirização de serviços.

Faixa de renda mensal referente a outras ocupações: 1. Até dois salários; 2. de dois a cinco salários; 3. Mais que cinco salários

Desenho e descrição do Agroecossistema Familiar

Descrição das condições de Solo, Relevo, recursos hídricos, etc.:

Entorno:

a) Alta incidência de agrotóxicos	
b) Deriva sob as culturas	
c) Média de derivas do último ano	

- a) 1. sim; 2. não;
- b) 1. sim; 2. não;
- c) Descrição numérica.

Inclusão Social Familiar

1. Quais organizações participa e respectivo motivo e objetivo:

Organização	Motivo/objetivo
Grupo da Rede Ecovida	
Cooperativa _____	
Cooperativa _____	
Associação _____	

PARTE 1 – OBSERVAR SISTEMA PRODUTIVO [INDICATIVOS DE DIVERSIFICAÇÃO, TIPO DE MO, UTILIZAÇÃO DE MECANIZAÇÃO QUE DEMONSTRAM GRAU DE AUTONOMIA E TRATAMENTO DA BASE DE RECURSOS].

1. Atividades produtivas Trabalhadas:

Tipo de Produção	Fatores motivadores*	Fatores desmotivadores
1. Agroecológica;		
2. Transição;		
3. Convencional;		

* Usar identificadores, a; b; c; subsequente

2. Atividades Produtivas Trabalhadas, para comercialização, considerando o último ano:

Atividade	Área (ha)	Manejo	Prod. total	Prod. ha	Valor unt	Renda bruta	Custo %	Renda líq.

Manejo: Agroecológico; Transição; convencional

3. Principais limites por atividade

Atividade produtiva	Manejo	Limites (técnicos de manejo, infraestrutura, tecnologias, custos de produção, etc.)

4. a partir da sua experiência, explique como o sr. entende que ocorre o processo de transição agroecológica:

- passos, problemas questões, dificuldades. qual o momento em que se percebe que a experiência dá um salto de qualidade e que a produção agroecológica se mostra “confiável”, estável,, etc.?

5. Horas de trabalho na propriedade por atividade, considerando o último ano

Atividade	Tipo de manejo	Tipo de serviço	N° de horas total de trabalho/anual

Atividade: 1- pecuaria leiteira; 2- Horticultura; 3- fruticultura; 4- grãos; 5-Mandioca; 6- pecuária de corte; 7- ovinos; 8-culturas de autoconsumo;

Tipo de manejo: 1- Agroecológico; 2- Transição; 3- convencional.

Tipo de serviço: 1.Ordenha; 2. manejo do rebanho; 3- Manejo de pastagens; 4- preparo de solo; 5- tratos culturais; 6- Colheita; 7- comercialização.

6. Animais de serviço:

	Bois	Equinos	Muares
Quantidade			

7. Produção bovino de leite:

- Produção e estrutura:

Vacas em lactação	Vacas secas	Novilhas (cab)	Terneiros	Produção anual (L)	Período de produção	Tipo de comercialização	Sistema de coleta	Ordenha mecânica	Resfriamento	Sala de ordenha	esterqueira

Período de Produção: 1 Permanente; 2 – Temporário.

Tipo de comercialização: 0 = Autoconsumo; 1 = Na propriedade; 2 = Feira livre; 3 = Atravessador; 4 = Pequenos Mercados; 5 = Redes de Varejo; 6 = PAA; 7 = PNAE; 8 = Cooperativas; 9 = Outros _____

Sistema de coleta: 1 – da indústria; 2 - da cooperativa; 3 - do freteiro comprador de leite.

Ordenha Mecânica: 1 – Sim; 2 – Não.

Resfriamento: 1- sem resfriamento; 2 – resfriador comum (freezer ou geladeira); 3 – resfriador por imersão; 4 – resfriador a granel.

Sala de Ordenha: 1 – Sim; 2 – Não.

Esterqueira: 1 – Sim; 2 – Não.

8. Manejo e alimentação:

Reprodução	Silagem (M³)	Campo nativo (ha)	Pastagem perene (ha)	Pastagem anual inverno (ha)	Pastagem anual verão (ha)	Pastoreio rotativo	Uso de concentrado

Reprodução: 1 Monta natural/touro próprio; 2- Monta natural/de terceiros; 3 - Inseminação Artificial

Pastoreio rotativo: 1 – Sim; 2 – Não.

Uso de concentrado: 1 – Sim; 2 – Não.

9. Produção de bovino de corte:

Rebanho (cab)	Sistema de criação	Reprodução	comercialização cabeças / ano	Tipo de comercialização	Pastagem perene (ha)	Pastagem anual (ha)	Pastoreio rotativo	Receita anual em R\$

Sistema de Criação: 1- cria 2- recria; 2- engorda; 4- ciclo completo.

Reprodução: 1 Monta natural/touro próprio; 2- Monta natural/de terceiros; 3 - Inseminação Artificial

Pastoreio rotativo: 1 – Sim; 2 – Não.

Tipo de Comercialização: 0 = Autoconsumo; 1 = Na propriedade; 2 = Feira livre; 3 = Atravessador; 4 = Pequenos Mercados; 5 = Redes de Varejo; 6 = PAA; 7 = PNAE; 8 = Cooperativas; 9 = Outros _____

10. Estratégias de manejo das áreas de pastagens, considerando o último ano.

Tipo de prática	Descrição quantitativa	Unidade de Medida por área

Tipo de prática: 1- piqueteamento; 2- adubação orgânica; 3- adubação mineral sintética; 4- arborização; 5- consórcio gramíneas e leguminosas; 6- sobressemeadura; 7- água nos piquetes; 8- herbicidas.

11. Produção de suínos:

Nº de cabeças	Sistema de criação	Produção comercializada (kg/ano)	Produção para autoconsumo /ano	Concentrado kg comprado/ano	Tipo de comercialização

Sistema de criação segundo a finalidade: 1- Terminação; 2. Produção de Leitões; 3- Ciclo Completo;

Tipo de Comercialização: 0 = Autoconsumo; 1 = Na propriedade; 2 = Feira livre; 3 = Atravessador

12. Criação de aves, considerando o último ano:

Finalidade	Produção de corte Kg	Produção Ovos	Sistema de criação	R\$ Comercializado	R\$ Autoconsumo

Corte					
Postura					

Finalidade: 1 = Corte; 2 = Postura, 3 = Outros _____.

Sistema de criação: 1- Aberto/solto

13. Produção de peixes:

Finalidade	Produção comercializada/ano (kg)	Produção autoconsumo ano/kg	Tipo de comercialização	R\$ ano/produção vendida

Finalidade: 0- Autoconsumo; 1- Venda de adultos; 2- Venda de Alevinos; 3- Pesque-pague.

Tipo de Comercialização: 1 = Na propriedade; 2 = Feira livre; 3 = Atravessador; 4 = Pequenos Mercados; 5 = Redes de Varejo; 6 = PAA; 7 = PNAE; 8 = Cooperativas; 9 = Outros _____

14. Produção de ovinos e caprinos, considerando o último ano:

	Rebanho (cab)	Produção (kg/ano)		Tipo de comercialização	Prod. em R\$ Autoconsumo	R\$ Comercializados
		Lã	carne			
Ovinos						

Caprinos						
----------	--	--	--	--	--	--

Tipo de Comercialização: 1 = Na propriedade; 2 = Feira livre; 3 = Atravessador; 4 = Pequenos Mercados; 5 = Redes de Varejo; 6 = PAA; 7 = PNAE; 8 = Cooperativas; 9 = Outros _____

15. Produção apícola, considerando o último ano:

Colmeias (cxs)	Kg mel/ano	Tipo de comercialização	Prod. em R\$ destin.autocon	R\$ Comercializados

Tipo de Comercialização: ; 1 = Na propriedade; 2 = Feira livre; 3 = Atravessador; 4 = Pequenos Mercados; 5 = Redes de Varejo; 6 = PAA; 7 = PNAE; 8 = Cooperativas; 9 = Outros _____

16. Processamento de alimentos, agroindústria caseira, artesanato:

Tipo de produto	Fonte da matéria-prima	Quantidade anual comercializada	Tipo de comercialização	Prod. em R\$ autoconsumo	Valor comercializado em R\$

Tipo de Produtos: 1- Salames (kg); 2- Queijos (kg); 3- Vinho (L); 4- Aguardente (L); 5- Geléias (Kg); 6- Panificados (pães, cucas, etc) (Un); 7- Vassoura (Un); 8- Tapetes (Un); 9- Polpas de frutas (Kg); 10 – Outros _____.

Fonte de matéria-prima: 1 = Produção própria; 2 = Compra de vizinhos; 3 = Aquisição no comércio.

Quantidade anual comercializada: em kg, litros ou unidades, conforme o tipo de produto.

Tipo de Comercialização: 0 = Autoconsumo; 1 = Na propriedade; 2 = Feira livre; 3 = Atravessador; 4 = Pequenos Mercados; 5 = Redes de Varejo; 6 = PAA; 7 = PNAE; 8 = Cooperativas; 9 = Outros _____

17. Cultivos agrícolas (inverno – verão): abóbora, arroz, batata doce, batata inglesa, cana, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, soja, tomate, trigo, sementes, etc.

Frutas: Abacate, ameixa, amora, banana, bergamota, caqui, figo, goiaba, laranja, lima, limão, mamão, pêra, pêssego, uva mesa, uva vinho, sementes, etc.

Horta: (preencher apenas uma linha para a horta comercial e outra para autoconsumo, sem a necessidade de detalhar as culturas).

Obs.: para qualquer tipo de cultivo, se for só para autoconsumo,.

Tipo de cultivo	Sistema de cultivo					Produção			Comércio			MO contratada/ dias ano	Troca de serviços/ dias ano	Financia m.	Princip. restrição	
	Área (ha)	Sem	Solo	Fert.	Ven.	M	B	R	Quant	Tipo	Freq.					

Sistema de Cultivo: Área: área plantada (ha); **Sementes ou mudas:** 1 = Própria; 2 = Comprada; 3 = Troca-troca; **Solo Preparo:** 1= Convencional; 2 = Mínimo; 3 = Direto;

Fertilidade Reposição: 1 = Pousio; 2 = Rotação; 3 = Orgânica 4 = Química; **Venenos/Agrotóxicos:** 0 = não usa; 1 = Inseticidas; 2 = Fungicidas; 3 = Herbicidas.

Produção: **M** = Produção Média histórica – quantidade produzida (kg); **B** = Ano Bom: quantidade produzida (kg); **R** = Ano Ruim: quantidade produzida (kg)

Comércio: Quant. = Quantidade comercializada (kg); **Tipo de Comercialização:** 0 = Autoconsumo; 1 = Na propriedade; 2 = Feira livre; 3 = Atravessador; 4 = Pequenos Mercados; 5 = Redes de Varejo; 6 = PAA; 7 = PNAE; 8 = Cooperativas; 9 = Outros_____. **Frequência de Vendas:** 1 = vendas diárias; 2 = vendas semanais; 3= mensais; 4= anual; 5= esporádicas;

Mão de Obra Contratada: Número de pessoas / Meses no ano. **Troca de Serviços/meses ano:** Número de pessoas / Meses no ano.

Financiamento: 1 = PRONAF; 2 = Créd. Estadual; 3 = Créd. Municipal; 4 = Fundo Rotativo; 5 = Troca – troca; 6= Pessoa Física; 7 = Banco (Crédito pessoal); 8 = Cooperativa; 9 = Empresas particulares; 10 = Não utiliza.

Principal Restrição: 1 = Quantidade de Terras; 2 = Mercado; 3 = Mão de Obra 4 = Infraestrutura; 5 = Maquinário; 6 = Preço; 7 = Custos; 8 = doenças; 9 = Outros:_____

18. Quadro das principais benfeitorias (galpão, estufa, secador, silos, etc):

Benfeitoria	Padrão	m ²	Ano de construção	Proporção própria	Valor atual

Padrão: 1 – Madeira; 2 – Alvenaria; 3 – Metálico; 4 – Misto.

* **Proporção** relacionada ao número de sócios (Para 5 sócios de um galpão a proporção é 1/5).

19. Principais máquinas e equipamentos (próprio e em parceria):

Tipo	Modelo	Ano	Proporção própria	Valor atual

* Proporção relacionada ao número de sócios (Para 5 sócios de um trator a proporção é 1/5).

20. Culturas e itens de consumo doméstico, considerando o último ano:

Produto/cultura	Qtde consumida	Und	Valor Unt	Valor Total

21. AGREGAÇÃO DE VALOR, CAPITALIZAÇÃO E CÁLCULO DA RENDA AGRÍCOLA

	Sistema de cultivo					Sistema de criação			Sistema de processamento		Total
ordem	s1	s2	S3	s4	subtotal	sc1	sc2	subtotal	sp1	subtotal	
sistema s											
"sau"											
pb											
ci											
d											
va											
va/"sau"											
s											
j+i+rt											
ra											
ra/"sau"											

VA=PB-CI-D

RA=PB-CI-D-S-I-J-RT

Ra	renda agrícola
Pb	produção bruta
Ci	consumo intermediário
D	depreciação
Va	Valor agregado
"sau"	superfície agrícola utilizada
S	salários
J	juros
I	impostos
Rt	renda da terra

PARTE 2 - Reprodução social

1. Quem era seu predecessor nesse estabelecimento? _____ () NA (não se aplica)

2. Em relação ao seu predecessor o Sr.:

	Sim	Não	NA
Fez obras que melhoram a estrutura da terra?			
Aumentou os equipamentos?			
Utiliza outras técnicas de produção?			
Reformou construções agrícolas?			
Melhorou equipamentos de produção vegetal?			
Melhorou equipamentos de produção animal?			
Aumentou a diversidade de produtos?			
Está utilizando mais empréstimos?			

NA: não se aplica.

3. Seu pai era agricultor: () Sim () Não

4. Se sim, em relação a ele o Sr. tem:

	Mais	Menos	Igual	NA
O sentimento de trabalhar mais ou menos?				
O sentimento que sua família consome mais ou menos produtos do estabelecimento?				
O sentimento que compra mais ou menos insumos para o funcionamento do estabelecimento?				
A impressão de ter mais ou menos preocupações que ele?				
O sentimento de viver melhor ou viver pior que ele ^o				

NA: não se aplica.

5. Para ser bem sucedido na agricultura, o Sr. Acredita que é muito importante ou sem importância que os agricultores:

	Muito imp.	Pouco imp.	Mais/Menos	Não sabe
Invistam constantemente no estabelecimento?				
Diversifiquem as produções?				
Tenham uma boa técnica agrícola?				
Utilizem sempre mais máquinas?				
Levem em conta os preços do mercado?				

Participem de organizações profissionais?				
Tenham uma família numerosa?				
Tenha renda externa á unidade de produção?				
Se organizem com outros agricultores?				
Utilizem crédito sempre que possível?				

6. Comparando atualmente sua transição com a produção convencional o Sr. Acredita que melhorou, piorou ou não se alterou:

	Melhorou	Piorou	Não se alterou	Não sabe
Economicamente e financeiramente				
Endividamento				
Saúde				
Trabalho pesado*				
Relação com a comunidade				
Autonomia diante do mercado				

7. Se o senhor/a modificasse a organização da produção no seu estabelecimento, optaria em função de: (uma só resposta)

() Melhorar as condições de trabalho

- Aumentar a renda
- Do futuro dos meus filhos
- Por questões de saúde
- Para ter mais independência
- Outro _____

8. Que tipo de apoio recebe para transição agroecológica?

- assistência técnica, se sim de quem? _____
- auxílio financeiro, se sim de quem? _____
- atividades de parceria com vizinhos e comunidade
- apoio da família
- apoio para comercialização, etc. via cooperativas, associações... se sim, o que? _____
- outros: _____

9. Quanto estes fatores descritos abaixo, influenciariam no seu retorno para a agricultura convencional (muito, pouco, ou sem influência)?

	Muito	Pouco	Sem influência	Não sabe
Econômico e financeiro				
Endividamento				
Saúde				

Penosidade do trabalho				
Relação com a comunidade				
Autonomia diante do mercado				
Outros: _____				

10. Entre as respostas que o Sr. Escolheu qual viria em primeiro lugar? _____

11. No caso das políticas públicas, em relação a influência para sua adesão à Agroecologia?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nunca tive ajuda do governo

12. Quais políticas públicas teve acesso neste período?

Política acessada	atividade (s) apoiada	Tipo de manejo ¹	Período /ano	R\$ acessados

¹Tipo de Manejo: Agroecológico; transição; convencional

(propriedade/posse da terra)

13. Como foi que o Sr. Obteve essas terras? _____ () NA

14. Situação de posse da terra: (..)título (..) assentado da reforma agrária (..) Posseiro

15. O Sr. admitiria vender ou abandonar a terra por algum dos motivos seguintes:

	Sim	Não	NA
Não tem (ou caso não tivesse) sucessor			
Para comprar uma área maior em outro lugar			
Para comprar uma terra melhor em outro lugar			
Para mudar de profissão			
Para pagar dividas			
Para ajudar os filhos a se instalarem			

Para investir fora da agricultura se isso render mais			
---	--	--	--

16. Se o Sr. tivesse economias, o Sr. as utilizaria para:

	Sim	Não
Comprar equipamentos agrícolas		
Melhorar a casa		
Ajudar seus filhos a se instalarem		
Fazer uma romaria/ visitar lugares santos		
Comprar um carro		
Colocar o dinheiro na poupança		
Comprar terra		
Investir em casas, imóveis		
Fazer uma viagem		
Comprar gado		
Terminar de pagar as dívidas		

17. Entre as respostas que o Sr. Escolheu qual viria em primeiro lugar? _____

18. Como se dará a transmissão da propriedade e de seus bens? _____

PARTE 3 – ESTRATÉGIAS FAMILIARES

1. O Sr. Preferia que seus filhos homens vivessem na?

cidade

campo

indiferente

NA

2. O Sr. Preferia que suas filhas vivessem na?

cidade

campo

indiferente

NA

3. Existe alguém para lhe suceder no estabelecimento? Sim Não Ainda não

4. Caso negativo, por que?

	Sim	Não	NA
É uma profissão que não permite ganhar mais o suficiente para viver			
É uma profissao muito dura			
Ninguem quer viver no campo			
Este estabelecimento não dá condições para viver			
Eu não tenho filhos			
Outra: _____			

(vida social)

1. Descrever o Mapa das relações sociais da família - Grupos/entidades/redes sociais a que participa

2. Na sua região, comunidade, associação ou assentamento, deve haver certos problemas de entendimento político, qual desses problemas lhe parece mais importante?

3. Considerando o município qual dos seguintes grupos tem maior influência no local? (apenas uma resposta)

- os agricultores
- os grandes proprietários
- os comerciantes e artesões
- os aposentados
- os partidos políticos
- os industriais e as cooperativas
- os professores e funcionários públicos
- as igrejas
- outros: _____
- não sabe

4. Qual dos termos seguintes é mais correto para designar o Sr.? (apenas uma resposta)

- camponês
- agricultor
- empresário agrícola
- trabalhador rural
- produtor (agrícola ou rural)
- outros: _____

5. Suponhamos que o Sr. não possa mais vender ou comprar produtos. Quanto tempo o Sr. poderia viver com os recursos de sua propriedade?
- algumas semanas
 - alguns meses
 - mais de um ano
 - tanto quanto fosse necessário
 - não poderia sobreviver de modo algum

6. Caso lhe propusessem uma propriedade/um estabelecimento mais importante ou com melhores condições, numa outra região o Sr. sairia daqui e iria para lá?
- Sim
 - Não

7. Se não por que?
- Sou muito velho
 - Sou muito apegado a minha terra
 - Sou muito apegado aos que vivem aqui perto
 - Eu não gostaria de ir para um lugar que não conheço
 - Onde quer que eu vá será igual
 - As condições de geração de renda são suficientes
 - outro: _____

RELAÇÕES SÓCIOECONÔMICAS

1. Inserção em dinâmicas de comercialização de produtos agroecológicos:

Canais de comercialização	Metodologia organizativa	Principais produtos/atividade	Valor comercializados R\$ anual

2. Dinâmicas organizativas a qual participa:

- Grupo de famílias;
- Associação;
- Cooperativa;
- outros.

3. Possui alguma estratégia de trabalho cooperado/associativo para o desenvolvimento da produção? se sim, quais?

4. Projeção produtiva e econômica futura:

Atividade	Área em ha	Produção esperada	tempo previsto

5. Participação em seminários/cursos, reuniões e demais atividades de capacitação e organização social, considerando o último ano:

Atividade	objetivo	Frequência

6. Possui alguma estratégia de banco de sementes crioulas a qual participa?

7. Perspectivas e planejamento futuro que está sendo trabalhado, considerando desenvolvimento Socioeconômico:

Pela Família:

Pelo Grupo de família:

Pela organização/cooperativa:

8. Principais metas para o ano de 2017: